



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO ARTES E LETRAS - FALE



GABRIELA SANTOS DE CARVALHO

**GUADALUPE NETTEL E ELIANE BRUM:
MATERNIDADES AMBIVALENTES**

**Dourados - MS
2025**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO ARTES E LETRAS - FALE



GABRIELA SANTOS DE CARVALHO

**GUADALUPE NETTEL E ELIANE BRUM:
MATERNIDADES AMBIVALENTES**

Texto de dissertação de Mestrado apresentado para defesa do Programa de Pós-graduação, Mestrado em Letras, da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras (FALE) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito parcial à obtenção do Título de Mestra em Letras.

Área: Literatura e Práticas Culturais.

Orientadora: Alexandra Santos Pinheiro.

Coorientadora: Clarice Mattos Goulart.

Dourados

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C331g Carvalho, Gabriela Santos De
Guadalupe Nettel e Eliane Brum: Maternidades Ambivalentes [recurso eletrônico] / Gabriela Santos De Carvalho. -- 2025.
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Alexandra Santos Pinheiro.

Coorientadora: Clarice de Mattos Goulart.

Dissertação (Mestrado em Letras)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2025.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Maternidade. 2. Pressões Sociais. 3. Violências. I. Pinheiro, Alexandra Santos. II. Goulart, Clarice De Mattos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

Dedico este trabalho a todas as mulheres que, de alguma forma, contribuíram para a formação da minha identidade. Especialmente à minha mãe, cuja força e determinação foi combustível em minha trajetória. Às minhas avós, materna e paterna, que, com suas histórias de resiliência e resistência, me inspiraram a prosseguir lutando por oportunidades e espaços que antes pareciam distantes. A cada uma delas, minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Desde a infância, sonhava em me destacar profissionalmente e deixar minha família muito orgulhosa. Sempre fui encorajada a lutar pelos meus sonhos e, sobretudo, a dedicar-me aos estudos. Com isso, cresci sendo extremamente exigente comigo mesma, buscando sempre as melhores notas e me frustrando quando não atingia minhas próprias expectativas. Hoje, compreendo que essa ânsia de excelência nasceu do medo de não ser reconhecida, pois, desde pequena, observei como as mulheres que eu tanto admirava raramente recebiam o devido valor. Apesar de se desdobrarem entre múltiplas jornadas — criando filhos, administrando lares e trabalhando fora.

Por isso, faço questão de registrar aqui minha profunda admiração e gratidão por todas as mulheres que me inspiram e me dão forças para seguir em frente. Minha mãe, Ednilda, sempre me ensinou a acreditar no meu potencial e a lutar pelos meus objetivos. Minhas avós, Izabel e Emília, que me deixaram como herança a resiliência e a capacidade de enfrentar adversidades, buscando sempre alternativas para seguir resistindo.

Agradeço ao meu pai, Edelson, por sempre estar presente e me incentivar a priorizar os estudos. Ao meu irmão, João Pedro, que, mesmo sendo ainda uma criança, com seu carinho e suas incontáveis curiosidades sobre o mundo, trouxe leveza aos momentos de maior tensão.

Minha gratidão também se estende à minha orientadora, Alexandra Santos Pinheiro, uma mulher admirável que me inspira a seguir na academia e, quem sabe, a prosseguir com um doutorado. À minha coorientadora, Clarice de Mattos Goulart, que não apenas me guiou na construção desta dissertação, mas também me tranquilizou e acreditou em mim nos momentos em que eu mesma duvidava do meu potencial. Não poderia deixar de expressar também minha gratidão ao meu professor e orientador da graduação, João Vítor de Oliveira, cujo incentivo foi essencial para que eu me aventurasse no mestrado, despertando o meu interesse pela pesquisa acadêmica.

A todas as amigas que fiz ao longo desta jornada e às que já me acompanhavam antes da universidade, sou profundamente grata. Poder compartilhar desafios, desabafar e trocar experiências com vocês foi essencial para a conclusão deste processo.

Ao refletir sobre essa trajetória, sinto imensa gratidão por ter alcançado o tão sonhado mestrado. Mas também reconheço que essa conquista não foi solitária: contei com o suporte incondicional de Deus e das pessoas maravilhosas que ele colocou em meu caminho — minha família, amigos, orientadoras e professores do PPGL.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da minha bolsa de mestrado. Sem esse suporte, permanecer no programa teria sido um desafio muito maior.

RESUMO

A presente dissertação parte da análise comparada dos romances *A filha única* (2022), da escritora mexicana Guadalupe Nettel, e *Uma duas* (2009), da brasileira Eliane Brum. O foco da análise é a abordagem da maternidade e das inúmeras pressões sociais que atingem as mulheres na sociedade contemporânea. Em ambos os romances, as autoras priorizam o protagonismo das mulheres e a importância da cumplicidade feminina em contextos de violência e opressão. A maternidade nas obras rompe com o pensamento romantizado constituído pelo patriarcado, na medida em que nem todas as personagens optam por serem mães, e as que se tornam não vivem uma maternidade “perfeita”. A relevância do discurso literário produzido por mulheres consiste em desmistificar, por meio da arte, as imposições de papéis direcionados historicamente às mulheres, a exemplo da concepção da maternidade como um caminho universal do gênero feminino. A análise dialoga com a pesquisa das estudiosas Elisabeth Badinter (1985; 2011), Flávia Biroli (2014) e Michelle Perrot (2011), que interpretam o discurso romantizado da maternidade como uma maneira de os grupos hegemônicos limitarem a liberdade das mulheres ao fixá-las na esfera doméstica, nas funções do lar e do cuidado. Nesse sentido, em diálogo com os estudos da crítica feminista e da historiografia feminista, as obras em análise destacam como as mulheres, ainda que tenham conquistado novos espaços e oportunidades, permanecem sofrendo múltiplas violências e opressões, seja dentro do âmbito familiar ou nas esferas públicas por grupos conservadores que perpetuam ideologias misóginas.

Palavras-chave: Maternidade; Pressões Sociais; Violências.

ABSTRACT

This dissertation is based on a comparative analysis of the novels *A filha única* (2022), by Mexican writer Guadalupe Nettel, and *Uma duas* (2009), by Brazilian writer Eliane Brum. The focus of the analysis is the approach to motherhood and the numerous social pressures that affect women in contemporary society. In both novels, the authors prioritize the protagonism of women and the importance of female complicity in contexts of violence and oppression. Motherhood in the novels breaks with the romanticized thinking constituted by patriarchy, in that not all the characters choose to become mothers, and those who do don't experience “perfect” motherhood. The relevance of women's literary discourse is to demystify, through art, the imposition of roles historically imposed on women. For example, the conception of motherhood as a universal female path. The analysis dialogues with the research of scholars Elisabeth Badinter (1985; 2011), Flávia Biroli (2014) and Michelle Perrot (2011), who interpret the romanticized discourse of motherhood as a way for hegemonic groups to limit women's freedom by fixing them in the domestic sphere, in the functions of the home and care. In this sense, in dialogue with feminist critical studies and feminist historiography, the works under analysis highlight how women, despite having conquered new spaces and opportunities, continue to suffer multiple forms of violence and oppression, whether within the family or in the public sphere, by conservative groups that perpetuate misogynistic ideologies.

Keywords: Motherhood; Social pressures; Violence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. “ESCREVO NA ESPERANÇA DE QUE AS PALAVRAS ME LIBERTEM DO SANGUE. DO CORPO DA MÃE”: UMA ANÁLISE DA MATERNIDADE POR MEIO DA ESCRITA LITERÁRIA DE ELIANE BRUM E GUADALUPE NETTEL.....	14
1.1. Guadalupe Nettel e Eliane Brum: um olhar comparativo da vida e obra das autoras.....	16
1.2. A mesma violência em contextos geoculturais distintos.....	24
2. “NÃO HÁ COMO ESCAPAR DA CARNE DA MÃE. O ÚTERO É PARA SEMPRE”: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA MATERNIDADE.....	34
2.1. Narrativas sobre a maternidade: desvendando o discurso por trás deste papel.....	36
2.2. A abordagem da maternidade em A filha única, de Guadalupe Nettel, e Uma duas, de Eliane Brum	50
3. “SONHAVA ENTÃO COM UMA VIDA SEM MÃE, COM UM CORPO QUE SÓ PERTENCESSE A MIM”: REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES PARA ALÉM DA MATERNIDADE.....	69
3.1. Sororidade: a cumplicidade entre mulheres ligadas pela dor.....	71
3.2. Maternagens: Opressão e resistência.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	95

[...] a sociedade está planejada para que sejamos nós mulheres, e não os homens, que nos encarregamos de cuidar dos filhos, e isso muitas vezes implica sacrificar a carreira, as atividades solitárias, o erotismo e às vezes o casal [...]. Será que vale mesmo a pena?

(Nettel, 2020, p. 14).

E eu tive uma vida. E não tive uma mãe. Talvez seja por isso que eu não tenha sido uma boa mãe. Eu nunca soube o que uma mãe deve fazer. A minha morreu no parto. No meu parto (Brum, 2009, p. 43).

INTRODUÇÃO

O título da dissertação, “Guadalupe Nettel e Eliane Brum: maternidades ambivalentes”, sugere que a pesquisa explora perspectivas complexas, ambíguas, dissonantes e diversas sobre a maternidade, contestando as concepções românticas cristalizadas pelos grupos hegemônicos. A partir da análise literária comparada de *Uma duas* (2009), de Eliane Brum, e *A filha única* (2022)¹, de Guadalupe Nettel, a presente dissertação visa investigar a maternidade e a maneira com que diferentes mulheres contemporâneas a vivenciam.

A ideia deste projeto é fruto da minha trajetória como pesquisadora, uma vez que, desde a graduação, já me interessava por estudar obras de autoria feminina. No programa de iniciação científica, trabalhei com a escritora nordestina Aurineide Alencar, e busquei destacar a relevância de sua produção para a arte literária. A escolha em trabalhar com o tema da maternidade surgiu a partir da leitura da obra *A filha única*, de Guadalupe Nettel, na qual a autora aborda a maternidade por meio de três protagonistas mulheres. Posteriormente, *Uma duas*, de Eliane Brum, tornou-se o segundo objeto de estudo, permitindo o olhar comparativo. As narrativas abordam a maternidade de maneira polifônica. Em *Uma duas*, uma mesma história é contada por uma mãe e uma filha que têm uma relação complexa e não conseguem demonstrar afeto e se comunicar uma com a outra. Em *A filha única*, a narrativa é construída pelo olhar de Laura, que dá voz a sua história e à de suas amigas.

Quando li essas obras pela primeira vez, lembrei das experiências de algumas mulheres da minha família. Apesar de não ser mãe ainda, convivi com mulheres que não só eram mães, como lidavam com todas as pressões sociais do que se espera de uma “boa mãe”, segundo o imaginário da sociedade patriarcal. Lembro-me de ser aconselhada desde muito cedo por minha mãe e pelas minhas tias a priorizar meus estudos. Elas diziam que era necessário que investisse primeiro em mim para depois me casar e construir uma família. Essas mulheres não tiveram os mesmos privilégios que eu, pois se casaram jovens e logo se tornaram mães; no contexto em que viviam, era isso que era cobrado delas. Aprendi com os relatos da minha mãe e de minhas tias que, embora amem seus filhos e suas filhas, enquanto mães, elas tiveram que fazer diversas renúncias para se dedicar completamente à família, ao contrário de seus maridos que não precisaram fazer tantos sacrifícios.

Os dois romances têm em comum a desmistificação do imaginário da maternidade como algo sublime e inato ao sexo feminino, permitindo, a partir de uma análise comparada, a discussão sobre a maternidade. Com Nettel, é explorado o contexto das mulheres no México, enquanto Brum se volta ao Brasil. Traçando um paralelo entre as políticas de planejamento familiar no Brasil e México, os

¹ Optei em trabalhar com a tradução de *A filha única* para o português por ser a minha língua materna, o que possibilita que eu me aprofunde nas nuances do texto literário e promova uma análise mais rica e detalhada. Essa escolha também visa tornar as citações e argumentos mais flexíveis aos leitores e às leitoras desta dissertação, majoritariamente falantes de português, reconhecendo as particularidades linguísticas e culturais do texto traduzido. No entanto, alguns artigos utilizados estão em espanhol, pois não encontrei versões traduzidas para o português.

pesquisadores Ernesto Amaral e Joseph Potter (2006) observam que, nas três últimas décadas, houve uma queda significativa nas taxas de fecundidade nessas duas localidades.

Nota-se que, historicamente, em ambos os países, a preocupação com o planejamento familiar foi direcionada para as mulheres de classe mais pobre, como se filhos e filhas destas fossem a causa da pobreza e desigualdade social. Tal situação gerou a revolta de alguns grupos feministas, uma vez que os corpos das mulheres pobres sofrem inúmeras violências na tentativa do Estado de controlar os direitos reprodutivos, sem que sejam consideradas a saúde e a escolha feminina. A escritora e feminista Carmen da Silva (2016), por exemplo, retoma uma fase no Brasil marcada por uma campanha de contracepção, desenvolvida principalmente nas regiões mais desfavorecidas economicamente. Como público-alvo, mulheres pobres, analfabetas ou semianalfabetas, todas conduzidas a tomar pílulas anticoncepcionais ou a colocarem DIU, sem receber qualquer avaliação ou instrução médica.

A saúde das mulheres desde o começo do século XX até parte da década de 1970 tinha como preocupações centrais a gravidez e o puerpério, pensando nessas pessoas apenas como corpos reprodutivos. Dessa forma, as ações eram hierarquizadas e centralizadoras, afastando-se das verdadeiras carências destes grupos sociais. No Brasil, em 1983, o governo brasileiro inaugurou o Programa de Assistência Integral à saúde da mulher (PAISM), que acolhia, ainda que com obstáculos, políticas e ações para possibilitar o acesso às formas de contracepção e visava integrar esse auxílio, inserindo alternativas educativas, preventivas, de promoção, diagnóstico, tratamento e recuperação nas áreas da ginecologia, pré-natal, parto, puerpério, climatério, planejamento familiar, doenças sexualmente transmissíveis, câncer de mama e colo de útero (Freitas, Giselle, *et al.*, 2009).

Outro acontecimento importante foi o debate ocorrido na conferência do Cairo em 1994, que tinha como meta principal a inserção de políticas públicas para saúde e direitos reprodutivos das mulheres. Esta proposta contrariava as medidas tomadas pelos governos para redução da fecundidade e se direcionava para uma ascensão de estratégias de planejamento familiar, tendo como complemento o debate de assuntos relacionados à sexualidade, violência doméstica, mortalidade materna, doenças sexualmente transmissíveis, e prática e direito ao aborto. As discussões promovidas nesta conferência foram bem recebidas por cientistas sociais associados à questão populacional, como os latino-americanos, mas tiveram a oposição do Vaticano e dos seus aliados formados por grupos ou partidos políticos conservadores, bem como grupos favoráveis ao controle do crescimento populacional (Cf. Amaral; Potter, 2006).

Recentemente, em 06 de setembro de 2023, a suprema corte do México declarou que é inconstitucional a criminalização do aborto até a 12ª semana de gestação. Logo, essa prática não poderá ser penalizada se ocorrer em instituições de saúde geridas pelo governo federal (BBC News Brasil, 2023).² No Brasil, o Supremo tribunal federal (STF) iniciou a discussão sobre a descriminalização do

² Justiça do México descriminaliza aborto: o que acontece agora?. BBC News Brasil, s.l., 6 de set. de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gl75ez5q0o>. Acesso em 27 de set. de 2023.

aborto em 22 de setembro de 2023, no entanto, a votação foi suspensa por solicitação do ministro Luís Roberto Barroso, e a análise ocorrerá de modo presencial (G1, 2023)³. Nota-se que, nos dois países, a inclusão de discussões ou até mesmo a descriminalização do aborto, como no caso do México, gera inquietações e revoltas por parte dos grupos conservadores que alegam que essa ação é uma ameaça à vida humana. São nestes cenários que se situam os objetos de análise deste trabalho.

No plano literário, *A filha única*, da escritora mexicana Guadalupe Nettel, tem como tema os desafios de mulheres latino-americanas contemporâneas em relação à maternidade. A trama tem traços biográficos da escritora, que, assim como a personagem Laura, estudou na França. A personagem Alina também é baseada em uma amiga da autora, Amelia Hinojosa, a quem Nettel dedica a obra. Laura é a personagem narradora, caracterizada como uma mulher independente e decidida. Ela encara as pressões sociais pelo fato de não querer ser mãe. Alina, melhor amiga de Laura, também não tem a maternidade como aspiração, entretanto muda de ideia e engravida de Inés. Contudo, no final do sétimo mês de gestação, Alina descobre que o cérebro de sua filha não está se desenvolvendo como o esperado. A terceira personagem da narrativa é Doris, uma mãe solo que convive com as crises de fúria de seu filho, resultantes dos traumas herdados de um pai agressivo.

Por sua vez, *Uma duas*, da escritora brasileira Eliane Brum, explora os conflitos vivenciados entre uma mãe e uma filha que têm um relacionamento ambíguo entre o amor e ódio. Nessa narrativa, a história é apresentada aos leitores por perspectivas duais, de modo que a mãe, Maria Lúcia, e a filha, Laura, contam suas versões dos acontecimentos. Laura é uma jovem jornalista que ascendeu profissionalmente e, por outro lado, nunca conseguiu superar os problemas com sua mãe. Maria Lúcia já é uma idosa, ela não sabe mensurar o que sente pela filha e nunca foi capaz de demonstrar afeto. Maria Lúcia não tinha uma mãe, foi criada pelo pai, um militar extremamente autoritário, e que não era adepto às manifestações de carinho.

É inegável que, contemporaneamente, as mulheres alcançaram muitos direitos devido às mobilizações feministas. Muitas não anseiam exclusivamente o casamento e a maternidade, elas desejam fazer uma faculdade, ascender profissionalmente e alcançar cargos de liderança. Como observa a estudiosa de literatura e gênero Cristina Stevens (2005), por um longo período histórico, a maternidade era vista como algo plenamente biológico, condicionada, literal e simbolicamente, ao âmbito do privado e emocional. Contudo, a partir do momento em que o tema da maternidade foi deslocado para a esfera pública, ocorreu uma ressignificação, na medida em que foram inseridas discussões acerca das diversas formas de maternas e dos aspectos sociais, raciais, culturais e étnicos da vida das mães.

³ FALCÃO, Márcio; VIVAS, F., et.al. Descriminalização do aborto no STF: entenda o que pode mudar na regra sobre gestação até a 12ª semana. G1, Brasília, 22 de set. de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/22/stf-julga-descriminalizacao-do-aborto-ate-a-12a-semana-de-gestacao-entenda-o-que-pode-mudar.ghml>. Acesso em 27 de set. de 2023.

Apesar de alguns avanços da situação das mulheres no mundo moderno, tais como o direito ao voto, o ingresso no mercado de trabalho, o alcance de cargos de liderança e o acesso às universidades, as mulheres ainda hoje enfrentam a herança do passado opressor. Nesse sentido, são notórias as inúmeras cobranças que atingem as mulheres contemporâneas. Se elas optam por apenas trabalhar e estudar, sofrem pressões externas para se casar, ter filhos; se apenas se dedicam ao lar e à família, são rotuladas como ociosas e se sentem na obrigação de dar conta de tudo.

Mesmo após o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, elas ainda continuaram a sofrer com as represálias dos grupos hegemônicos. Segundo a historiadora Margareth Rago (2004, p. 588), durante o processo de industrialização brasileira, houve um aumento progressivo da mão de obra feminina nas fábricas, de modo que, em um determinado momento, isso passou a ser visto como uma ameaça para a constituição da família tradicional burguesa.

O acesso da mulher branca da elite ou da classe média aos espaços públicos, principalmente as que iniciavam sua atuação profissional como médicas, advogadas, pintoras ou pianistas, tornou-se uma fonte de preocupação para a sociedade patriarcal, já que antes ela ocupava apenas o espaço privado. Essa inquietação com a participação das mulheres no mercado de trabalho também se estendia para as mulheres pobres, rotuladas pelos moralistas como desprovidas de intelecto e as mais suscetíveis a desempenhar funções que, no imaginário dominante, conduziriam ao desvio moral, sendo designadas a tarefas braçais e estigmatizadas pela elite, dentre as quais se destacavam: empregada doméstica, costureira, doceira, lavadeira, florista, artista, prostituta e etc. Portanto, temia-se que as mulheres abandonassem o lar e a família ou que perdessem o suposto desejo de se casar e ser mãe. De um lado, era criada a imagem do âmbito do trabalho como um “cabaré”; de outro, o lar era símbolo de um *locus* sagrado que acomodava a “rainha do lar” e o “reizinho da família”.

Não por acaso, as duas obras estudadas nesta dissertação exploram as diversas opressões que as mulheres vivenciam diariamente a partir de suas vozes: as personagens constituem uma ruptura do silenciamento que historicamente foi imposto ao sexo feminino. Ambos os romances são importantes não somente por trazer temas que fazem parte do cotidiano das mulheres, mas também por possibilitar que narrem a sua própria história, tendo em vista que, por muitas vezes, elas foram retratadas pelo olhar masculino.

As personagens dos romances que analiso são mulheres brancas, de classe média, que se dividem entre a carreira profissional, a maternidade e as relações familiares. Apesar de pertencerem a uma mesma raça e com poucas variações entre classe média e média-baixa, elas vivenciam a maternidade de formas distintas, pois cada uma tem experiências singulares. Por esta razão, não se deve uniformizar as vivências das mulheres partindo de uma categoria única, uma vez que cada uma está inserida em um contexto sociocultural e suas identidades são plurais.

Em contraponto a cenários de silenciamento, Guadalupe Nettel e Eliane Brum priorizam o protagonismo feminino em suas obras. As narradoras são sujeitos do próprio discurso e têm propriedade para relatar suas experiências seja como mulheres, profissionais, mães ou filhas. O mais instigante é a abordagem da maternidade por meio do olhar das mulheres, considerando que elas desconstruem as narrativas masculinas que se propagaram no decorrer da história sobre a idealização da maternidade.

Acerca da dicotomia entre a mulher e a mãe, a filósofa Elisabeth Badinter (2011) desmistifica a romantização da maternidade e expõe o seu lado oculto. Para a teórica, quando uma mulher se torna mãe, sua vida é transformada de tal maneira que as suas prioridades individuais são substituídas pelas renúncias, pelo sentimento de culpa e insegurança e o que era descrito como o “dom da vida” pelos grupos dominantes, torna-se para as mulheres uma “dívida infundável”, uma vez que elas se sentem responsabilizadas pela vida de filhas e filhos. No entanto, nem todas as mulheres se sentem felizes e satisfeitas com a maternidade, embora não consigam admitir por temer os julgamentos da sociedade.

A ambivalência destacada acima está presente na representação literária de Nettel e de Brum. Para proceder à análise faz-se imperativo o diálogo com o estudo da história das mulheres, a partir das reflexões de historiadoras, críticas feministas e filósofas, tais como: Elisabeth Badinter (1985; 2011), Michelle Perrot (2007), Nelly Richard (2002) e Cristina Stevens (2005). A análise comparativa de duas obras literárias realizada nesta dissertação tem por base as contribuições da crítica feminista. Nelly Richard (2002) enfatiza que a missão da crítica feminista é priorizar a *linguagem* e o *discurso*, pois estes são os instrumentos manipulados pela ideologia cultural hegemônica a fim de tornar o masculino e o feminino identidades homogêneas e fixas. Assim, a perspectiva da maternidade retratada nas duas obras se concretiza em diálogo com outras áreas de conhecimento, como a história, os estudos culturais, e, sobretudo, as epistemologias feministas.

No desenvolvimento da análise, aspectos sobre a violência de gênero e os direitos reprodutivos femininos no Brasil e no México fazem refletir sobre como as temáticas abordadas por uma escritora brasileira e outra mexicana repercutem na sociedade. Os resultados são apresentados em três capítulos, intitulados, respectivamente: “Escrevo na esperança de que as palavras me libertem do sangue. Do corpo da mãe”: uma análise da maternidade por meio escrita literária de Eliane Brum e Guadalupe Nettel; “Não há como escapar da carne da mãe. O útero é para sempre”: a construção discursiva da maternidade; “Sonhava então com uma vida sem mãe, com um corpo que só pertencesse a mim”: representação entre mulheres para além da maternidade.

No primeiro capítulo, é introduzida uma discussão sobre a biografia das escritoras, suas produções literárias e experiências em ambientes geoculturais distintos; no segundo capítulo, aborda-se sobre a criação dos discursos ideológicos a respeito da maternidade, resgatando em narrativas bíblicas, históricas e literárias os pensamentos hegemônicos sobre a mulher e a função materna; no terceiro capítulo, foca-se em propor uma abordagem que desconstrói o papel da maternidade segundo a visão patriarcal,

trabalhando com os conceitos de sororidade e maternagem. O título dos capítulos conta com fragmentos do romance *Uma duas*, de Brum, e as epígrafes são trechos de *A filha única*, de Nettel. A inclusão de trechos dos romances analisados, nos títulos e epígrafes, é uma maneira de priorizar a abordagem literária e por meio desta construir um pensamento transversal e crítico.

Por fim, a análise de duas obras contemporâneas, de autoria feminina e latino-americana, promove uma reflexão crítica em torno da relação das mulheres com a maternidade. Por meio do texto ficcional, as autoras possibilitam o debate e a desconstrução de alguns tabus e papéis sociais que foram impostos às mulheres ao longo do tempo. Guadalupe Nettel e Eliane Brum rompem com os estigmas atrelados aos discursos da “*mãe boa*” e “*mãe ruim*”, ao mostrarem o lado humano dessas personagens e como elas resistem às discriminações e violências de gênero.

1. “ESCREVO NA ESPERANÇA DE QUE AS PALAVRAS ME LIBERTEM DO SANGUE. DO CORPO DA MÃE”: UMA ANÁLISE DA MATERNIDADE POR MEIO DA ESCRITA LITERÁRIA DE ELIANE BRUM E GUADALUPE NETTEL

Observo o bebê dormindo embrulhado no seu macacão verde, com o corpo totalmente relaxado, a cabeça de lado no pequeno travesseiro branco, e desejo que ele continue vivendo, que nada perturbe o seu sono nem sua vida, que todos os perigos do mundo se afastem dele [...]. “Nada vai lhe acontecer enquanto eu estiver ao seu lado”, prometo-lhe, mesmo sabendo que estou mentindo, pois no fundo sou tão impotente e vulnerável quanto ele (Nettel, 2020, p. 9).

Este capítulo objetiva traçar os perfis das escritoras e o contexto geográfico e social dos romances analisados, bem como evidenciar a importância de suas produções para a literatura de autoria feminina e latino-americana. A começar pela epígrafe do capítulo, que também é a epígrafe do romance de Nettel, já é possível visualizar o peso do papel materno atribuído às mulheres, que se sentem responsabilizadas por manter as crianças saudáveis e longe de todos os perigos, ao mesmo tempo em que se anulam como seres humanos que também sentem medo e não têm o poder de salvar e cuidar de todos.

Por isso é essencial conhecer quem está por trás dessas obras ficcionais; pois, como autoras mulheres, Nettel e Brum mostram em seus romances perspectivas polifônicas, humanizando as suas personagens e representando maternidades plurais. Por meio de entrevistas, artigos de estudiosas das escritoras e dados estatísticos sobre os índices de violência contra as mulheres, caracterizam-se os espaços socioculturais e as experiências dessas autoras em ambientes geográficos distintos, que de certo modo fazem emergir em suas obras temáticas similares e imprescindíveis para a crítica feminista.

1.1. Guadalupe Nettel e Eliane Brum: um olhar comparativo da vida e obra das autoras

As obras evidenciadas nesta pesquisa foram objetos de estudo de diferentes pesquisadores(as). O levantamento bibliográfico no banco de teses da Capes aponta sete trabalhos sobre *Uma duas*, de Eliane Brum, sendo cinco dissertações de mestrado e duas teses de doutorado. As pesquisas abordam várias temáticas, como a estética dos contrários, refletindo as dualidades presentes no texto literário, corpos e agressões, a voragem maternal, comparações entre o romance e outras obras com foco no trágico, uma análise comparativa do relacionamento entre mãe e filha e a formação identitária das protagonistas. Em contrapartida, não há, no banco de teses da Capes, pesquisas que tenham como tema o romance *A filha única*, de Guadalupe Nettel; contudo, o site *Research Information Online (RIO)*⁴ contém uma dissertação de mestrado sobre o romance, intitulada *Maternidades disidentes en La hija única (2020) de Guadalupe Nettel y La perra (2018) de Pilar Quintana: una mirada crítica hacia la maternidad como constructo social*.

Guadalupe Nettel nasceu na Cidade do México, em 1973. Sua literatura, marcada pela escrita de romances e contos, foi reconhecida pela academia a partir dos prêmios nacionais Antonio Artaud e Prêmio Nacional de Literatura Gilberto Owen; internacionalmente, recebeu o prêmio Anna Seghers, na Alemanha. Dentre as suas principais produções literárias estão: os romances *El Huésped* (2006), *El cuerpo en que nací* (2011) e *La hija única* (2020), bem como os contos *Juegos de Artificio* (1993), *Les jours fossiles* (2003), *Pétalos y otras historias incómodas* (2008) e *El matrimonio de los peces rojos* (2013).

Nettel já participou do movimento Zapatista⁵, de 1994 até meados de 1995. Nesse período, era estudante da La Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e se encantou pela causa. Em uma entrevista, a escritora revelou que o grupo frisava a necessidade de observar os sentimentos que provocavam o desejo de se esconder, referindo-se aos conflitos identitários dos indígenas do México causados pela colonização. Para os Zapatistas, a partir do momento em que o indivíduo fosse capaz de autoanalisar os embates internos, estaria apto para recuperar a integridade que lhe carecia no que concerne a sua aceitação e identificação com a cultura e a história de que faz parte. Nettel se identificou com isso porque em sua trajetória por muito tempo sentiu a necessidade de se esconder: nasceu com uma

⁴ Research Information Online (RIO) é uma plataforma institucional de pesquisas acadêmicas que reúne trabalhos acadêmicos, criativos e educacionais produzidos pelos discentes, docentes e funcionários da Texas A&M International University, além de disponibilizar materiais digitalizados das Coleções e Arquivos Especiais da Biblioteca Killam.

⁵ Movimento constituído por camponeses-indígenas de quatro etnias maias (choles, tzeltales, tzotziles, tojolabales), situadas no Estado de Chiapas no México. Possui vínculos com o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que simboliza a sequência histórica da corrente radical da Revolução Mexicana, liderada por Emiliano Zapata. Contemporaneamente, o neozapatismo despontou, conforme a opinião pública nacional e internacional em 1º de janeiro de 1994, exatamente a data em que se estabeleceu o neopan-americanista Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA), autorizado pelas empresas transnacionais e os governos do México, dos Estados Unidos e do Canadá. (Valencia, Adrián Sotelo. In.: <https://sites.usp.br/portlatinoamericano/espanol-zapatismo>. Acesso em 12 de fev. de 2024).

deficiência visual e seu pai foi preso, fatos que ela não compartilhava por vergonha e medo. Mas a autora passou a considerar a escrita como um recurso para desvendar o que, ao longo da vida, tentou ocultar, por se sentir coagida pelas pressões sociais. “*Yo crecí sintiéndome muy mal, guardando mucha tierra debajo de la alfombra*”, resume.⁶

Essa experiência com os Zapatistas fez com que nascesse em Nettel a necessidade de se revisitar e por meio da escrita, desnudar o seu eu, sem romantismos ou julgamentos. Em vista disso, a autora passa para a ficção temas que estiveram presentes no seu cotidiano, tais como: a anormalidade, a rejeição ao diferente, o desejo de se camuflar por medo de não ser aceita pelo que é, os temores da morte, da deficiência, das pressões estéticas, entre outros.

Em *O corpo em que nasci*, obra autobiográfica, a escritora aborda a história de uma menina que, assim como ela, nasceu com uma mancha no olho direito. Ágnes Souza (2017), em sua leitura do romance, discorre sobre as dificuldades enfrentadas pela protagonista por ser obrigada a usar um tampão no olho que não apresentava nenhuma alteração, para assim estimular o olho com deficiência. Deixar apenas o olho deficiente evidente, e as inúmeras tentativas da família para corrigir sua deficiência, provocam na menina um sentimento de solidão, injustiça e opressão.

Em *A filha única*, a escritora também retrata a deficiência por meio da personagem de Inés, uma bebê que nasce com microlisencefalia⁷. Os pais de Inés se preocupam com o futuro da pequena, principalmente a mãe, por temer que a filha sofra com a rejeição e fique dependente pelo resto da vida. Diferentemente do romance *O corpo em que nasci*, os pais de Inés não se preocupam em corrigir a deficiência da filha, mas sim em proporcionar uma boa qualidade de vida para ela; por isso, buscam alternativas em redes de apoio de pais que também têm filhos ou filhas com a mesma deficiência. Nota-se que “o diferente” é tratado de uma forma leve por Nettel: o maior problema não é nascer em um corpo com deficiência, mas sim enfrentar o estranhamento de uma sociedade que permanece apontando e julgando todos aqueles que não se encaixam em um padrão normativo.

Nettel, em sua fala sobre o romance *A filha única* para a editora, admite que gosta muito da frase “de perto ninguém é normal”⁸ da canção “Vaca Profana” de Caetano Veloso. A música utiliza uma série de antíteses que contrapõem e aproximam o profano e o sagrado, o bem e o mal, o convencional e o transgressivo. O trecho em que Nettel menciona na entrevista — “Mas eu também sei ser careta / De perto, ninguém é normal / Às vezes, segue em linha reta / A vida que é meu bem, meu mal” (Veloso,

⁶ Pitaro, Fernando. Disponível em: <http://continuidaddeloslibros.com/guadalupe-nettel-leer-es-un-acto-de-recogimiento-como-hay-pocos-en-esta-sociedad/>. Acesso em 12 de fev. de 2024.

⁷ “Microlisencefalia: É uma combinação entre a ausência do dobramento normal do córtex cerebral com uma cabeça com dimensões reduzidas” (Galvani; Anjos, et al., 2021, s.p.) Disponível em: <https://www.medig.com.br/caso-clinico-junho-de-2021-neuro>. Acesso em: 07 de out. de 2024.

⁸ TODAVIA. Três perguntas para Guadalupe Nettel. YouTube, 7 de jul. de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nEb5buowk6I>. Acesso em: 9 de abr. de 2024.

1986) — revela sua inclinação a discutir temáticas como a normalidade *versus* a anormalidade e as contradições que permeiam as decisões dos seres humanos. As escolhas individuais das pessoas nem sempre correspondem às expectativas sociais e, ao optar por seguir determinados caminhos, as pessoas são suscetíveis a erros e acertos, além de serem submetidas a julgamentos externos. Nas obras *O corpo em que nasci* e *A filha única*, como mencionado anteriormente, esse conceito de normalidade é a todo instante confrontado, pois as protagonistas não se enquadram na lógica binária normativa.

Laiza S. De La Torre Zepeda (2023) encontra no romance *A filha única* várias rupturas com o padrão normativo, não apenas no nascimento de uma criança com uma deficiência, como também a constituição de maternidades diversas, tais como a mãe solo, a mãe de uma criança com deficiência, a mulher que não opta pela maternidade mas acaba assumindo um papel de cuidado com o filho da amiga ou mesmo a babá que cuida da filha de outros como se fosse sua própria filha. Esse maternar plural e atípico é retratado simbolicamente no reino animal, uma vez que, no apartamento de Laura surge um ninho de pombas, que chocam os ovos de outra espécie de passarinhos como se fossem seus.

Para Nettel, a escrita, além de lhe proporcionar prazer, é também uma necessidade psicológica, de modo que a autora tem consciência da importância da literatura e, por isso, transforma os acontecimentos que marcaram sua trajetória em arte literária. Em entrevista, Nettel relata que a primeira obra que a despertou como leitora foi *A incrível e triste história da cândida Eréndira e sua avó sem alma*, de Gabriel Garcia Márquez.

Yo estaba viviendo con mi abuela, me llevaba muy mal con ella, tenía una relación de mucha opresión, me sentía totalmente oprimida y maltratada y leí por casualidad *La increíble y triste historia de la cándida Eréndira y de su abuela desalmada*, de Gabriel García Márquez, y dije, este señor entiende perfectamente lo que me pasa. ¿Cómo pudo haber escrito el libro sobre lo que estoy sintiendo sin que me conociera?, me preguntaba. Y hay veces que pasa eso, que tú estás viviendo algo y te cae un libro sobre lo que te está pasando. Y ahí se produce una especie de interconexión extraña entre los libros y los lectores, que los surrealistas dirían que es azar objetivo. Pero yo creo que cuando escribo y después publico un libro, me doy cuenta por los comentarios de los lectores, que eso también pasó con mi libro. Que a alguno de esos lectores también le llegó justo y que eso que yo estaba expresando por necesidad, ellos lo estaban recibiendo como un bálsamo (Nettel, 2020).⁹

No fragmento acima, Nettel frisa a capacidade que a literatura tem de tocar os seus leitores, que, ao se identificarem com uma obra, sentem-se como parte integrante daquele objeto. A mesma experiência que a autora teve ao ler um livro que foi ao encontro do que estava vivenciando, ela nota que o seu público leitor também tende a ter. Com isso, é pertinente pensar como o texto literário se diferencia das demais produções culturais e de que maneira a teoria, crítica ou história da literatura corroboram para a inclusão de questões sociais na ficção. As transformações do conceito de literatura ao longo do tempo,

⁹ NETTEL, Guadalupe. *Leer es un acto de recogimiento como hay pocos en esta sociedad. Continuidade de los libros*. [Entrevista concedida a] Fernando Pitaro, 2020. Disponível em: <http://continuidaddeloslibros.com/guadalupe-nettel-leer-es-un-acto-de-recogimiento-como-hay-pocos-en-esta-sociedad/>. Acesso em 12 de fev.de 2024.

segundo Rita Terezinha Schmidt (2008), provocaram uma transferência do seu sentido como arte ou objeto estético destinado à contemplação, para compreendê-la como resultado de um trabalho estético-escritural, elaborado no âmbito da cultura. Portanto, a arte deixa de ser uma produção exclusivamente individual e dissociada do meio social e passa a fazer parte do universo sociocultural em que as pessoas estão imersas.

Brum também reconhece a importância da leitura e da escrita literária como uma ferramenta que transcende o valor estético. Autora do segundo romance analisado neste trabalho, Eliane Brum nasceu em Ijuí (RS) no ano de 1966, é jornalista, escritora e documentarista. Atuou onze anos como repórter do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, e dez como repórter especial da revista *Época*, em que também foi colunista. Publicou oito livros no Brasil, dos quais sete são não ficcionais e um é ficcional. Brum estreia na ficção com o romance *Uma duas*, publicado em 2011.

Brum também é ativista ambiental e, desde 2017, mora e trabalha em Altamira, região do Médio Xingu, um dos principais focos de devastação da floresta amazônica. A jornalista é uma das criadoras da página de reportagens *Sumaúma*¹⁰, inaugurada em setembro de 2022. A plataforma atua como um meio de narrar histórias que emergem da floresta amazônica, mas que se conectam com eventos globais, a partir do ponto de vista dos vários povos da floresta, ampliando o debate de questões climáticas e ambientais. Em entrevista a Juca Kfourri, Brum expressa a necessidade de se fazer presente fisicamente nas causas ambientais que defende:

A gente veio para cá, para cobrir o centro do mundo, a partir do centro do mundo, defendendo essa coisa concretamente, que é a mudança da centralidade que tem que ser com o corpo. Não basta ficar repetindo isso na internet, tem que fazer esse movimento com o corpo. Então eu vim porque eu entendo que estamos em uma guerra, que é uma guerra climática não contra o clima, mas contra a minoria dominante que produziu essa catástrofe e segue a produzindo, o que é pior. E aqui é uma das linhas de frente. Eu vim até ela (Brum, 2022).¹¹

Em sua fala, Brum comenta o deslocamento que se propôs a fazer ao deixar o Sudeste do Brasil, ressaltando a relevância de se engajar ativamente, de estar no local e experienciar a realidade amazônica e de seu povo, sobretudo, a partir das perspectivas dos habitantes da região. Seja no jornalismo ou na literatura, Brum utiliza a escrita como um ato político e dá visibilidade aos povos marginalizados. Ao estudar sua biografia, compreende-se nesta dissertação que os seus posicionamentos críticos são reflexos de suas experiências desde a infância. Em uma entrevista concedida ao jornal *El País*, Brum relembra um episódio de sua infância em que, com apenas cinco anos, viu o seu pai, presidente de uma faculdade comunitária em Ijuí, ser rebaixado pelo prefeito apenas por desenvolver um projeto baseado na ideologia

¹⁰ SUMAÚMA: jornalismo do centro do mundo. Disponível em: <https://sumauma.com/>. Acesso em: 30 set. 2024.

¹¹ Pereira, Júlia. Eliane Brum diz que mora na Amazônia há cinco anos para estar na fronteira da mudança climática. <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/27/eliane-brum-diz-que-mora-na-amazonia-ha-cinco-anos-para-estar-na-fronteira-da-mudanca-climatica>

Freiriana. O problema é que o seu pai ousou aplicar esse projeto no contexto da ditadura militar e como consequência dessa transgressão a escola foi desvinculada da administração da faculdade. Com espírito revolucionário, Brum resolveu fazer justiça pelo pai e atear fogo na prefeitura.

Eu fui e acendi o fósforo. Na minha cabeça, era só acendê-lo que conseguiria queimar a prefeitura. É claro que gastei a caixa de fósforos inteira e não consegui. Aí, voltei para casa com uma mistura de humilhação e alívio. Meu primeiro ato revolucionário, rebelde, foi fracassado. Mas serviu para descobrir, aos poucos, que escrever era um jeito de lutar sem botar fogo (Brum, 2019).¹²

Dessa memória da infância, Brum chega a uma conclusão interessante: ela entendeu que a escrita também é uma ferramenta revolucionária. A autora compreende que “escrever é um ato de vida, um ato de fazer viver, de poder estar viva e de lutar pela vida e por tudo aquilo que é vivo” (Brum. *El país*, 2019). Daí o prazer da escritora em dar protagonismo às histórias que normalmente não estão nos noticiários. Brum documenta a história das pessoas que geralmente não são ouvidas, coletando relatos corriqueiros, passagens do cotidiano, porém não menos impactantes do que as que estampam as manchetes dos noticiários. A partir dessas narrativas, Brum ganhou o prêmio Jabuti em 2007, com *A vida que ninguém vê*, um conjunto de textos sobre eventualidades do cotidiano, que contam com episódios como o mendigo que nunca pediu algo, um álbum de fotografias achado no lixo, o carregador de malas do aeroporto que nunca viajou de avião, dentre outras cenas.

Brum também se dedicou a outras obras, dentre as quais destacam-se: *Coluna Prestes: o avesso da lenda* (1994), *O olho da rua* (2008), *A menina quebrada* (2013) e *Meus desacontecimentos: a história da minha vida com as palavras* (2014) e em 2011 publicou a sua primeira obra ficcional, o romance *Uma duas*. O livro *Meus desacontecimentos: a história da minha vida com as palavras* (2014), produção autobiográfica de Brum, resgata memórias de sua infância e a autora se transforma em personagem e narradora da própria história. Joice Fagundes Martins (2018) faz uma análise comparada entre este livro e *Uma duas*. No trabalho, a pesquisadora observa que essas duas produções constroem um instigante panorama de representações femininas ao passo que a escrita se torna um lugar de resistência e quebra com o ciclo de silenciamento imposto ao sexo feminino.

Na obra autobiográfica, a escritora explora a história das mulheres de sua família, citando a pressão que sua avó sentia em passar a impressão de uma senhora séria e discreta, já que, aos olhos da sociedade patriarcal, uma mulher idosa “deve” se portar de maneira contida. No entanto, a avó de Brum escapava um pouco dessas amarras sociais quando narrava as histórias de aventura de Malasartes para a neta: nesses momentos Brum via na avó uma mulher alegre e espontânea. Suas tias resistiam de forma diferente, por meio do cultivo de jardins. Nesses espaços, elas exerciam suas subjetividades, preservavam seus saberes e eram livres para ser elas mesmas.

¹² Brum, Eliane. Eliane Brum e a arte de escrever para não matar e para não morrer. [Entrevista concedida a] Joana Oliveira, *El País*, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/10/cultura/1570717717_753040.html. Acesso em: 17 nov. 2023.

Martins (2018) também destaca a preocupação da mulher com a imagem social em *Uma duas*, a partir da personagem Laura. Na narrativa, a protagonista expõe os variados papéis sociais que se vê pressionada a assumir; a princípio o da boa profissional e, posteriormente, o de boa filha. No contexto de *Uma duas*, o espaço que as personagens encontram para desempenharem sua subjetividade é a escrita: nesse lugar se sentem confortáveis para falar de si e se libertarem do peso dos moldes sociais. Martins (2018, p. 57-58) afirma que: “Deixar registrada a palavra é também deixar marcado um espaço pessoal de vivência”, visto que a existência exige uma posição no mundo, e a falta de posicionamento determina o estado real de morte do espírito. Tanto na obra autobiográfica de Brum, como no seu romance ficcional, a escrita é o caminho que essas personagens identificam para desvendar e eternizar suas histórias.

O rompimento do silenciamento no romance de Brum ocorre por meio da escrita das personagens: conscientemente ou não, aquilo que elas não verbalizam é codificado literariamente e se manifesta como uma denúncia contra os seus opressores. O prólogo da obra ressalta o seu caráter metaficcional, no momento em que a protagonista narradora anuncia: “Como ficção eu posso existir. Esta é a história. E foi assim que se passou. Pelo menos para mim” (Brum, 2009, p. 5). É explícito que a história a ser contada é uma ficção, cujo foco narrativo em primeira pessoa revela um tom mais subjetivo e parcial dos acontecimentos. Segundo os pesquisadores Vanessa Cruz e Flávio Camargo (2013, p. 115): “O romance metaficcional mostra que não há um mundo de verdades absolutas, eternas, o que há são construções provisórias, artifícios da linguagem”.

Nesse sentido, a metaficção, ao fazer referência à própria natureza da narrativa, enfatizando o seu caráter de articulação intencional, não vê a obra como um produto acabado, mas sim como um texto em construção moldado de acordo com a interação do(a) autor(a), personagens, leitores(as). Na obra de Brum é perceptível que a construção da história é mediada por uma linguagem ficcional: apesar da experiência das personagens ser verossímil, subjetiva e impactante, trata-se de um texto literário e, portanto, apresenta recursos que tornam a narrativa arbitrária e instigante. O enredo mediado por dois focos narrativos, o da mãe e o da filha, e as passagens de uma para a outra bem demarcadas, tanto pelo estilo da fonte como pela própria linguagem, demonstram as estratégias linguísticas e estilísticas da produção literária.

Nos primeiros capítulos é Laura quem tem a posse das palavras e vai costurando a narrativa de acordo com o seu olhar; a narradora deixa claro ao leitor que é uma escritora profissional no meio jornalístico, mas que, para contar a sua própria história, precisa torná-la ficção. A sua linguagem é, assim, rica em metáforas, ironias e críticas. Maria Lúcia, em contrapartida, nunca se sentiu completamente confortável com as palavras, já que o seu pai nunca a deixou se expressar e formular seus próprios pensamentos. Entretanto, ela sente a necessidade de contar a sua versão. Por meio de uma linguagem simples, mas repleta de sensibilidade e poesia, a personagem ocupa um espaço fundamental na trama.

A metaficção no romance de Brum possibilita que os leitores acompanhem o processo de escrita das protagonistas, as narradoras são sujeitos empíricos com trajetórias que impactam na forma como conduzem e relatam suas lembranças. Maria Lúcia escreve em um caderno sem pauta, registrando, no espaço íntimo de seu quarto, suas memórias, mas deseja que a sua história seja publicada pela filha para que os leitores possam julgá-la de forma justa. Já a escrita para Laura é a sua profissão e vida: a personagem tem consciência do poder das palavras e as utiliza para desvelar o seu eu: “Tinham me contado que os escritores eram uma espécie de deuses [...] Me preparei a vida inteira para ser deus. E só o que faço agora é desinventar a mim mesma.” (Brum, p. 38). Em suma, a escrita no romance de Brum é uma maneira que as personagens encontram de reinventar ou mesmo desinventar o seu eu, ao passo que desvendam as omissões que as mantiveram por muito tempo estagnadas e silenciadas.

A filha única foi finalista do prêmio britânico Booker e, na ocasião, em entrevista à *Folha de São Paulo*, Nettel destacou que “Existem tantas formas de ser mãe quanto existem de ser humano”. Apesar de ser mãe de dois filhos, a autora expressou o desejo de que a obra também desse visibilidade às mulheres que não desejam a maternidade: “Acredito que há cada vez mais mulheres que decidem não gerar e que elas têm todo o direito de escolher o que querem da vida delas” (Nettel, 2023).¹³ A escolha de uma protagonista narradora que apresenta uma postura radical em relação à maternidade não foi ingênua; Nettel tinha a intenção de criar um romance polifônico, incluindo mulheres que vivem e apresentam diferentes posturas em relação à maternidade.

Os pesquisadores Marcelo Carneiro e Josemir Júnior, ancorados no conceito de polifonia de Bakhtin, sustentam que: “todo texto é precedido por um discurso, o discurso é ligado diretamente a seus aspectos históricos e sociais” (2024, p. 48). Nettel cria uma atmosfera ficcional que reflete temas extremamente relevantes para a sociedade. As vivências pessoais da autora também influenciaram no seu processo criativo: como já citado em outro tópico, a representação da maternidade atípica de Alina é inspirada na história de vida de uma amiga íntima da autora. A escritora sente a necessidade de tocar em temas que fizeram/fazem parte de sua trajetória, como a deficiência, as cobranças, as imposições sociais e as violências que atingem as mulheres. Apesar de o foco narrativo estar centralizado em apenas uma personagem, a opção por desenvolver a temática da maternidade a partir da polifonia das vivências de personagens com identidades e experiências plurais permite aos leitores se defrontarem com a maneira com que algumas mulheres alcançam a possibilidade de definir as suas escolhas livres das imposições sociais. Por outro lado, evidencia o cotidiano de mulheres mães, imersas nos desafios de uma maternidade apresentada sem romantismo.

A polifonia no romance se faz presente até mesmo no acervo de leituras de Laura. Rita Segato está entre as referências que a narradora identifica na biblioteca do coletivo *La Colmena*, assim como

¹³ Guadalupe Nettel rasga o que é ser mulher em 'A Filha Única', finalista do Booker. *Folha de S.Paulo*, 18 maio 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2023/05/guadalupe-nettel-rasga-o-que-e-ser-mulher-em-a-filha-unica-finalista-do-booker.shtml>. Acesso em 27 de outubro de 2023.

Silvia Federici e Virginia Woolf aparecem na mesa de cabeceira da sua mãe, no momento em que a personagem começa a se afiliar à vertente do feminismo comunitário. A menção dessas vozes aponta para uma narradora comprometida em contestar padrões de comportamento e prática – inclusive os seus. Enquanto pesquisadora, Laura leva essas inquietações para a narrativa da história de sua mãe, bem como para a de Doris e de Alina. Na espera da realização do exame que revelará o sexo da filha de sua amiga de infância, Laura imagina: “me perguntei como seria nosso mundo se, em vez de nomes como aqueles, nos fossem atribuídos conjuntos de letras, imagens como Nuvem sobre o Lago ou Brasa no Fogo, e nos deixassem decidir quais gêneros escolher ou inventar” (Nettel, 2022, p. 34).

Brum explora a temática da maternidade de maneira semelhante a Nettel. A autora desconstrói os rótulos idealistas que ligam a mulher a essa função. Em uma entrevista à revista eletrônica *Balaio de Notícias*, Brum (2023) argumenta que “Infelizmente, no nosso tempo, a maternidade é idealizada, beira a sacralização. E, quando algo se torna da esfera do sagrado, os conflitos não podem existir. Como os conflitos existem, eles então precisam ser calados”¹⁴. O que nas narrativas canônicas era ocultado para construir uma imagem sacralizada da maternidade como um destino natural da mulher, em *Uma duas* é escancarado, de modo que as protagonistas, constituídas por mãe e filha, fazem queixas e expõem os conflitos que permeiam no âmbito familiar.

Nota-se que as duas escritoras aqui estudadas são comprometidas com temáticas socialmente importantes, como é o caso de Nettel ao tratar assuntos emblemáticos como a deficiência, ou mesmo o de Brum, ao olhar para pessoas comuns que, não raro, são invisibilizadas pelos grupos hegemônicos. Ademais, tanto Nettel como Brum veem na escrita uma maneira de transformar vidas e com as palavras inserem novos discursos, legitimando vozes que, por muito tempo, foram silenciadas pelo cânone. Os romances *A filha única*, de Nettel, e *Uma duas*, de Brum, são produções fundamentais para ampliar as discussões acerca da mulher, da maternidade, das violências direcionadas às mulheres e dos *tabus* que permanecem regulando as condutas femininas.

¹⁴ Brum, Eliane. Eu só sei existir na palavra. [Entrevista concedida a] Paulo Lima. **Balaio de Notícias**, 2023. Disponível em: <https://www.balaiodenoticias.com.br/artigos-e-noticias-ler.php?codNoticia=46&codSecao=8&q=Eliane+Brum>. Acesso em: 27 out. 2023.

1.2. A mesma violência em contextos geoculturais distintos

Os romances *A filha única* e *Umas duas*, além de ter como destaque a relação ambígua das mulheres com a maternidade, também focam na questão da violência das mulheres em cenários geográficos e culturais distintos. No primeiro romance, o ambiente narrado por Laura é sombreado com pinceladas do medo e das preocupações das personagens em relação à condição da mulher na sociedade mexicana. Ao descobrir que a amiga terá uma filha, Laura reflete: “‘Uma menina’, pensei, enquanto me passavam pela mente os perigos que isso implica num país como o nosso” (Nettel, 2020, p. 34).

No romance brasileiro, de modo semelhante, os relatos das protagonistas, mãe e filha, são constituídos por lembranças dolorosas, que por meio da escrita rompem com o silenciamento das violências sofridas pelas personagens. Laura, a filha, admite: “Sempre tive medo de escrever. Da hora de tornar meu sangue símbolo do sangue. Tinha medo por causa da dor desconhecida que talvez viesse, que eu quase podia tocar como certeza. Ainda que eu sangue com sangue, este ritual eu conheço [...]” (Brum, p. 41). As narrativas de Laura e Maria Lúcia têm marcas de sangue e traumas que as protagonistas nunca conseguiram confessar abertamente uma para a outra. É somente mediante a escrita que revelam fatos enigmáticos de seus passados.

Em meio a essas discussões sobre o controle e violação dos corpos femininos, nos romances estudados, as personagens Maria Lúcia, de *Uma duas*, e Doris, de *A filha única*, ilustram o sofrimento das mulheres que têm seus corpos controlados e limitados pelo patriarcado. Maria Lúcia foi vítima de violência simbólica e psicológica na infância por um pai autoritário e militar, que a impedia de estudar e socializar com outras crianças. Após a morte do pai, a personagem foi abusada sexualmente pelo porteiro do prédio em que morava e se uniu involuntariamente com o agressor. Doris, por outro lado, envolveu-se com um homem abusivo e violento, e mesmo após a morte de seu marido os reflexos dessa violência recaíram sobre o seu filho, que reproduzia o comportamento agressivo do pai.

O texto literário de Brum é representativo das inúmeras violências de que as mulheres são vítimas, muitas vezes dentro do próprio ambiente familiar. Em pesquisa mais recente, o Anuário de Segurança Pública do Brasil¹⁵ revela que, em 2023, houve uma leve queda de 0,1% dos homicídios femininos, com quatro casos a menos que em 2022. Contudo, houve um crescimento de 0,8% de feminicídios, totalizando 1467 mulheres assassinadas por motivação de gênero. De modo geral, em comparação com 2022, os contextos de violência contra as mulheres no Brasil se agravaram significativamente em 2023. Os dados apontam um aumento de 9,8% de violência doméstica; 9,2% das tentativas de homicídio; 7,1% de tentativas de feminicídio; 33,8% de violência psicológica; e 34,5% de

¹⁵ ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>. Acesso em: 07 de out. de 2024.

crime de *stalking* (perseguição). O estupro, considerando estupro de vulnerável, subiu 5,3% no período, atingindo em torno de 72.454 mulheres e crianças do sexo feminino.

Diante desse contexto de extrema violência contra os corpos das mulheres brasileiras, recentemente houve mais um ataque aos direitos reprodutivos femininos: a criação de um projeto de lei que criminaliza o aborto após 22 semanas de gestação, mesmo sob a condição de estupro ou risco de morte da genitora. Na Constituição vigente, a mulher tem autonomia para interromper a gestação sem limitação de tempo em caso de estupro, risco de vida ou gestação de feto anencefálico, porém o projeto de Lei 1904/24¹⁶, proposto pelo deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), compara o aborto após 22 semanas ao crime de homicídio simples. Caso aprovado, a mulher poderá ser penalizada de seis a vinte anos de reclusão.

A “PL do estupro”, tal qual ficou popularmente conhecida graças à mobilização feminista, apenas reforça a violação contra os direitos das mulheres e mantém os seus agressores impunes, uma vez que a vítima terá uma pena mais severa do que a do abusador. É pertinente frisar que frequentemente crianças do sexo feminino são abusadas sexualmente em seu meio familiar e acabam engravidando. No Brasil, as crianças e adolescentes são as principais vítimas de violência sexual: de acordo com dados de 2023 do anuário de segurança pública, 88,2% das vítimas de estupro e estupro de vulneráveis são do sexo feminino, e 76% desses casos se enquadram como estupro de vulnerável. Outro dado preocupante é que, em média, mais de cinco estupros de menores de 14 anos são registrados por hora no país.

Por meio de um recorte da vida real, no artigo “A ‘safada’ que ‘abandonou’ seu bebê”¹⁷, produzido por Eliane Brum e publicado em *El País*, é exposto o caso de uma trabalhadora doméstica nordestina, moradora de São Paulo, que foi condenada e rotulada de forma pejorativa pela sociedade devido ao suposto abandono de seu bebê. Ainda neste artigo, Brum reflete como a desigualdade social e racial afeta os direitos reprodutivos das mulheres, principalmente em relação à prática do aborto. Para a jornalista, apesar de o aborto ser criminalizado no Brasil, no cotidiano ocorre como um “*apartheid* racial e social”, sendo acessível às mulheres com condições financeiras que buscam clínicas seguras para realizar o procedimento e inalcançável para as mulheres mais pobres, majoritariamente negras e jovens, que necessitam do Sistema Único de Saúde (SUS). As mulheres que vivem em condições de vulnerabilidade, quando se veem grávidas e sem apoio do genitor ou da família, na maior parte das vezes se arriscam em fazer abortos clandestinos ou, como o caso exposto por Brum, após a concepção, deixam as crianças recém-nascidas na esperança de que sejam acolhidas por uma família com condições de criá-las.

Uma analogia com o drama vivenciado pelas personagens de *Uma duas e A filha única* permite observar esse contexto de violência e sofrimento feminino na experiência de Alina e Maria Lúcia. A

¹⁶ Até a data de defesa desta Dissertação, o Projeto de Lei nº 1904/24 permanecia em tramitação na Câmara dos Deputados.

¹⁷ Brum, Eliane. A “safada” que “abandonou” seu bebê, por Eliane Brum. *El país*, 12 de out. de 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/12/opinion/1444657013_446672.html. Acesso em: 23 de jul. de 2024.

primeira personagem desejou a gestação de Inés, e, mesmo com a possibilidade de interromper a gravidez devido à falta de desenvolvimento do cérebro da bebê, decidiu prosseguir com a gestação, lidando com a experiência do nascimento e do luto. A segunda personagem, contudo, foi violentada sexualmente; diferentemente de Alina, ela não desejou sua gestação, e nem tinha a possibilidade de interromper a gravidez, uma vez que o seu abusador a impedia até mesmo de fazer um acompanhamento médico. As trajetórias das personagens da ficção, portanto, se cruzam com as estatísticas, sobretudo em países como o Brasil e o México, que apresentam elevados índices de violência contra as mulheres.

No livro *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres*, Rita Segato (2014) considera a violência de gênero como um elemento inerente das relações de poder e domínio na sociedade, sobretudo na América Latina. A autora evidencia que violência contra as mulheres se manifesta como uma pedagogia da crueldade, que preserva as hierarquias patriarcais e a perpetração de práticas que subalternizam e vulnerabilizam os corpos das mulheres. Em suas ponderações Segato salienta:

Estamos diante da agressão sistemática e da eliminação de um tipo humano, que não responde a um motivo ou gatilho imediato que possa ser referido à intimidade. Entre esses últimos, podemos contar as agressões de gênero no contexto dos novos tipos de guerra, o tráfico de pessoas com sua redução a condições de concentração e o abandono ou a subnutrição de bebês e meninas do sexo feminino em países asiáticos, entre outros. Esses tipos de feminicídios, que sugiro chamar de “femi-genocídios” (Segato, 2001 e 2012), aproximam-se em suas dimensões da categoria de “genocídio” por causa de suas agressões contra as mulheres com a intenção de letalidade e deterioração física em contextos de impessoalidade, em que os agressores são um coletivo organizado ou, melhor dizendo, são agressores porque fazem parte de um coletivo ou corporação e agem em concerto, e as vítimas também são vítimas porque pertencem a um coletivo no sentido de uma categoria social, no caso, o gênero (2014, p. 66, **tradução nossa**).

Segato (2014) desloca o feminicídio do espaço íntimo e privado, argumentando que o assassinato em massa de mulheres ocorre também no âmbito público. Conforme a pesquisadora expõe na citação acima, a sociedade mexicana está diante de uma agressão e erradicação estrutural de um grupo humano, contemplando sistematicamente as mulheres. Entre essas novas expressões de violência, são mencionadas as agressões de gênero em contextos de guerra, o tráfico de pessoas, a redução das vítimas a condições de aprisionamento, e o abandono ou a subnutrição de meninas em alguns países asiáticos. A teórica denomina essas formas de feminicídios como “femi-genocídios”. Diante disso, Segato esclarece que os atentados contra os corpos mulheres devem ser um tema de interesse universal. A teórica alerta que, contemporaneamente, as novas guerras contra os corpos das mulheres perpetuam-se por meio de práticas em que os corpos femininos e feminizados são tratados como territórios de disputa e de demonstração de poder, como os feminicídios e atentados de terror comunitário na *Ciudad* de Juárez e a constante desumanização e objetificações das vítimas.

O México é o espaço em que se passa o enredo do romance de Nettel. Em 2021, conforme apresenta o Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe,¹⁸ o país estava na lista dos que registraram feminicídio equivalente ou superior a uma vítima a cada cem mil mulheres. Em 2009, devido à potencialização da violência contra a mulher, o governo do México criou o “Táxi Rosa”¹⁹, que são veículos pintados de rosa e dirigidos por mulheres, destinados a atender apenas o público feminino.

Diante desse cenário de violência extrema contra as mulheres, em entrevista recente, Guadalupe Nettel revelou ser uma escritora crítica da violência de seu país, que continua permeado pelo discurso patriarcal:

Machista, ele continua sendo. López Obrador chegou ao ponto de declarar que o feminismo era algo estrangeiro que não fazia parte da cultura do México, um país que respeita as mulheres, o mesmo país em que onze mulheres são assassinadas todos os dias no que podemos chamar de feminicídio. Mas tenho sido muito crítica em relação a todos os presidentes de meu país, não apenas a este. E agora que duas mulheres vão concorrer à presidência do meu país e, portanto, pela primeira vez teremos uma mulher presidente da República, talvez as coisas comecem a mudar. (Nettel, 2023, **tradução nossa**).²⁰

Nettel destaca uma fala problemática do gestor do México, que trata o feminismo com descaso, como se não fosse uma pauta válida. Trata-se de algo contraditório já que, como mencionado anteriormente, o país apresenta índices elevados de violência contra as mulheres. No romance de Nettel, a autora elucida a indiferença de alguns sobre as manifestações feministas. Há um episódio em que Laura e Doris estão em busca de um táxi. Em meio ao trânsito causado por uma marcha feminista, um homem de gravata, visivelmente descontente, fala: “Mais uma vez as feministas fazendo barulho. Nenhum carro pode cruzar a rotatória por causa delas” (Nettel, 2020, p. 206). Este homem não demonstra preocupação em saber o motivo pelo qual as feministas estão se manifestando, não lhe interessa saber se é pelo aumento de feminicídios ou outras violências sobre os corpos femininos. Ele só não quer se atrasar para os seus compromissos.

“O barulho das feministas”, por outro lado, não é à toa, válida a luta das mulheres contra a impunidade das infindáveis violências que seus corpos sofrem diariamente. As pautas que carregam consigo estão estampadas em cartazes com frases como: “CHEGA DE FEMINICÍDIOS, NEM UMA AMENOS, NÃO É NÃO, MEU CORPO ME PERTENCE” (Nettel, 2022, p. 206). A passagem de Laura e

¹⁸ CEPAL. Feminicídio ou femicídio. Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, 2021. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/indicadores/feminicidio-ou-femicidio>. Acesso em 27 de out. de 2023.

¹⁹ HANASHIRO, Carolina. Contra assédio, cidade no México introduz táxi cor-de-rosa para mulheres. **BBC News Brasil**, 7 out. 2009. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/10/091007_taxi_mulheres_mexico_ch_np. Acesso em 27 de out. de 2023.

²⁰ NETTEL, Guadalupe. Guadalupe Nettel: *Quién es capaz de decir que nuestras sociedades son felices?* [Entrevista concedida a] Daniel Arjona. **Zenda Libros**, 02 de out. de 2023. Disponível em: <https://www.zendalibros.com/guadalupe-nettel-quien-es-capaz-de-decir-que-nuestras-sociedades-son-felices/>. Acesso em 25 de out. de 2023.

Doris pelas ruas do México no momento do protesto demarca o contexto violento em que as mulheres estão inscritas na sociedade mexicana e que Nettel encena em sua obra literária.

Politicizada e crítica como Nettel, Eliane Brum, em uma matéria do jornal intitulada “As Mulheres que dizem não”, discute sobre a violência que os corpos femininos sofrem pelos homens, dando destaque aos abusos e assédios sexuais. Pensando nessas questões, Brum salienta em sua matéria a importância do consentimento feminino, assim como do posicionamento das mulheres que se sentirem assediadas. A colunista enfatiza que:

Está terminando o autoconsentimento tácito do homem sobre a mulher, produzido pelo silêncio, pelo preconceito, pelo domínio ainda masculino das instituições. Produzido como direito de nascença, que vinha junto com o pinto. Produzido pelo discurso do “ela provocou”, “ela estava pedindo”, “ela usava saia curta”, “ela tinha aquele decote”, “ela andava na rua tarde da noite”, “ela no fundo queria”. De nossos desejos só nós sabemos. Mas eventualmente podemos contar. E estamos contando. Basta escutar (Brum, 2017).²¹

No contexto em que Brum escreve, é importante salientar a implementação de algumas leis que protegem as mulheres, tais como a Lei Maria da Penha (11.340/2006), cuja finalidade é disponibilizar medidas de assistência e proteção em casos de violência doméstica e familiar; a Lei Carolina Dieckmann (12.737/2012), que considera crime a invasão da privacidade e apropriação de dados íntimos das mulheres; a Lei do Minuto Seguinte (12.845/2013), que permite assistência às vítimas de violência sexual, como atendimento emergencial pelo SUS, auxílio médico, psicológico e social, exames preventivos e esclarecimento sobre os direitos das vítimas.

Conforme a reflexão de Brum, a violação dos corpos femininos não deve ser mais naturalizada, pois atualmente, graças às contribuições feministas e à circulação desenfreada de informações nas redes sociais sobre casos de assédios e abusos sexuais, as mulheres têm se encorajado a denunciar os abusadores. Assim, busca-se enfatizar que o corpo das mulheres não é um produto de livre acesso, o qual os homens se sentiam no direito de violar, subalternizar e dominar, sem se preocupar com as consequências, já que tinham o apoio do Estado.

Tendo em vista o cenário que o romance de Nettel explora, vale a pena dialogar com um ensaio publicado na revista *Estudos Feministas*, em que Segato declara: “Quando um sistema de comunicação com um alfabeto violento instala-se, é muito difícil desinstalá-lo, eliminá-lo” (Segato, 2005, p. 277). A socióloga chega a essa conclusão por causa de um estudo da disseminação de crimes contra as mulheres em *Ciudad Juárez*. Ao investigar os métodos brutais de violação que envolvem redes de apoio que ultrapassam a ação individual, estendendo-se desde empresas privadas até o Estado, Segato observa uma repetição de padrões ao longo dos séculos, revelando um desejo de conquista e de invasão territorial

²¹ Brum, Eliane. As mulheres que dizem não. *El país*, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/25/opinion/1514215938_126857.html. Acesso em: 13 de fev. de 2024.

manifestado como discurso. Na tensa fronteira com os Estados Unidos, fica evidente o controle dos corpos como continuação das relações coloniais.

Na trama, a violência contra as mulheres no México é demonstrada nos comentários que a narradora escuta enquanto caminha pela cidade. Laura ouve o comentário: “Ontem encontraram o corpo de outras três mulheres mortas. [...] Hoje foi a Cidade do México, na semana passada Veracruz, há quinze dias Reynosa.” Portanto, a ficção reproduz episódios de uma gramática da violência que se presentifica tanto no espaço extenso de um país quanto na restrita dimensão do lar. No espaço doméstico, uma criança de oito anos grita para a mãe: “Eu te odeio! Você é uma puta!”. Enquanto, de outro lado, duas garotas anônimas acompanham as notícias das ruas e declaram: “O sujeito que as matou disse que elas mereciam porque eram vadias” (Nettel, 2020, p. 186; 157, respectivamente).

A violência vivida pelas personagens de *A filha única* tem como alvo os sujeitos feminizados, e o exemplo da criança comprova que o ciclo de violência é reproduzido de maneira automática, considerando que o seu comportamento agressivo é um reflexo do pai violento já falecido. Provavelmente de forma inconsciente, Nicolás repercute o que ouviu seu pai dizer, personificando a maneira como o patriarcado preserva os esquemas de dominação. Ao assistir o pai quebrando os pratos quando não gostava da comida feita por Doris, o filho se exalta diariamente para reclamar de tudo que a mãe faz, ofendendo-a em um tom tão alto que a vizinhança é capaz de ouvir o que se passa no apartamento.

Em *Uma duas*, Laura de certa forma também reproduz o ciclo de violência que atingiu Maria Lúcia: a personagem culpa a mãe pelo abandono do pai e pela falta de afeto e comunicação em sua família. Em um dado momento no enredo Laura a persegue com uma faca, mas percebe que por mais que sinta vontade de se livrar dessa mãe, é incapaz de feri-la pois as duas são uma só, ligadas por dores e traumas. Laura encontra outras formas de atingi-la; nota que ao se mutilar a mãe sente a sua dor e com isso ela começa a se ferir na frente da progenitora. A associação que Laura faz aos cortes, como a abertura de bocas pelo corpo, remete ao sentido de que as feridas comunicam aquilo que ela não consegue externalizar em palavras, assim a dor física é uma forma de atenuar o vazio emocional que sente. No seguinte trecho, Laura descreve como era o ritual em que se automutilava, e a figura materna sempre está à espreita: “O sangue saindo pela boca do braço. Quantas vezes eu já me cortei? E a voz da mãe no lado avesso da porta. Laura. Rasgo mais uma boca. Meu sangue garoa junto com a voz no piso do quarto” (Brum, 2009, p. 5).

Tanto o corpo de Laura quanto o de Maria Lúcia são extremamente reativos, comunicam o que não é verbalizado pelas personagens. Por exemplo, tanto a mãe como a filha faziam xixi na roupa quando alguma situação fugia do controle delas, como também lavavam as mãos repetidas vezes. Essas reações das personagens são explicadas no decorrer do romance por meio do resgate de episódios traumáticos de suas vidas. A infância de Maria Lúcia é marcada pela opressão da figura paterna, que proíbe a filha de

frequentar uma escola, por temer que as influências do mundo moderno a tornassem uma mulher promíscua. No entanto, esse pai conservador e militar induz a filha a escrever cartas obscenas para as suas amantes. A presença do dicionário na casa de Maria Lúcia é vista como uma ameaça pelo pai, que insiste em dizer à filha que ela não tem idade para ter acesso a todas as palavras do mundo. Entretanto, a curiosidade de Maria Lúcia a instiga a procurar compreender aquelas palavras que ela escrevia e não eram suas. Dessa forma, como é ressaltado pela própria Maria Lúcia, o dicionário era a sua versão particular da caixa de Pandora.

A pressão que o pai de Maria Lúcia exerce sobre ela era tanta que ela desenvolve manias como a de lavar as mãos por se sentir suja e urinar na roupa todas as vezes que se sentia intimidada ou tinha a impressão de que estava fazendo algo errado. A primeira vez que fez xixi foi no momento em que abriu o dicionário. Seu pai ao perceber o ato da filha a acusa: “Sua menina suja, o que deu em você, Maria Lúcia?” (Brum, 2009, p. 46). Maria Lúcia, todavia, não consegue explicar em palavras o que sente, mas pensa internamente: “E eu sabia que suja era ruim, mas também era bom, porque nas cartas ele queria fazer coisas sujas. E então eu fazia xixi de novo” (Brum, 2009, p. 46).

Tendo por base esse recorte da ficção, torna-se pertinente dialogar com as ponderações teóricas de Eurídice Figueiredo (2019), referindo-se ao trauma e à melancolia que atingem pessoas que sofrem violência sexual. Ancorada em psicanalistas como Abraham e Torok, a teórica resalta que o indivíduo que foi vítima de algum tipo de abuso sexual pode entrar em um estado de negação ou recalçamento, como uma forma de se proteger dos efeitos que as lembranças traumáticas podem provocar. Segundo Figueiredo (2019, p. 142): “A dificuldade de amar está relacionada com a memória, a impossibilidade de romper com a casca da clausura para a transmissão da memória cria a doença.”

Como se observa na ficção com Maria Lúcia, esta personagem não consegue se conectar com a filha e nem mesmo falar sobre os abusos que sofreu da infância até a vida adulta. Maria Lúcia se enclausurou na própria dor e, conseqüentemente, esse ciclo de opressão se repete na criação de Laura. De maneira inconsciente, Maria Lúcia reproduz os abusos que vivenciou, demonstrando um comportamento tóxico. A protagonista mantém a filha sob sua vigilância, não a deixando nem mesmo dormir sozinha em seu quarto, por temer que tenha o mesmo destino que ela. Apesar do desconforto e sentir que está ocupando o lugar na cama que devia ser do seu pai, Laura também é dependente da mãe. Esse relacionamento não convencional com a mãe afeta a identidade de Laura, a protagonista tem constantes crises existenciais e não se reconhece quando está longe da mãe.

Para Laura, retalhar o próprio corpo é algo inevitável. Como toda a sua vida foi movida pelo silêncio, apatia e indiferença, cortar-se é a forma que ela encontra de sentir-se viva, ainda que pela dor. Nas palavras da personagem ela frisa: “Meu sangue derramado é a minha droga. Bizarra e tóxica para os outros. Para mim, não. É vida. Estou tentando me salvar, ainda que tenha de cortar as próprias cicatrizes se já não houver mais carne ainda não aberta” (Brum, 2009, p. 46). Mais adiante a personagem revela o

desejo de ter um corpo integralmente recortado por si e com uma nova pele, embora tenha consciência de que não conseguirá se desfazer da sua herança materna. Ao afirmar que “o que está lá dentro eu sei, vai ter sempre cheiro de sabão” (Brum, 2009, p. 46), Laura admite que em sua essência o cheiro de sabão, referindo-se ao cheiro da mãe, sempre permanecerá como um elo entre as duas. Assim, a obsessão de Maria Lúcia por limpeza é o que fica de memória afetiva para a filha.

Ambas protagonistas vivenciaram situações de violências e, cada uma à sua maneira, buscaram resistir às marcas dessas experiências. A violência vivenciada e testemunhada pelas protagonistas as torna sujeitos de resistência. Apesar de todas as tentativas de silenciá-las, essas mulheres se mostram corajosas e lutam pela sua sobrevivência. A personagem Laura de *A filha única* não se contenta em assistir o filho de sua vizinha sendo agressivo com a mãe, de modo que se incomoda com os gritos que ultrapassam as paredes de seu prédio e, apesar de não simpatizar com crianças, surpreende-se ao se ver cada vez mais envolvida na rotina de Nicolás e de Doris. Nesse momento, com o auxílio de Laura, Dóris inicia um processo de olhar para si e para seus próprios interesses, o que foi negligenciado com a maternidade e o casamento. Alina, em outro núcleo, luta para seguir a sua vida após ser mãe de uma criança com deficiência e recorre às redes de apoio de pessoas que partilham suas experiências na criação de bebês com microlisencefalia. Apesar de contar com o suporte dos familiares e de Laura, Alina sente o peso do maternar, que muitas vezes se converte em atividades compulsivas.

Já em *Uma duas*, Maria Lúcia e Laura são surpreendidas com uma reaproximação. Depois de anos fora de casa, Laura precisa retornar para cuidar da mãe que foi resgatada pelos bombeiros em uma situação de calamidade. Ciente da responsabilidade legal²² de amparar a mãe idosa em casos de vulnerabilidade, e temendo aos julgamentos externos, Laura se vê obrigada a cuidar de Maria Lúcia, mas ambas são atormentadas pelos fantasmas do passado. Quando Maria Lúcia descobre um câncer terminal, Laura percebe que não conseguirá viver sem sua mãe, pois, por mais que a odeie, não é capaz de se separar dela. A ligação da mãe e da filha não corresponde à expectativa criada pela sociedade, pois essas não se conectam pela relação afetiva; elas são unidas pela partilha de traumas e de dores similares.

Os conflitos familiares explorados no campo ficcional por Nettel e Brum vão ao encontro com o que salienta Verónica Gago acerca dos impasses intrafamiliares na América Latina contemporânea: “muitíssimos lares, em seu sentido heteropatriarcal, se tornaram um inferno; são os lugares mais inseguros e onde se produz a maioria dos feminicídios, além de um sem-fim de violências ‘domésticas’ e cotidianas” (Gago, 2020, p. 129). No que tange o ódio contra as mulheres e os corpos feminizados, Gago opta por pluralizar o conceito de violência, ultrapassando as definições que a atrelam apenas àquelas agressões ocorridas no espaço íntimo e doméstico. Para se desvincular dos limites totalizantes do

²² Conforme o artigo 229 da Constituição Federal, assim como os pais têm a obrigatoriedade de assistir, criar e educar os filhos menores, cabe aos filhos maiores ajudar e acolher os pais na velhice, carência ou enfermidade. No estatuto do idoso, esse dever dos familiares com os pais idosos é reforçado: “[...] a Lei nº 10.741/2003 sustenta que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à habitação, ao transporte, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária” (Brasil, 2003, Lei nº 10.741/2003).

conceito de violência é preciso pensar nesse fenômeno como um aparato ideológico e institucionalizado, que se estende para além das fronteiras do lar, isto é, constitui-se como uma rede que se perpetua nas relações econômicas, políticas, institucionais, coloniais, entre outras.

No que concerne à violência de gênero, a estudiosa e feminista brasileira Heleieth Saffioti (2001) aponta que, na atribuição do papel patriarcal, os homens retêm o poder de designar as normas das categorias sociais, sendo aprovados pela sociedade a penalizar quando houver uma transgressão nas regras. Embora nem sempre as vítimas se rebelem contra as normas instituídas pelo patriarcado, os homens contam com um projeto de dominação-exploração, cuja autoridade é sustentada pela violência. Por conseguinte, as mulheres são as vítimas potenciais do patriarcado, que cristaliza sua ideologia misógina a partir da naturalização da subordinação do sexo feminino ao masculino. Ainda que as mulheres não estejam isentas de reproduzir o ciclo de violência patriarcal, elas não possuem os privilégios destinados historicamente aos homens. Pensando nessas questões, Saffioti (2001, p. 117) afirma: “O importante a reter consiste no fato de o patriarca, exatamente por ser todo poderoso, contar com numerosos asseclas para a implementação e a defesa diuturna da ordem de gênero garantidora de seus privilégios”.

Além de ser reprimida e abusada na infância por meio da exposição às cartas eróticas do pai, após a morte do patriarca, Maria Lúcia aos 22 anos se uniu, involuntariamente, com o porteiro do apartamento em que morava. Descrito pela personagem como um “homenzinho cinzento de corpo branco e mole”, completamente contrário do seu pai, este homem, ao notar que Maria Lúcia era uma mulher jovem e sozinha, foi se aproximando aos poucos. A princípio, o porteiro somente demonstrava querer cuidar dela, no entanto, quando a personagem saiu do apartamento pela primeira vez sozinha, ele se revelou possessivo e agressivo. Este homenzinho, aparentemente inofensivo, a violentou sexualmente. A personagem transcreve como o ato ocorreu em seu caderno:

Senti que tinha feito algo muito errado. Em seguida tive ódio dele. Você não é o meu pai, eu disse. Desta vez eu disse. Não sou mesmo. Sou o seu homem. Meu o quê?, eu não entendia. Então ele disse. Fica quieta. E começou a tirar o meu vestido. Eu era maior do que ele, mas tinha um medo maior do que eu. Fiz o que tinha aprendido a fazer. Deixei fazer (Brum, 2011, p. 60).

Apesar de ser uma mulher adulta, marcada pela experiência de um pai rígido, Maria Lúcia não tinha dimensão de como os homens podiam ser cruéis, e nem mesmo o que era uma violência sexual, pois seu pai não lhe ensinou nada disso. Ao ser violentada, a personagem permaneceu quieta e não conseguiu emitir nenhum som. Ainda que internamente sofresse, o seu grito foi em silêncio. Maria Lúcia revela que minutos depois do ato, ela e o porteiro se tornaram marido e mulher, mas só teve consciência disso muito tempo depois, no momento em que começou a observar outros casais. No entanto, é importante frisar que a constituição do núcleo familiar de Maria Lúcia se deu a partir da violência e dominação masculina. Com o matrimônio a personagem que já não tinha autonomia se tornou ainda mais

subordinada, pois enquanto o marido trabalhava e frequentava os espaços públicos, Maria Lúcia ficava restrita à esfera doméstica.

O sentimento de medo é marcante nos dois romances. Em *Uma duas*, o temor que Maria Lúcia sente fez com que por muito tempo se calasse e se submetesse à vontade do pai e, posteriormente, do marido. O medo também paralisou a vida de Doris, que abdicou dos seus sonhos e interesses por causa das pressões de um companheiro agressivo, e depois vê em seu filho a repetição do ciclo de violência. Observa-se, diante dessa conjuntura, que muitas vezes as mulheres ficam presas em relacionamentos que limitam a sua liberdade e ferem com seus direitos e dignidade. Figueiredo (2020) pontua que as emoções corporais (vergonha, humilhação, timidez), bem como os sentimentos (admiração, respeito), são frequentemente meios pelos quais as mulheres acabam aceitando inconscientemente os ditames do patriarcado. Ainda que se questionem internamente sobre as condutas de seus agressores, ao permanecerem nessas relações colaboram fortuitamente para continuidade do sistema de violência perpetrado pelo patriarcado.

Partindo desse ponto de vista, Figueiredo (2020, p. 19) acrescenta: “Não se trata de atribuir às mulheres a responsabilidade da culpa pela sua submissão, mas a violência física e simbólica aprisiona mulheres em relações amorosas abusivas que muitas vezes redundam em feminicídio”. Contudo, os romances de Nettel e Brum não expressam a aceitação e normalização do contexto violento e opressivo em que essas personagens estão inseridas. Por meio de enredos que destacam a amizade e os conflitos intrafamiliares entre mulheres, problematizam os *tabus* instituídos pelo *status quo*, explorando de forma polifônica as experiências das mulheres na sociedade contemporânea. As personagens nos romances das duas escritoras são humanizadas, na medida em que expõem suas fragilidades, receios e traumas.

2. “NÃO HÁ COMO ESCAPAR DA CARNE DA MÃE. O ÚTERO É PARA SEMPRE”: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA MATERNIDADE

Ninguém me explicou como ser mãe nem me alertou sobre o grau de cansaço e desamparo que se sente [...] Ninguém te conta isso quando fala sobre maternidade. É um daqueles segredos que asseguram a continuidade da espécie (Nettel, 2020, p. 42).

Este capítulo foca nas abordagens da maternidade produzidas historicamente desde os mitos de criação até a literatura. Interessa perceber como esses modelos criados discursivamente influenciaram/influenciam nos padrões de comportamento das mulheres. A epígrafe consiste em uma passagem do romance de Nettel, em que a mãe de Laura revela para a filha que as narrativas romantizadas pela sociedade sobre a maternidade ocultam os sentimentos de exaustão, de solidão e de medo. No decorrer do capítulo, são utilizadas referências de mitos como o de “Adão e Eva”, “Lilith” e “Medeia” para ilustrar a associação das mulheres ao pecado. Além disso, são citadas algumas obras literárias como *Madame Bovary* (Flaubert, 1856), *Dom Casmurro* (Assis, 1899) e *São Bernardo* (Ramos, 1934), cuja finalidade é explorar a maneira com que as protagonistas femininas são representadas na ficção.

Na sequência, analisa-se o retrato da maternidade nas obras *A filha única*, de Nettel, e *Uma duas*, de Brum. Os romances tecem enredos de personagens que possuem experiências singulares com a maternidade, evidenciando os conflitos de identidade, de solidão, de medo e de esgotamento físico e emocional que muitas mulheres vivenciam. As duas obras tratam também de uma ampla gama de temas que vão além da maternidade, como redes de cuidado e de apoio, violência obstétrica, isolamento, solidão, ocupação das mulheres em diferentes espaços, depressão, automutilação, compulsões, abusos sexual e psicológico, paternidade, deficiência, relacionamentos homoafetivos, entre outros. A partir das discussões apresentadas nas obras, busca-se dialogar com ponderações de teóricas da crítica feminista a respeito das experiências ambíguas e diversas das mulheres com a maternidade. Nota-se, assim, uma necessidade de se desvincular das narrativas essencialistas referentes às mulheres e à maternidade.

2.1. Narrativas sobre a maternidade: desvendando o discurso por trás deste papel

A discussão acerca da maternidade por meio de obras literárias de autoria feminina pode abrir espaço para que as mulheres se sintam contempladas e motivadas a compartilhar e refletir sobre suas experiências, fugindo de um discurso que universaliza ou romantiza a temática. Schmidt (2012) destaca a importância da literatura e da crítica feminista para reinterpretar as histórias das mulheres. Segundo a teórica, a literatura é um produto humano e sócio-histórico, e como tal, é uma ferramenta que assimila, fortalece e forma estruturas de referencialidade. Essas estruturas do *corpus* literário permitem pensar os modelos de comportamentos que, de certa forma, resultam de narrativas histórico-sociais de distintos contextos geoculturais em que estão engendradas.

O crítico literário Jonathan Culler (1999) faz algumas provocações sobre a manifestação paradoxal da literatura, que se alterna entre reproduzir os arranjos convencionais e contestar as ideologias tradicionais. De acordo com a linha de pensamento do teórico, algumas narrativas ficcionais romantizam, por exemplo, a questão de a mulher encontrar a felicidade no casamento ou naturalizam as hierarquizações de classe. Por outro lado, a literatura também tem a capacidade de denunciar ou questionar os dogmas instituídos pelos grupos dominantes. Culler conclui que a literatura, ao mesmo tempo que é um canal que transmite certas ideologias, pode se tornar uma ferramenta que as anula. Nas considerações do teórico, “a literatura é uma instituição que vive de expor e criticar seus próprios limites, de testar o que acontecerá se escrevermos de modo diferente” (Culler, 1999, p. 47). Basta pensar no retrato das mulheres da literatura canônica à contemporânea: com a amplificação dos movimentos feministas passou-se a questionar o arquétipo de subalternidade construído por meio do olhar masculino em vários clássicos literários.

A literatura atua também como um sistema simbólico o qual, muitas vezes, assimila valores e ideologias do meio sociocultural. O cânone literário, por um longo período, reproduziu as ideologias do monopólio cultural dominante. O sociólogo Pierre Bourdieu (1989) reitera que o poder simbólico tem a capacidade de formar o objeto da enunciação, de fazer ver e crer, de conservar ou transformar a visão ou ação sobre o mundo; também pode ser considerado um “poder mágico” que possibilita alcançar algo similar àquilo que é adquirido por meio da força (física ou econômica). Contudo, este poder se fortalece na relação de dominação e subalternidade, ou seja, na crença de que um grupo é destinado a mandar e outro a obedecer, sem questionar: “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (Bourdieu, 1989, p. 15).

No que tange à manipulação da imagem da mulher nas narrativas, é nítido que, desde os mitos fundacionais, recaem sobre os corpos femininos uma série de estereótipos negativos. Concomitante a isso, segundo Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (2022), nos maiores mitos de criação da

humanidade, a mulher é responsabilizada pela transgressão e, conseqüentemente, penalizada e amaldiçoada. As estudiosas salientam que na tradição judaico-cristã, por muito tempo, se perpetuou a ideia de que foi Eva quem induziu Adão ao pecado, e que similarmente na mitologia grega, Pandora – a primeira mulher criada por Zeus – foi a responsável por abrir a caixa proibida, fazendo o mal se espalhar pelo mundo.

Outra figura mitológica marcante é Lilith, associada nas narrativas canônicas a uma mulher perigosa, que fazia crueldades com homens, puérperas e crianças recém-nascidas. Giovanna Sarto (2023) relata que há várias versões do mito de Lilith, sendo localizadas em muitos registros históricos de populações que se estendiam do crescente fértil, na antiga faixa do mediterrâneo, desde 700 a.C. até a Idade Média. Este mito perpassa da Assíria à Babilônia, alcançando culturas egípcias e greco-romanas e, por isso, recebe múltiplas versões com inúmeras influências culturais. Sarto conta ainda, em seu livro de 2023, que Lilith, a primeira esposa de Adão, segundo a interpretação hebraica do mito, revoltou-se com a dominação exercida por ele; o próprio ato de se deitar abaixo do companheiro é um símbolo dessa submissão. Perante essa situação, Lilith não se silencia, emite o inefável nome de Deus e é levada pelo vento para longe do Éden. Deus manda anjos para lhe buscar, mas ela nega. Logo, Lilith é penalizada a perambular pelas noites como um demônio, mostrando sua verdadeira natureza. A personagem mitológica também passa a conviver com a dor do luto e da solidão: a então mulher-demônio pariria centenas de demônios todos os dias, que nasceriam mortos. Com ódio pela sua penitência, Lilith se compromete a perseguir recém-nascidos e homens, conduzindo-os à destruição.

As interpretações canônicas judaico-cristãs atribuem o pecado de Eva à sua curiosidade e fraqueza ao se deixar persuadir pela serpente e induzir o marido ao erro. Por outro lado, a perdição de Lilith foi não aceitar ser submissa. Ambas as figuras, nos discursos moralizadores hegemônicos, são culpabilizadas e vistas negativamente, pois os seus atos geraram a expulsão do paraíso. O delito de Eva teve como consequência a dor do parto e o sofrimento feminino, enquanto a natureza subversiva de Lilith a tornou um demônio que comete atrocidades contra homens e bebês.

É interessante pensar também no mito de Medeia, personagem cuja imagem é associada a uma feiticeira vingativa, bárbara e sem escrúpulos, uma vez que, após ser traída pelo marido, foi capaz de matar os próprios filhos apenas para se vingar. No enredo, a trajetória de Medeia é marcada pela sua paixão ardente que é convertida em ódio e vingança depois da traição do marido, e o fato da personagem usar os filhos para atingi-lo é descrito como uma barbaridade.

Maria Fernanda Garbero (2018), em seu artigo “Maternidades Bárbaras: o corpo do excesso em Medeia”, faz uma leitura instigante acerca da personagem. A estudiosa vai além dos juízos de valores sobre as ações atípicas da protagonista. A aversão e o estranhamento que a personagem de Medeia causa na narrativa de Eurípides se devem justamente ao fato de não corresponder aos valores atribuídos pelos grupos hegemônicos à “natureza feminina”. Medeia é questionadora, extremamente inteligente,

destemida e autêntica, e os excessos de sua personalidade a transformam em uma mulher cruel, pois, nas representações clássicas, uma mulher com tais características é um perigo para sociedade conservadora. Daí a construção da personagem como uma bárbara, já que Medeia contesta as designações destinadas ao sexo feminino:

Entre os seres com psique e pensamento,
quem supera a mulher na triste vida?
Impõe-lhe a custosa aquisição
do esposo, proprietário desde então
de seu corpo – eis o opróbrio que mais dói! [...]
[...] Na casa nova somos mânticas
para intuir como servi-lo? Instruem-nos?
[...] Quando a vida em família o entedia,
o homem encontra refrigério fora,
com amigo ou alguém da mesma idade.
A nós, a fixação numa só alma.
**“Levais a vida sem percalço em casa”
(dizem), “a lança os põe em risco.” Equívoco
de raciocínio! Empunhar a égide
dói muito menos que gerar um filho [...]**
(Eurípides, tradução: Trajano Vieira, 2010, p. 45-46, negrito nosso)

Em todos os aspectos, Medeia rompe com as ideologias naturalistas a respeito das condutas vistas como “adequadas” para o sexo feminino, uma vez que, tradicionalmente, a mulher é instruída a valorizar a família, respeitar os patriarcas e ser uma “boa mãe, esposa e filha”. Como é possível visualizar na passagem acima, Medeia se mostra relutante às designações destinadas a seu sexo, inclusive tem consciência do sistema de dominação estrutural que privilegia o sexo masculino e subalterniza o feminino. A protagonista faz uma analogia ao preceito popular de que a mulher se mantém segura em casa, enquanto os homens enfrentam os perigos do mundo exterior, mas, para Medeia, parir um filho é mais doloroso do que enfrentar uma guerra. Além da dor física do parto, as mulheres lidam com inúmeras pressões sociais que as fixam em locais de servidão e aceitação, já que ao transgredir as normas convencionais, a mulher se torna uma bárbara, assim como Medeia.

Tais narrativas demonstram que a ideologia da mulher como subalterna, perigosa, pecaminosa e inferior ao homem não é natural, mas sim construída discursivamente por um monopólio masculino. Na sociedade colonial androcêntrica, de acordo com o historiador Emanuel Araújo (2004), a maternidade era o ponto alto na vida de uma mulher. Com isso, nos discursos religiosos se difundia a ideia de que, ao se tornar mãe, a mulher se afastava do pecado de Eva e se tornava mais próxima de Maria, a mulher virgem que deu à luz a Jesus. “A toda-poderosa Igreja exercia forte pressão sobre o adestramento da sexualidade feminina” (Araújo, 2004, p. 52).

Em busca de desenraizar as narrativas que associam o corpo da mulher à maternidade, vale a pena mencionar o trabalho de Badinter, *Um amor conquistado*: o mito do amor materno. Publicado na década de 1980, o livro foi impactante para sua época, opondo-se às ideologias naturalizadas. Em relação

ao discurso moralizador sobre os deveres vinculados ao sexo feminino, Badinter (2011) faz uma alusão à “Sophie: a mulher ideal” criada por Rousseau. Sophie é a esposa de Émile, mãe de seus filhos. Não muito distante do que consta no livro de Gênesis, Émile foi moldado antes de Sophie. Assim como Eva, Sophie foi criada para ser a companheira de Émile, sempre à sombra do marido. Seguindo o padrão binário e moralizador, Sophie é o oposto de Émile, todos os atributos positivos são associados ao homem e os mais pejorativos à mulher. Émile é descrito como forte, corajoso, justo, inteligente, enquanto Sophie é fraca, submissa e inibida. Com a intenção de enclausurar e preservar as mulheres à esfera doméstica, Rousseau romantiza a função das mulheres no lar, no cuidado do marido e filhos, ao determinar em seu discurso que o único lugar de que a mulher podia ter domínio era o seu lar, pois somente nas atividades domésticas o marido não poderia interferir.

No cânone literário, não diferente, Schmidt (2012) cita como exemplo a representação das mulheres nos romances clássicos do século XIX, principalmente os que se vinculavam à tendência do realismo-naturalismo, caracterizados por determinismos sociais e biológicos que atrelam o corpo feminino à sexualidade e natureza. *Madame Bovary* (1856 *apud.* Schmidt, 2012) é um exemplo significativo da transgressão feminina às convenções sociais: a personagem rompe com o romantismo dos papéis naturais atribuídos pela cultura dominante ao sexo feminino. Além de ser uma mulher adúltera ao manter relações extraconjugais, a protagonista não tem a maternidade como um dom, ao contrário, demonstra indiferença pela filha, preocupando-se mais com suas vestes e aparência do que com os cuidados maternos. Consoante com a leitura de Schmidt (2012), *Emma Bovary* é retrato fiel da mulher pecadora, que recusa a domesticidade e subserviência e que, por isso, tem um final trágico, marcado pela insanidade, degradação física e psicológica, que leva a personagem ao suicídio.

O texto ficcional, portanto, é constituído como um produto do meio social e carrega consigo um significativo poder simbólico sobre os indivíduos. É válido destacar, conforme as considerações de Schmidt (2012), que nenhuma convenção é neutra, integralmente mimética ou estética, que os valores produzidos pela arte são princípios sociais, os quais possibilitam, por exemplo, que um romance seja resultado de algumas perspectivas de mundo, tramas ideológicas que evidenciam as confluências entre os signos literários e sociais. No caso do romance de Flaubert (1856), a trajetória da personagem feminina vai contra todos os valores morais destinados historicamente às mulheres. Com isso, o final trágico da personagem ressalta a infelicidade do destino das mulheres que não acatam a ordem patriarcal vigente.

Lúcia Osana Zolin (2010), no artigo “Questões de gênero e de representação na contemporaneidade”, chama a atenção para a exclusão das mulheres, assim como as pessoas negras, homossexuais, não-cristãs e todas as demais minorias do cânone literário. Tendo isso em vista, a crítica literária feminista foi fundamental para desconstruir e buscar incluir a perspectiva feminina na literatura, assim como a ideologia feminista compreendida como um pensamento social e político da diferença. Nas ponderações de Zolin (2010) acerca das contribuições feministas na formulação de uma nova abordagem

das mulheres na literatura, a teórica menciona *A política sexual*²³ (1970), de Kate Millet, que possibilitou o desvelamento das práticas discursivas patriarcais de autores canônicos, como Norman Mailer, Henry Miller e David Lawrence. No Brasil, similarmente, a produção literária canônica foi e permanece sendo reexaminada pela crítica, como a feminista, com a finalidade de contestar e se contrapor aos padrões de representação estereotipados da mulher, nos quais a imagem é vinculada à natureza, alternando-se entre a pureza e nobreza de sentimentos até a contaminação associada a Eva, figurada como pecadora e sensual.

Para melhor explorar a representação da figura feminina em clássicos literários brasileiros, Zolin faz alusão às personagens Lucíola, de José de Alencar, Capitu, de *Dom Casmurro*, e Madalena, de *São Bernardo*. Em Lucíola a protagonista passa por três fases, a da garota ingênua à prostituta imoral, para por fim converter-se em mulher anjo, que se sacrifica pelo bem das pessoas ao seu redor. Em *Dom Casmurro*, Capitu é apresentada sob o ponto de vista de seu marido Bento como uma sedutora imoral e dissimulada, que o traiu com o seu melhor amigo. Em *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, a personagem Madalena tirou a própria vida por ser impossibilitada de viver sua ideologia socialista ao lado de um marido capitalista e autoritário. Em vista das alusões dos clássicos literários, é pertinente pensar como essas personagens femininas construídas a partir do ponto de vista masculino foram configuradas em esquemas patriarcais que reproduziam os valores morais e sociais impostos ao sexo feminino. As personagens que resistiam aos moldes patriarcais eram punidas ou não conseguiam sobreviver por não se enquadrar nas convenções sociais.

A teoria e a crítica feminista são indispensáveis para dissociar as construções discursivas que a linguagem e a cultura instituíram em torno das categorias de “homem” e “mulher”. Em *A filha única*, na cena em que Alina descobre o sexo biológico da criança, a narradora reflete que esse momento é acompanhado de uma série de atribuições. Quando o feto é designado como menina, os pais costumam comprar os objetos e roupas rosas, e se for menino, azuis. O gênero definido a partir do sexo biológico também interfere na educação das crianças: dos meninos normalmente se exige força e coragem; das meninas, discricção. A designação de determinadas funções e modos de comportamento aos indivíduos conforme o sexo biológico se constitui como algo natural pelas ideologias dominantes.

Somente por meio da teoria é possível intervir criticamente nesses discursos naturalistas, reformulando os signos para reconstituição de novas interpretações e formas de representação. Zolin (2010, p. 4) afirma que: “O resultado, sinalizado pelas muitas pesquisas realizadas no âmbito da Crítica Feminista desde os anos 1980 no Brasil, apontam para a re-escritura de trajetórias, imagens e desejos femininos”. Com a crítica feminista a própria representação das mulheres passa por uma transformação, distanciando-se dos esquemas perpetrados pelos grupos hegemônicos, cuja finalidade é constituir

²³ Obra publicada pela primeira vez em 1970, por Kate Millet, destacou-se por trabalhar com uma teoria política que analisa os impactos das relações de poder dando ênfase para a desigualdade entre homens e mulheres na sociedade. A teórica faz severas críticas às configurações patriarcais que regem a cultura e a sociedade, bem como a opressão que atinge as mulheres em múltiplos espaços. O trabalho de Kate Millet foi fundamental por trazer inúmeras contribuições sobre o gênero e a sexualidade para o campo da crítica feminista.

modelos de representatividade que contemplem a identidade feminina como heterogênea e antipatriarcal.

Na busca de uma literatura feminina desvinculada dos padrões hegemônicos que reduzem a mulher a papéis de servidão, é importante destacar o trabalho narrativo de Clarice Lispector, que produziu um contradiscurso ao contestar os modelos de representação que alocavam as mulheres principalmente às funções de cuidado do lar, do marido e dos filhos e filhas. Zolin (2010) sustenta que Lispector em sua prosa introduz um sistema de denúncia sobre a milenar, contudo já infundada, opressão feminina, mediante ao método de representação frequente de imagens de homens e mulheres submersos na reduplicação de funções tradicionais de gênero. Nos textos de Lispector, os leitores são convocados a pensar na naturalização de padrões que regem as relações conjugais e familiares.

Tendo isso em vista, é inegável a importância de tratar temas tão complexos como a maternidade por meio da literatura, fazendo leituras ou mesmo releituras sob o ponto de vista da crítica feminista. Contemporaneamente, é possível ter acesso a produções literárias de autoria feminina que se contrapõem aos discursos que foram forjados pela literatura canônica masculina, construindo um contradiscurso com o objetivo de legitimar sua história. Brum e Nettel fazem isso em suas obras. Ainda que as suas produções veiculem traços do contexto que as escritoras vivenciam em seu cotidiano como mulheres, ambas foram textualizadas e construídas ficcionalmente.

A ficção é uma potente linguagem e tem a capacidade de dar forma para aquilo que muitas vezes é ignorado no plano concreto. No campo ficcional, as autoras têm uma maior liberdade sobre o seu objeto para criá-lo de acordo com aquilo que desejam transmitir para o seu público-alvo. Eliane Brum, em uma entrevista concedida ao jornal *El País*,²⁴ afirmou que “há realidades que precisam ser inventadas para serem contadas”. Em *Uma duas*, a escritora cria um enredo intrigante, uma vez que a história das personagens foge completamente dos valores convencionais. Uma mãe e uma filha que se odeiam, mas que ao mesmo tempo não conseguem se desligar uma da outra; uma filha que deseja matar a mãe, mas quando está prestes a perdê-la por um câncer terminal sente que não conseguirá viver sem essa mãe, que estranhamente a completa; uma mãe que nunca quis assumir esse papel e em todas as suas gestações acreditou estar gerando monstros; uma mãe que matou os seus filhos, poupando a vida apenas de uma, pois nessa criatura se reconheceu.

É nesse enredo repleto de ambiguidades que Brum delineia uma trama que humaniza suas personagens, pois os leitores têm a oportunidade de conhecer a perspectiva de cada uma quando se revela um passado marcado por múltiplas violências e omissões. Os posicionamentos de Brum a partir de textos jornalísticos e literários traduzem sua visão apurada para as questões feministas, e, em *Uma duas*, a escritora se preocupa em contemplar as experiências das duas protagonistas, sem ocultar ou silenciar essas mulheres. Assim como as experiências plurais e muitas vezes paradoxais das personagens do

²⁴ OLIVEIRA, Joana. Eliane Brum e a arte de escrever para não matar e para não morrer. *El país*, São Paulo, 18 de out. De 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/10/cultura/1570717717_753040.html. Acesso em 25 de set. de 2023.

romance de Brum, as mobilizações feministas se manifestam de variadas maneiras.

A pesquisadora e ficcionista Lina Meruane (2018) discute as ambivalências que existem nos movimentos feministas, e, para isso, destaca três grupos: as feministas igualitárias, as feministas que se reconhecem diferentes dos homens e um grupo mais radical, que é constituído pelas feministas essencialistas. As feministas igualitárias apoiam-se na luta pela igualdade de gênero entre homens e mulheres tanto nos direitos políticos, como também nos direitos reprodutivos. O outro grupo de feministas afirma que essa ideia de ser igual aos homens não é tão propícia, pois, biologicamente, as mulheres seriam distintas. Desse segundo grupo, surge um movimento mais implacável, cujo lema consiste na negação do desejo das mulheres de serem iguais aos homens e na ruptura da teoria freudiana da “inveja do pênis”. Essas feministas retomam os valores essencialistas do mesmo modo que romantizam o corpo biológico feminino e a maternidade compulsória.

Para ilustrar o peso dessas mobilizações feministas e o retorno de algumas feministas aos discursos naturalistas, Meruane (2018) destaca, com base na análise da obra *Fuenzalida* (2012), escrita pela chilena Nona Fernández, dois tipos de mães: uma mãe-total (que escolhe se dedicar completamente ao filho sem qualquer auxílio), uma mãe-pela-metade (mãe solo, que se divide entre o afeto materno e a inclinação profissional). Essa alusão literária é utilizada como suporte para se pensar a dicotomia entre uma mãe-total, que simboliza a mãe ideal defendida pelas essencialistas, e a mãe-pela-metade, vista como uma mãe insuficiente por não se dedicar exclusivamente aos filhos.

No que se refere aos romances *Uma duas* e *A filha única*, as personagens mães não correspondem aos modelos de mães ideais. Por outro lado, nas obras literárias é possível conhecer a subjetividade dessas mães e as questões que influenciam em sua maternidade. Diante de narrativas que complexificam essas questões, ao contrário da categoria de “mãe ruim”, o leitor tem a oportunidade de conhecer mães humanas, que se dividem entre a vida profissional e as pressões do meio social e familiar. Em *A filha única*, há também uma personagem que opta por não se tornar mãe e carrega o fardo dos estereótipos da mulher egoísta, amarga, insensível ou desnaturada.

É evidente que a literatura possibilita a discussão de uma infinidade de temas que compreendem os contextos históricos e socioculturais em que os indivíduos estão inseridos. Considerando que a literatura está inserida no ambiente cultural, ela também é influenciada pelas relações de poder, mecanismos de opressão e hierarquização presentes na sociedade. O próprio cânone literário é uma prova disso, pois foi constituído hegemonicamente por uma elite masculina branca que, para impor os seus discursos, excluiu e descredibilizou as vozes das pessoas marginalizadas. Pensando nessas questões, Schmidt (2008) realça a importância das linhas de pesquisa implementadas desde 1980, que visam resgatar as obras de autoria feminina que por um longo tempo foram deixadas de lado em bibliotecas públicas e privadas. As mulheres foram colocadas à margem não só nas suas relações familiares e conjugais, como também no campo literário, sendo vítimas da violência simbólica devido à

invisibilização de suas produções.

No artigo “Maternidad y cultura: una relexión en primera persona”, a romancista espanhola Laura Freixas (2012) discute sobre a escassa produção literária voltada para a temática da maternidade, especificamente, de narrativas conduzidas por mulheres. A autora salienta que o enfoque na maternidade por meio da autoria feminina é recente e ainda enfrenta muitos desafios, pois a experiência das mulheres na literatura foi manipulada por décadas a partir do ponto de vista masculino. As produções dirigidas pela supremacia masculina reforçavam os arquétipos patriarcais por meio de personagens femininas restritas a papéis secundários e, geralmente, à sombra de um marido ou pai autoritário.

Por que a literatura de todos os tempos e países, a mesma literatura que, logicamente, lida constantemente com as grandes experiências humanas universais, não inclui algo tão humano e universal como a maternidade? Por mais que eu tenha pesquisado, dificilmente consegui encontrar personagens maternos. As poucas que existem tendem a ser tipos extremos, que parecem, em vez de pessoas, idealizações ou denominações, fruto do amor ou do ódio dos filhos: estou pensando na Mãe de Gorky ou na do Livro de Minha Mãe, de Albert Cohen, mães de altruísmo sobre-humano, totalmente dedicadas aos filhos (e é isso que o autor parece valorizar nelas: Que não tenham vida própria); ou no tipo oposto, mas igualmente implausível: aquelas mães desumanas e diabólicas da tragédia grega - Clitemnestra, Medeia -, ou aquelas que nos são apresentadas por Galdós (Doña Perfecta), Jules Renard (Pelo de zanahoria), García Lorca (La casa de Bernarda Alba)... (Freixas, 2012, p. 12, **tradução nossa**)

Na busca de um acervo literário que abordasse sobre a maternidade, Freixas percebeu que as obras escritas por homens em relação a esse assunto criavam cenários muito distantes e superficiais, com idealizações extremas ou mesmo a deturpação da experiência materna. Quando as mulheres começam a se dedicar à escrita literária, suas produções não são bem recebidas pela hegemonia masculina, sendo designadas à subcultura, isto é, obras que não pertencem ao cânone ocidental ou fazem parte da elite cultural. Freixas (2012, p. 13) afirma: “Yes que la jerarquía entre los sexos no se refleja sólo en el poder político, o en la economía, sino también en la cultura.” A cultura dominante se molda majoritariamente por homens brancos e ricos, que excluem e subalternizam as camadas marginalizadas. Assim a escrita de autoria das mulheres era considerada uma categoria inferior e invisibilizada pela sociedade patriarcal.

É fundamental trabalhar com textos que foram excluídos do cânone ao longo dos séculos, como é o caso das produções de autoria feminina: a leitura e a reflexão crítica dessas narrativas contribuem para a legitimação das vozes das mulheres. Embora sejam narrativas ficcionais, os textos literários têm o potencial de instigar os indivíduos a se questionarem sobre a própria realidade, pois os discursos produzidos na literatura se entrelaçam com os valores morais e ideológicos presentes na sociedade. Refletindo sobre a origem do literário e a função da história literária como um produto que corresponde às seleções que incluem e excluem, conforme os interesses políticos dos grupos dominantes, Schmidt pontua:

Não se trata de considerar as histórias literárias do ponto de vista de seus critérios de veracidade ou correspondência entre narrativa e eventos passados, mas sim de levantar

questionamentos sobre que conhecimentos são gerados por seus constructos e a quais interesses servem (Schmidt, 2008, p. 130).

No que concerne à escrita de autoria de mulheres, esta se torna uma ferramenta de resistência ao longo do tempo. Brum e Nettel, por serem escritoras contemporâneas, têm mais autonomia para escrever e romper com os paradigmas perpetrados hegemonicamente, porém nem sempre isso foi possível. Em *Profissões para mulheres* (2012), a escritora Virginia Woolf relata que, no momento em que começou atuar na literatura, essa já era vista como natural e até inofensiva para as mulheres, desde que fosse exercida com amabilidade, sem ameaçar as convenções masculinas. No entanto, Woolf precisou exterminar a figura do “Anjo do lar”, que representa a mulher idealizada pelo sistema patriarcal, para assim produzir um texto no qual tivesse liberdade de criar e expor suas opiniões. Apesar da morte simbólica do “Anjo do lar”, a autora ainda se via limitada a escrever sobre sua relação com o corpo, pois uma série de inseguranças, advindas do seu contexto como mulher na sociedade androcêntrica, afligiam-lhe.

Não obstante, o ingresso das mulheres letradas na literatura não impediu que elas permanecessem controladas pelo monopólio intelectual dominante. A “escrita feminina” era considerada como menor pelo cânone e deveria se restringir a temas e gêneros considerados adequados para o sexo feminino, como a poesia. A historiadora Maria da Glória Oliveira (2018) exemplifica essa questão a partir do caso da poeta carioca Narcisa Amália, que se arriscou a fazer uma analogia aos ideais libertários da Revolução Francesa em sua coletânea de poemas *Nebulosas*, publicada em 1872. Em consequência disso, a poeta recebeu uma série de críticas, sobretudo dos intelectuais homens, pois o conteúdo de seus poemas não condizia com o que era aceitável que as mulheres produzissem.

No relato de Woolf (2012) e na alusão de Oliveira (2018), nota-se que em ambos há uma tentativa de manter as mulheres na esfera dos assuntos domésticos, e, por isso, elas são privadas de se expressarem livremente e emitirem suas opiniões. Dessa maneira, as expectativas dos grupos masculinos em relação aos assuntos que deveriam ser abordados pelas mulheres eram reduzidas à maternidade, à família e às rotinas do lar. Além disso, as escritoras deveriam ser polidas e respeitar o que era convencionalmente aceito.

A crítica feminista vem para romper com as estruturas autoritárias e excludentes que permeiam as epistemologias dominantes. É preciso considerar também que as relações de dominação entre os gêneros masculino e feminino são internalizadas desde o âmbito familiar, inclusive uma parcela da crítica feminista se dedica a investigar isso. Segundo a historiadora Flávia Biroli (2014) os arranjos familiares tradicionais se estruturam em torno da dicotomia entre as esferas privada e pública. A mulher era destinada à função de cuidar das crianças, do marido e das demandas do lar, enquanto os homens se dedicavam ao trabalho remunerado e às relações políticas e econômicas.

Logo, essa divisão de trabalho entre os sexos fortaleceu a disparidade de gênero na qual as mulheres foram as mais prejudicadas, tendo em vista que suas funções não eram reconhecidas como

importantes e elas nem sequer recebiam uma remuneração pelo seu trabalho. O resultado da organização familiar convencional para a mulher ultrapassou as fronteiras do lar. Ela não dispunha do mesmo tempo que os homens para investir em sua carreira profissional devido às atribuições de inúmeras tarefas domésticas e a responsabilidade com os filhos.

Há uma série de desvantagens sociais associadas ao fato de as mulheres assumirem as responsabilidades na esfera familiar e doméstica, nos arranjos convencionais. A interrupção da carreira, a opção por empregos de menor carga horária, porém mal remunerados e a mobilidade social negativa associada às duas primeiras podem derivar da responsabilização das mulheres pelo cuidado com os filhos pequenos, mesmo em sociedades nas quais não há impedimentos formais para que desempenhem trabalho remunerado. Nesse caso, salários mais baixos e menos oportunidades de acesso a recursos previdenciários quando atingem idade avançada definem, no longo prazo, uma situação relativa de maior vulnerabilidade para as mulheres (Biroli, 2014, p. 38).

A idealização da maternidade, consoante Biroli, historicamente se consolidou como uma estratégia para restringir a liberdade das mulheres, bem como promover uma divisão sexual do trabalho, alocando as mulheres em papéis domésticos e de cuidado. Assim como foi conveniente para as classes dominantes instituir uma divisão sexual do trabalho, também se tornou necessário em um determinado momento construir uma imagem positiva da maternidade, “naturalizando a divisão sexual do trabalho dentro e fora de casa e afirmando uma posição ‘especial’ e mesmo ‘exclusiva’ para as mulheres no cuidado com as crianças e na gestão da vida doméstica” (Biroli, 2011, p. 74).

Os detalhes do complexo desenho dessa imagem são evidenciados no trabalho de Elisabeth Badinter, referência nos estudos de gênero. *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (2011) expõe as ideologias moralizantes que foram construídas ao longo da história em torno do papel materno e merece destaque neste capítulo, dada a sua importância. Para a estudiosa, “a mãe”, no sentido corrente da palavra (ou seja, a mulher casada e com filhos legítimos), é um ser relativo e tridimensional. Relativo, pois sozinha ela não é reconhecida, é vista a partir de seu devotamento com o pai e o filho. Tridimensional, porque sua identidade é fragmentada em três partes, a mãe, a esposa e a mulher. Esta última, apesar de ignorada pela supremacia masculina, é a que concebe uma individualidade feminina, os desejos que tornam essas mulheres seres que possuem anseios para além dos cuidados com as crianças ou o esposo. Seguindo essa linha de raciocínio, Badinter descreve as transformações históricas e culturais da concepção da maternidade, analisando-a como um fator moldado socialmente e culturalmente pelas relações de poder.

As condutas das mães não se constituíram como homogêneas ou se fixaram na fantasia do amor materno; ao contrário, muitas vezes essas mães agiram com indiferença e rejeição. Porém, como a própria filósofa propõe, é impossível condenar essas mulheres, uma vez que o mito do amor materno nada mais é do que um arquétipo formulado por grupos hegemônicos que visa a todo custo controlar os comportamentos e a sexualidade feminina, mantendo as mulheres no seio familiar. No que tange a

autoridade paterna e materna, embora a mulher desempenhasse a maior parte das funções atreladas ao lar e aos cuidados com filhos e filhas, era o homem que detinha a autoridade máxima.

Todavia, com a influência das lições de Cristo, teoricamente, começou a se repensar a divisão de poder entre o marido e a esposa, partindo dos pressupostos de que Jesus pregava o companheirismo e de que, segundo a mensagem divina, tanto o homem como a mulher eram iguais e tinham os mesmos direitos e obrigações em relação à educação dos filhos. Nessa lógica, iniciou-se um rompimento com a ideologia do poder desproporcional do marido e, até mesmo, uma abominação à poligamia. A influência positiva do cristianismo não ocorreu para todas da mesma forma, apenas para uma pequena parcela pertencente às classes privilegiadas. As demais mulheres não tinham um fim promissor ou contavam com o discurso cristão como aliado; na prática o marido era legitimado para corrigir a esposa ou as crianças da forma que preferisse e, frequentemente, os filhos não escapavam da coerção paterna, podendo ter um destino pior do que o de sua mãe. No século XVII, o controle do marido e do pai ultrapassava qualquer imaginário de afeto ou amor. Três discursos eram predominantes nesse contexto da autoridade paterna: o de Aristóteles, que via a autoridade como algo natural; o da teologia, que vinculava ao divino; e o dos políticos, que associavam ao divino e natural, simultaneamente (Badinter, 2011).

A partir do último terço do século XVII, houve uma transformação radical em relação à autoridade e educação das crianças: o foco passou a ser a mãe. Segundo Badinter, depois de 1760 surgiu uma série de publicações com orientações às mães sobre as formas ideais de cuidado com os filhos; estas deveriam cuidar pessoalmente de suas crianças e amamentá-las. O sentimento materno, que em determinado momento se expressou pela indiferença das mães devido a elevadas taxas de mortalidade infantil, nesse período deveria buscar reverter esse quadro, de modo que às mães fosse destinada a missão de manter seus bebês vivos e saudáveis. A nova ordem do fim do século XVIII substituiu a doutrinação das crianças pela preservação da integridade física, pois o Estado passava a se preocupar com a sobrevivência da população, e essa mudança se deve também ao surgimento de uma nova ciência: “a demografia”.

Para cumprir com o objetivo do Estado, moralistas, administradores e médicos entraram em ação e, por meio de seus argumentos, buscavam manipular de forma sutil as mulheres, apelando para o discurso da felicidade e da igualdade que elas supostamente alcançariam se cuidassem bem de filhos e filhas. Badinter (2011, p. 146) sublinha que: “Durante quase dois séculos, todos os ideólogos lhes prometeram mundos e fundos se assumissem suas tarefas maternas: ‘Sede boas mães, e sereis felizes e respeitadas. Tornai-vos indispensáveis na família, e obtereis o direito de cidadania’”.

No contexto brasileiro, a historiadora Margareth Rago (2004) faz um recorte das primeiras décadas do século XX, destacando os discursos que circulavam no país em relação ao trabalho feminino e à sexualidade. O que mais desperta o interesse de Rago sobre a questão do trabalho feminino, nos primórdios da industrialização no Brasil, é a constante vinculação entre o papel desempenhado pelas

mulheres no mercado de trabalho e a moralidade social. Assim como Badinter chama a atenção para uma influência de pensadores e estudiosos na formação de ideologias doutrinadoras, Rago acentua esse fenômeno nas narrativas produzidas por jornalistas, médicos higienistas, juristas, operários militantes e entre outros. A historiadora menciona uma publicação feita pelo jornal operário *A Razão*, em 29 de julho de 1919, que reproduzia a falácia comum de grupos médicos, ao afirmar que:

O papel de uma mãe não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes conseqüências lamentáveis, quando melhor seria que somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar (apud. Rago, 2004, p. 585).

A imprensa nesta fase da história brasileira tem um papel crucial na propagação de ideologias sexistas, visando principalmente elaborar uma imagem negativa da mulher trabalhadora, como se essa, ao se dedicar às funções fora do lar, negligenciasse sua família. Médicos e higienistas usavam como argumento o risco da destruição da família e dos prejuízos que as crianças teriam pelo distanciamento materno com a intensa participação das mulheres no mercado de trabalho. A difusão desses discursos misóginos contribuiu para a definição de severos códigos de moralidade para as mulheres de todos os grupos sociais. Porém, as mulheres das classes mais pobres sofriam uma depreciação mais significativa, pois, como exerciam funções braçais, as camadas dominantes as consideravam incapazes de realizar qualquer atividade intelectual. Assim, as profissões em que essas mulheres atuavam também eram desqualificadas, ou seja, era comum relacionarem os trabalhos de costureira, operária, lavadeira, doméstica, doceira, florista e artista, ao desvio moral, que conduzia a depravação e prostituição.

Por outro lado, cuidadosamente algumas feministas começavam a publicar seus ideais na revista *Mensagem*, em São Paulo, no ínterim de 1897 e 1900, e, em seguida, na *Revista Feminista*, entre 1914 e 1936. Nesses periódicos, elas produziam um contradiscurso, evidenciando as vantagens do trabalho feminino fora do lar. Conforme essas feministas, uma mulher que fosse engajada profissionalmente e participante política ativa, atenta às questões da pátria, teria mais disposição para aflorar o seu lado materno. Entretanto, as feministas liberais não davam a devida atenção para as mulheres pobres e operárias; apesar de os periódicos femininos se colocarem como responsáveis pelo futuro das trabalhadoras pobres, pouco discutiam que estratégias buscariam para melhorar as condições dessas trabalhadoras.

Neste contexto da industrialização brasileira, também surgiu uma forte corrente ideológica que instituiu a imagem da mãe cívica, com a pretensão de valorizar a maternidade e associá-la a um importante papel na formação da identidade nacional. Rago (2004, p. 592) afirma que: “Nos anos 20 e 30, a figura da mãe cívica passa a ser exaltada como exemplo daquela que preparava física, intelectual e moralmente o futuro cidadão da pátria, contribuindo de forma decisiva para o engrandecimento da nação.” Com isso, a mãe era responsabilizada pela educação moral de seus filhos, que futuramente seriam

cidadãos e aliados da pátria. Os discursos do enaltecimento da maternidade perpassam também pelo campo religioso, com o destaque da imagem de Santa Maria, mãe de Jesus. Em contrapartida, nas artes plásticas destaca-se a figura da “mulher fatal”, soberana, perigosa e diabólica.

Baseando-se na vertente positivista de Augusto Comte, os integrantes do apostolado positivista no Brasil compreendiam que a mulher não podia ter acesso ao dinheiro – ferramenta considerada impura, destruidora e inata ao sexo masculino; logo, opunha-se à “natureza feminina”. Rago (2004, p. 592) pontua que, segundo a lógica dos positivistas, “A mulher deveria se restringir ao seu ‘espaço natural’, o lar, evitando toda sorte de contato e atividade que pudesse atraí-la para o mundo público.” A própria medicina reafirmava esse pensamento, por meio de teorias constituídas de bases científicas, que representavam o crânio feminino, bem como toda a sua formação biológica, ligando o destino da mulher à maternidade e a esfera doméstica, dedicando-se exclusivamente à família.

Contudo, na prática, essas construções ideológicas não se sustentavam, tendo em vista que as mulheres e crianças das massas populares eram exploradas nas fábricas. As elites masculinas alegavam que as mulheres pertencentes às camadas carentes da população necessitavam trabalhar para conseguir sobreviver e auxiliar suas famílias, e que, por falta de aptidão intelectual, estariam mais propensas a se deixar seduzir pelas armadilhas do mundo moderno. Percebe-se nesses discursos do monopólio masculino que não só consideravam as mulheres inferiores pelo sexo, como também as hierarquizavam de acordo com a classe e a raça de que faziam parte.

Em vista disso, faz-se necessário adotar uma postura analítica perante as narrativas, sejam elas ficcionais ou científicas, pois, de modo semelhante, partem de um ponto de vista que molda a linguagem e o discurso de acordo com suas pretensões. Como já comentado anteriormente, a crítica feminista é fundamental para o processo de revisão da historiografia das mulheres e a desnaturalização dos papéis a elas impostos.

A pesquisadora Ana Luiza Souza (2018) observa que as produções literárias sobre a maternidade têm ganhado cada vez mais espaço no Brasil. Entre os títulos publicados recentemente por editoras de médio e grande porte, Souza menciona *As alegrias da maternidade*, de Buchi Emecheta (TAG Experiências Literárias, 2017), *Maternidade*, de Sheila Heti (Companhia das Letras, 2019), *Morra, amor*, de Ariana Harwicz (Editora Instante, 2019), *A vida invisível de Eurídice Gusmão*, de Martha Batalha (Companhia das Letras, 2016) e *A teta racional*, de Giovana Madalosso (Grua, 2016), sendo este último o objeto de análise da pesquisadora. A temática da maternidade também ocupa um espaço significativo nas mídias sociais, onde as mulheres se sentem à vontade para expor seu cotidiano e a exaustão decorrente das múltiplas tarefas que desempenham como mães e profissionais.

O fato de as mulheres exporem a chamada “maternidade real” – expressão popularizada para se referir às experiências maternas que não se encaixam nos moldes romantizados pela sociedade patriarcal – contribui para a desconstrução do mito da maternidade ideal e “perfeita”. Além disso, permite que

outras mulheres se sintam acolhidas ao se identificarem com esses relatos. No entanto, nem sempre houve espaço para abordar o outro lado da maternidade.

Graças às lutas feministas e à amplificação de produções que desmistificam o ideal materno, como fez Badinter e mais recentemente outras autoras que dão continuidade a esse trabalho, as mulheres encontram cada vez mais abertura para falar sobre as ambivalências da maternidade. Na literatura contemporânea, diversas escritoras retratam as contradições e conflitos vividos pelas mulheres na maternidade. Entre elas, Aline Bei, com *O peso do pássaro morto*, aborda questões como uma gestação indesejada resultante de um estupro. Conceição Evaristo, em muitos de seus contos, reflete sobre a maternidade das mulheres negras e periféricas, como em *Quantos filhos Natalina teve*, no qual a protagonista passa por várias gestações indesejadas e opta por não ficar com os filhos. No entanto, após sofrer um abuso sexual, dá à luz e decide acolher o fruto desse estupro. Outras obras que merecem destaque são *Casas vazias* (2019), de Brenda Navarro; *Véspera* (2021), de Carla Madeira; e *Mata doce* (2023), de Luciany Aparecida, entre outras.

2.2. A abordagem da maternidade em *A filha única*, de Guadalupe Nettel, e *Uma duas*, de Eliane Brum

Para Badinter (2011), os defensores do amor materno associam esse sentimento a algo natural e inato ao sexo feminino; toda transgressão à norma é tratada como uma patologia pelos grupos hegemônicos. Ou seja, cria-se uma narrativa de que a mulher nasceu para ser mãe, sobretudo, uma “boa mãe”. Para atingir tal ideal materno, muitas vezes, as mulheres se alienam de si mesmas, renunciando a seus anseios para priorizar filhos e filhas.

O significante mãe, no ponto de vista de Vera Iaconelli (2023), evoca inúmeras noções controversas, contrastando-se ao que prega o ditado popular “mãe é só uma”. O termo “materno” pode ser utilizado tanto para designar o nível de cuidado e afeto de uma mãe, como de um pai, ou outro ser responsável pela criação da criança. Nesse viés, o que se entende socialmente e historicamente como “mãe” corresponde a uma infinidade de mitos construídos convencionalmente, e que nada possuem de natural.

Sob a perspectiva da psicanalista Iaconelli (2023, p. 22), “a experiência de gestar, parir e aleitar não deve ser confundida com qualquer garantia ou uma determinada qualidade de cuidado”. A autora reflete sobre os impactos da biologização e naturalização da experiência materna ou paterna na sociedade, e avalia que as expectativas sociais criadas em torno desses papéis sobrecarregam sobretudo para a mãe; esta, segundo o imaginário hegemônico, é a única responsável por possibilitar uma criação de qualidade aos filhos. “A maternidade padrão-ouro”, termo utilizado por Iaconelli, refere-se ao padrão difundido pelo *status quo* sob um tipo específico e ideal de mãe, a mulher cisgênero, heterossexual, casada, branca, estabilizada financeiramente e adulta. Destoando-se desse ideal materno de cuidado, as crianças que ficam sob tutela de mães não biológicas, parentes ou mães em situação de vulnerabilidade, conforme a lógica dominante, não teriam o mesmo desenvolvimento e assistência que, teoricamente, apenas a maternidade padrão-ouro alcançaria.

No plano ficcional, Brum e Nettel tecem enredos que exploram a temática da maternidade como um fenômeno ambivalente e desafiador. Portanto, a abordagem literária se faz correlata às reflexões teóricas apontadas por Badinter e Iaconelli no que concerne à contestação dos discursos fatalistas da natureza feminina. As protagonistas dos romances de Brum e Nettel desmascaram a fantasia da felicidade materna, revelando todas as aflições que atingem as mulheres diante do maternar.

Tanto no romance *Uma duas* como em *A filha única* há duas personagens chamadas Laura. Ambas não são mães ainda, mas são filhas que possuem inúmeros conflitos com as suas progenitoras. As Lauras dos romances são mulheres com um senso crítico acentuado e têm uma história com a escrita. A personagem de *A filha única* é pesquisadora da área de Literatura e conhecedora de um repertório de teóricas da crítica feminista. Ela identifica na biblioteca do coletivo “La colmena” as obras de Rita

Segato, e, ao longo da narrativa, posiciona-se criticamente em relação a assuntos como a maternidade e a violência contra as mulheres. Em contrapartida, a Laura de *Uma duas* não é tão engajada nas ideologias feministas, mas as suas atitudes e pensamentos intrusivos revelam uma percepção dos rótulos que a sociedade impõe às mulheres e como as pessoas se moldam para agradar os outros no intuito de serem aceitas socialmente.

Os conflitos diageracionais entre mães e filhas experienciados pelas Lauras da ficção fornecem aos leitores uma desconstrução do mito da maternidade perfeita, demonstrando que nem sempre a maternidade é uma escolha das mulheres, ou que os laços familiares entre as mães e os(as) filhos(as) são suficientes para superar toda diferença. A Laura de *A filha única*, apesar de gostar da mãe, tem atritos com ela devido às diferenças de gerações e ideologias, sobretudo em relação à recusa em ter filhos. Para a geração de sua mãe, a rejeição à maternidade seria como negar a própria “natureza”, conforme os discursos religiosos e patriarcais. A Laura de *Uma duas*, por sua vez, não tem um contato afetivo com a mãe. O silêncio e a omissão marcam a trajetória de ambas as personagens, que foram reprimidas e violentadas de diversas maneiras.

Apesar das várias diferenças entre mães e filhas, ilustradas pelas narrativas das Lauras nos romances de Nettel e Brum, essas filhas e mães não conseguem se afastar completamente uma da outra, uma vez que os vínculos maternos e as experiências dos corpos dessas personagens como mulheres em uma sociedade misógina e cruel para o sexo feminino as aproximam. A protagonista do romance de Nettel afirma que: “As filhas costumam ver nos erros da mãe a origem de todos os problemas, e as mães tendem a considerar nossos defeitos como prova de um possível fracasso” (Nettel, 2020, p. 146). De certa forma, filhos e filhas aprendem a ver a mãe como uma referência na educação, aquela que atende a todas as suas necessidades, responsável pelo afeto e cuidado. Quando essas mães não conseguem suprir todas as suas carências, são rotuladas como insuficientes, frias e negligentes. Ao mesmo tempo, as mães esperam que filhos e filhas sejam exemplos de seres humanos, visto que a elas foi atribuída a função da educação das crianças. Quando as gerações seguintes não atendem as expectativas maternas, essas mulheres se culpam como se não tivessem cumprido o seu “dever” como mãe.

Conforme tem sido argumentado neste trabalho por meio da teoria feminista, a pressão que assombra tanto as mães como as filhas é muito comum para as mulheres, que desde muito jovens são cobradas a se comportarem de acordo com os padrões definidos por um monopólio masculino. Portanto, os arquétipos que permeiam ao redor da maternidade foram consolidados tradicionalmente, e moldados por uma gama de imposições e explicações de cunho moral. Badinter traça um breve panorama histórico da maternidade. Segundo a filósofa, no século XVIII, as mulheres eram responsabilizadas por manter sua *prole* viva e saudável, como se essas fossem auxiliares médicas. No século XIX as mães foram designadas à educação moral e cristã das crianças, devendo agir em consonância com os padres e professores, enquanto, no século XX, mais uma função foi delegada a essas mães: a de ser a figura

responsável pela felicidade de filhos e filhas. E com essas inúmeras cobranças acerca das funções ideais maternas, as mulheres se sentiam sobrecarregadas e muitas vezes incapazes de realizar tantas proezas.

Por conseguinte, foi criada pelas ideologias conservadoras a imagem da mulher como a “cuidadora”, e o peso desse papel impactou as relações dela com o mundo público, como narram Badinter (1985; 2011) e Perrot (2007). O ser feminino muitas vezes tinha que abdicar da sua individualidade e suas necessidades para se dedicar aos outros, e, caso não fizesse isso, era taxado como egoísta pela sociedade paternalista.

Outro ponto importante explorado nas narrativas de Nettel e Brum é a questão da maternidade compulsória. Maria Lúcia, de *Uma duas*, nunca desejou ser mãe ou teve qualquer educação contraceptiva, Laura é fruto de uma relação que se iniciou com um estupro. Além disso, Maria Lúcia não sabia como exercer a maternidade, só teve como referência familiar um pai abusivo e autoritário. Em um dado momento do enredo, Maria Lúcia confessa: “E eu tive uma vida. E não tive uma mãe. Talvez seja por isso que eu não tenha sido uma boa mãe. Eu nunca soube o que uma mãe deve fazer. A minha morreu no parto. No meu parto” (Brum, 2009, p. 43). A personagem usa o termo “boa mãe” para reforçar a sua sensação de inaptidão para a maternidade, mas esse conceito de “boa mãe”, expectativa muitas vezes inatingível para as mulheres, está inscrito no imaginário da sociedade, como já discutido anteriormente a partir de Badinter. Essa estudiosa entende o amor materno como um sentimento humano relativo, frágil e imperfeito, opondo-se às crenças que o inserem na natureza feminina. Nas observações das atitudes maternas ao longo do tempo, Badinter alega que a atenção e a dedicação materna podem ou não se realizar. Logo, o que se prega sobre “a boa mãe” é uma noção saturada, da qual a filósofa procura desvincular-se ao explorar as diferentes nuances da maternidade.

A teórica e feminista italiana Luisa Muraro, em *La ordem simbólica de la madre*, como o próprio título já indica, subverte a imagem do patriarca como o detentor do poder e da ordem simbólica, inserindo a figura materna como a primeira referência na formação identitária do ser. Para a teórica, aprender a amar a mãe é uma forma de se contrapor à cultura dominante patriarcal, que leva os seres a visualizarem as mães como figuras secundárias, enquanto os pais são categorizados como os verdadeiros responsáveis pela criação da vida e ordem das coisas. Pensando nisso, Muraro reconhece a importância da relação com a sua mãe no seu processo de introdução ao mundo. Conforme a autora observa, não basta criticar as incongruências do patriarcado, é preciso reconhecer a potência simbólica da mãe. Partindo desses pressupostos, Muraro esclarece:

A partir da crítica ao patriarcado, adquiri autoconsciência, mas não a capacidade de significar livremente a grandeza feminina, que encontrei e reconheci plenamente em meus primeiros meses e anos de vida na pessoa de minha mãe, e que depois, infelizmente, perdi de vista e quase reneguei (1995, p. 21, **tradução nossa**).

Diante dessa declaração, Muraro aponta uma lacuna da crítica feminista, que ao se dedicar exclusivamente em denunciar o processo de dominação masculina e a subalternização das mulheres, não

deu a devida atenção para a promoção de uma transformação simbólica ou reconhecimento da grandeza feminina. A autora ainda reconhece que, com o passar do tempo, o vínculo com a figura materna perdeu a força. Rememorando a própria história, lembra-se de como, conforme foi se introduzindo na sociedade, absorvia, ainda que imperceptivelmente, o sentimento de rejeição materna, impulsionado pelas construções simbólicas e culturais do sistema patriarcal.

Muraro (1995, p. 61) defende que “em nossa cultura a fixação, geralmente da menina à mãe, intensa e sem substitutos possíveis, necessita de uma tradução simbólica”, que não ocorre em um mundo conduzido pela visão patriarcal. Por isso a filha, argumenta, frequentemente enfrenta dificuldades no relacionamento com a mãe, de modo que a falta da mãe ou da representatividade simbólica da figura materna pode afetar a identidade psíquica e a forma como a filha interage com o mundo e lida com as adversidades cotidianas. Logo, o que Muraro reflete na teoria sobre a necessidade de uma ordem simbólica que valorize a presença materna e o impacto das mulheres, enquanto agentes de mediação no processo de formação identitário de seus(as) filhos(as), pode ser observado na aparente rejeição entre mãe e filha, ilustrada no romance de Brum.

No romance, Maria Lúcia e Laura se apegam aos “substitutos”, termo utilizado por Muraro, para se referir às pessoas designadas a sobrepor a ordem simbólica feminina: os pais, padres, médicos, professores, cientistas, entre outros. Tanto Laura quanto Maria Lúcia idolatram a figura paterna; Laura por nutrir um sentimento de rejeição à figura materna, que aos seus olhos demonstra total indiferença; Maria Lúcia, por nunca ter conhecido a mãe, sendo apresentada ao mundo por meio da mediação paterna.

Com a ausência materna, as mulheres sofrem danos significativos em sua formação psíquica, por não ter a representação feminina como a primeira mediadora do mundo, pois a sociedade patriarcal é construída simbolicamente pelos discursos e representações da ordem masculina hegemônica. Os embates entre Laura e Maria Lúcia são, assim, resultantes da lacuna deixada desde a criação de Maria Lúcia, por um pai autoritário e machista. A única representação simbólica que Maria Lúcia teve em sua educação foi a de um pai militar que mimetizava o mundo e os valores das relações humanas, conforme a lógica patriarcal, corroborando para que Maria Lúcia reproduzisse o que vivenciou na criação da filha.

Por isso, Muraro demonstra a urgência em amar a mãe, não no sentido romantizado pela sociedade patriarcal, mas como uma forma de afirmar a resistência das mulheres e os impactos que elas exercem, enquanto mães, nas identidades das gerações que formam. No ponto de vista de Muraro: “Saber amar a mãe me deu ou restituiu o autêntico sentido do ser” (1995, p. 25, **tradução nossa**). A autora, portanto, encontra conforto ao olhar de forma afetiva para a sua mãe, reconhecendo a força da figura materna na constituição da sua identidade.

Por outro lado, a mãe de Laura de *A filha única* pressiona a filha a ter um bebê ou pelo menos um companheiro para que ela não se torne uma mulher egoísta, amarga e solitária. Laura não deseja ter filhos, e sua mãe tenta fazê-la mudar de ideia, usando como justificativa o argumento do amor e cuidado,

ponto esse que foi usado historicamente para persuadir as mulheres a exercerem a maternidade: “É importante ter alguém para amar, alguém para cuidar. Isso nos torna menos egocêntricos” (Nettel, 2022, p. 42). A visão da mãe de Laura é pautada nos valores da sociedade patriarcal, pois ela se tornou mãe justamente pelas pressões sociais e pela idealização desse papel. Porém, como ela mesma admite para a filha em um outro momento do livro, ninguém fala sobre os contrapontos da maternidade, o cansaço e a solidão a que as mulheres são expostas quando se tornam mães.

A reprodução do discurso moralizador pela mãe de Laura e a sacralização da imagem da maternidade como “perfeita” resultam de um constructo ideológico patriarcal propagado por pensadores e estudiosos influentes, conforme pontua Badinter ao citar como exemplos o filósofo Rousseau e o psicanalista Freud:

Assim fazem Rousseau e Freud, que elaboraram ambos uma imagem da mulher singularmente semelhante, com 150 anos a separá-los: sublinham o senso da dedicação e do sacrifício que caracteriza, segundo eles, a mulher “normal”. Fechadas nesse esquema por vozes tão autorizadas, como podiam as mulheres escapar ao que se convencionara chamar de sua “natureza”? Ou tentavam imitar o melhor possível o modelo imposto, reforçando com isso sua autoridade, ou tentavam distanciar-se dele, e tinham de pagar caro por isso. Acusada de egoísmo, de maldade, e até de desequilíbrio, àquela que desafiava a ideologia dominante só restava assumir, mais ou menos bem, sua “anormalidade”. Ora, a anormalidade, como toda diferença, é difícil de se viver. As mulheres submeteram-se portanto silenciosamente, algumas tranqüilas, outras frustradas e infelizes (Badinter, 2011, p. 237-238).

Vale ressaltar, entretanto, que as ponderações de Freud sobre a sexualidade feminina apresentam perspectivas arbitrárias, contendo tanto aspectos positivos quanto negativos. Segundo a leitura da psicanalista Iaconelli (2023, p. 51): “Freud advoga em favor de bases civilizatórias menos idealizadas e dá voz ao sofrimento feminino”. O mérito do teórico reside na denúncia das causas e efeitos físicos e psíquicos da repressão à liberdade sexual feminina, enfatizando que as imposições sociais induzem as mulheres a reprimir seus impulsos sexuais para dar lugar à “sublime” função da procriação. Porém, a sua teoria falha ao preservar a idealização da maternidade enquanto um princípio moral, apoiando-se no reconhecimento da “boa mulher” como equivalente a “bela, recatada e do lar”.

Novamente é explícita a montagem de um padrão inatingível de maternidade, pensado apenas para satisfazer as demandas do monopólio masculino. Afinal, os grupos dominantes destituíram das mulheres toda a individualidade e humanidade e delas exigiam devotamento, sacrifício e obediência. O modelo da maternidade criado pelos moralistas e pensadores, tais como Rousseau e, de certa forma, Freud, portanto, sugeriam o apagamento do sujeito mulher, para o nascimento de uma figura que vivia para cuidar e dedicar seu tempo integralmente aos cuidados das crianças, do lar e do marido.

Dissonante dos valores universais defendidos pelos moralistas, os romances destacam as trocas de experiências entre mães e filhas. O retrato na ficção das mães das Lauras, nas respectivas produções aqui estudadas, é essencial por trazer a perspectiva de mulheres da terceira idade que acumulam uma série de

vivências, que se chocam com as de suas filhas mais jovens. Esses desencontros de princípios e pensamentos entre mães e filhas contribuem para o amadurecimento das personagens, e acabam provocando também uma inversão de papéis, uma vez que as mães acabam aprendendo com as filhas. Ao ler uma matéria sobre depressão pós-parto publicada pela filha, Maria Lúcia descobre que já passou por isso em suas gestações, mas não sabia da existência da doença. De modo similar, em *A filha única*, ao se afiliar a um coletivo do feminismo comunitário, a mãe da narradora começa a compreender a decisão de sua filha em não querer ser mãe, reconhecendo que maternidade é uma imposição social e que muitas vezes as mulheres são convencidas pelos discursos ideológicos a assumir esse papel, abdicando de sua individualidade para se dedicar aos cuidados de outro ser.

As Lauras dos romances são mulheres que têm como prioridade a sua ascensão profissional, não sonham com a maternidade ou romantizam o matrimônio. As protagonistas-narradoras transgridem com as normas, não temem se expressar e apresentam liberdade sexual. Contudo, as pressões externas fazem com que as convicções das personagens sejam abaladas em alguns momentos. Por exemplo, quando completa trinta e três, a Laura de *A filha única* cogita ser mãe, pois o seu companheiro sonha com a paternidade e a personagem passa a perceber um certo encanto nas crianças. Apesar do sentimento, ela conseguiu resistir a tempo e decidiu fazer uma laqueadura.

Já a Laura de *Uma duas* sente-se coagida a prestar assistência à mãe, que é encontrada desacordada em um estado de calamidade no apartamento onde morava sozinha. A protagonista tem ciência de que, conforme as próprias leis que regem a sociedade, é seu dever, como filha, cuidar de sua mãe idosa quando esta não tiver mais condições de se autocuidar. Esse dever dos filhos(as) com os pais idosos é previsto no Estatuto do idoso, que estabelece que nenhuma pessoa idosa pode ser vítima de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e qualquer violação dos direitos dos idosos será penalizada legalmente (Brasil, 2022, Art. 4º). Além disso, “é dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos da pessoa idosa”, “e os filhos maiores têm a obrigatoriedade de ajudar e amparar os pais na velhice” (Brasil, 2022, Art. 4º, § 1º; Art. 3º; Brasil, 1988, Art. 229). Esse papel frequentemente cabe às mulheres. No caso da personagem de Maria Lúcia, a tarefa do cuidado recai sobre a sua filha devido a seu completo isolamento social ao longo de toda a vida.

As normativas legais dialogam com a narrativa literária, na medida em que a protagonista enfrenta uma série de questionamentos por parte da profissional de assistência social e pelos próprios médicos, considerando a gravidade do estado em que sua mãe foi encontrada. Quando a assistente social começa a questionar Laura sobre a situação crítica de sua mãe, como é descrito no próprio enredo, a personagem afirma usar “[...] uma máscara respondendo às perguntas da assistente social” (Brum, 2009, p. 10). Laura não é sincera ao se ver em meio a esse interrogatório, pois tem consciência das possíveis penalizações e julgamentos que receberá se contar a verdade. Diante disso, sente-se obrigada a cuidar da mãe doente. No fragmento seguinte, é notável que Laura consente em cuidar da mãe por se sentir

pressionada pela assistente social: “Você vai ter de se reestruturar para cuidar da sua mãe, você acha que consegue? Sim, ela consegue. Não, ela não quer. Sim, ela não tem escolha” (Brum, 2009, p. 10).

Laura percebe que não tem opções, cuidar de sua mãe é o seu “dever”, ao menos é o que a sociedade espera dela, tanto como filha e, principalmente, como mulher. A estudiosa Biroli (2011) declara que o cuidado com os mais vulneráveis é uma tarefa que tradicionalmente foi designada ao sexo feminino e, por se limitar à esfera privada e doméstica, é desvalorizada na sociedade. Contemporaneamente, no entanto, as mulheres se desdobram dentro e fora do lar, pois necessitam de uma remuneração para sobreviver, ao mesmo tempo em que não conseguem se desvincular completamente das funções domésticas.

Laura, por exemplo, precisou sair do emprego para se dedicar à mãe, não porque queria, mas por se sentir coagida a agir dessa forma. No momento em que pede demissão a personagem se apropria do discurso da boa filha que irá sacrificar sua carreira para cuidar da mãe doente, como uma tentativa de sensibilizar o seu chefe e deixar uma boa impressão, caso depois precise retornar ao emprego. Assim nas próprias palavras da narradora: “É agora a melhor das filhas, a melhor das mulheres, um ser humano excepcional. Não é mais a funcionária esquisita, mas a dedicada (Brum, 2009, p. 36).” O recurso da ironia demarcado nesse trecho traz à condução da narrativa um tom sarcástico e provocativo, na medida em que a personagem se mostra consciente das exigências da sociedade e, não podendo deixar de seguir as normas de conduta de uma *boa filha*, acata as necessidades urgentes da mãe sem deixar de lado a acidez, talvez uma frustração em seguir as normas que a levarão a ser vistas como mulher exemplar. As ambivalências se mostram, portanto, quando a personagem reproduz o discurso corrente no mundo que a cerca, ironiza-o como uma voz que vem da consciência e, mesmo assim, o segue.

A necessidade que muitas mulheres sentem em se encaixar nos moldes da sociedade heteropatriarcal é uma forma de defesa e ao mesmo tempo de validação. As cobranças e imposições de papéis têm um peso mais significativo para o sexo feminino; por isso, é imprescindível uma abordagem, sob ângulos plurais, das experiências das mulheres, enquanto indivíduos, mães, filhas, profissionais, esposas, como Brum e Nettel encenam em seus romances.

Na trama de *A filha única*, as trajetórias de Laura e sua mãe, Alina e Inés, Doris e Nicolás oferecem diferentes facetas da maternidade. Alina vivencia uma maternidade atípica ao se tornar mãe de Inés e, quando decide procurar uma rede de apoio, sente-se ameaçada pela presença da babá de sua filha, como se essa, de certa forma, fosse tomar o seu lugar de mãe. Doris, no ápice de sua crise depressiva, questiona-se sobre que tipo de mãe ela é, pois se culpa por não conseguir controlar o comportamento de seu filho. Por mais que a história se desenrole em núcleos diferentes, essas personagens compartilham os mesmos sentimentos de insegurança, culpa, medo e exaustão. Quando Alina descobre a condição rara de Inés, indaga-se: “Foi má sorte? Foi culpa minha? Foram os meus genes ou os de Aurelio? Foi uma mistura dos dois? O que eu poderia ter feito melhor? Como vou contar aos meus pais?” (Nettel, 2022, p.

70). De outro lado, Doris, com o psicológico completamente abalado, desabafa para Laura: “A única coisa que sinto é que estou farta dessa fúria e de suas grosserias constantes. Às vezes, digo a mim mesma que teria sido melhor não tê-lo. É horrível, você não acha? Mães normais não pensam esse tipo de coisa, não é?” (Nettel, 2022, p. 70).

Doris e Alina são mães com realidades diferentes. A primeira cria sozinha o filho, exerce a função de Operadora de *telemarketing*, vendendo produtos bancários via telefone, e enfrenta um processo de luto pelo falecimento do pai de seu filho; a segunda, por sua vez, tem o apoio de seu marido e da família, e, posteriormente, contrata a babá que desempenha um papel maternal, cuidando de Inés para além dos dias úteis. Doris não tem uma relação estável ou um emprego bem-remunerado, somente encontra apoio em Laura, enquanto Alina, embora tenha uma maternidade atípica e a princípio se afaste de suas funções laborais fora do lar para se dedicar exclusivamente à filha, tem suporte familiar e acesso a bens que Doris não tem, como, por exemplo, uma extensa rede de cuidados subsidiada pela família, babá e um seguro de saúde particular. É relevante enfatizar que, mesmo com suporte familiar, Alina sofreu um significativo impacto com o nascimento de Inés, pois ela foi desenganada pelos médicos, preparou-se para a morte da filha devido à gravidade da deficiência e, no entanto, Inés sobreviveu, apesar de suas limitações.

A frieza com que os médicos lidam com Alina chama a atenção no enredo. De forma franca e direta, informam a uma mãe que sua filha não tem a menor chance de sobreviver e que, se isso acontecer, ela ficará eternamente dependente. Com isso, orientam Alina a agilizar todos os procedimentos para o nascimento e funeral da filha. Após o nascimento de Inés, Alina se sente como um corpo-objeto que perdeu a significância, já que toda atenção é dada para o bebê.

De acordo com dados de *La Endireh*, entre 2016 e 2021, no México, de um total de 981.570 mulheres de 15 a 49 anos, 318.779 sofreram em seu último parto a violência obstétrica, ou seja, 32,5% dessas mulheres foram vítimas de maus-tratos na gestação e durante o parto. A violência obstétrica ocorre quando os profissionais da saúde agem de forma desumana, sem pensar no bem-estar da puérpera, apropriando-se do corpo e dos processos reprodutivos femininos. De acordo com Aline Barros de Souza *et al.* (2016), quando vítimas de violência obstétrica, as mulheres são coibidas de tomar decisões sobre o próprio corpo e sexualidade. Podem se configurar como violência obstétrica atitudes como: tratar a paciente de forma ríspida com repreensões, humilhações, recusar-se a fornecer algum medicamento para redução da dor, induzir a gestante a fazer algo contra a própria vontade, submetê-la a passar por exames desnecessários e invasivos, entre outras ações.

Nettel toca sutilmente no tema da violência obstétrica a partir da experiência da personagem Alina. O aleitamento materno é conduzido de uma forma abrupta por uma das médicas, que não se preocupa com a privacidade ou direito de escolha da paciente puérpera:

Você já lhe deu o peito? – perguntou a pediatra de repente, em plena reunião.
Alina negou com a cabeça.

– Vamos ver – disse ela, enquanto abria a bata de Alina na frente dos outros médicos, trazendo energicamente o corpo da menina para mais perto de seu seio esquerdo. – Você deve ajeitá-la assim. Com uma mão você a aperta e com a outra empurra a cabecinha dela em sua direção. Está vendo? Não é tão difícil.

Inés abriu os lábios e engoliu o mamilo como se estivesse acostumada a fazer aquilo. Assim que sentiu a sucção, tudo ao redor de Alina começou a girar. Queria se levantar e sair correndo, mas não tinha forças nem para protestar (Nettel, 2022, p. 94).

Ao amamentar a filha pela primeira vez, Alina, apesar de amá-la, deseja fugir daquela situação. Uma reação de desespero, tendo em vista que todos os prognósticos fornecidos pelos médicos decretavam a morte de Inés. A filha viva em seus braços provoca angústia em relação ao futuro, e então a personagem se vê sem saída, pensando que nem ela e nem a filha terão uma vida. Tudo indica que Inés viverá em “estado vegetativo” e, assim, Alina imagina a filha adulta necessitando de todos os cuidados e atenção que um bebê precisa. Inés nunca teria uma vida dentro dos padrões de normalidade e, conseqüentemente, Alina pensa que também não terá, uma vez que abdicará de muitos projetos para dedicar a atenção que a filha necessita. Sozinha no quarto do hospital, refletindo sobre todas as dificuldades que a sua filha passará se sobreviver, Alina deseja que a sua filha parta: “Vá embora, Inés. Você não tem nada para fazer aqui. Vá logo! Se você ficar, nem você nem eu teremos uma vida” (Nettel, 2022, p. 98).

Na narrativa, a dra. Mireles foi a única médica que agiu de forma empática com Alina. Quando a personagem ligou em meio a uma crise de choro, ela não a julgou ou ignorou o seu sentimento. Por ser mulher, mãe e se alinhar com uma conduta médica humanizante, dra. Mireles levou em consideração o que Alina estava sentido, a tal ponto que agiu como um ser humano empático, oferecendo a escolha da vida ou morte da recém-nascida, ao entregar-lhe uma substância que causaria uma morte indolor em Inés. Todavia, a médica sugeriu que a personagem tomasse a decisão no momento em que as coisas se acalmassem, e que qualquer que fosse a escolha iria apoiá-la. O sentimento de impotência e a vontade que Alina sentiu de que a filha morresse, pelo imaginário social da “mãe ideal”, seria abominável. Para os ditadores dos bons costumes e da moral, uma mãe jamais poderia desejar a morte de um filho, por mais complexa que seja a situação. Entretanto, esses valores canonizados por grupos compostos majoritariamente de homens brancos, influentes e da elite não consideravam os corpos femininos como humanos, mas sim como um mero objeto condicionado a ser passivo e reprodutor.

Em meio a tantas cobranças e pressões sociais que acompanham a maternidade, a saúde mental das personagens se torna vulnerável. Doris sofre com a depressão e com os fantasmas de seu passado, projetados nas atitudes agressivas de seu filho. Alina tem uma crise depressiva após o parto de Inés e deseja que a filha não sobreviva por medo de não saber lidar com os cuidados de uma criança com deficiência, mas não utiliza o remédio letal e, após levar a filha para casa, nas intensas rotinas de atenção e cuidado, desenvolve uma compulsão em compras. Além disso, com a maternidade, a sexualidade e o autocuidado dessas mulheres são atingidos, o que acaba afetando a relação das personagens com o próprio corpo e a imagem corporal. Ao renunciar a atividades que lhes proporcionam prazer, para

dedicar-se aos cuidados com os filhos, as protagonistas acabam se alienando e se colocando em último plano.

A forma nociva com que Alina e Doris se cobram e se culpam é comum na sociedade contemporânea em que muitas mulheres assimilam, inconscientemente, o discurso de que são capazes de trabalhar, cuidar das crianças, da casa e do marido. Figueiredo (2020, p. 68) afirma que “A mulher liberada e profissional, casada e mãe, que quer preservar o seu lar, tem uma dupla ou tripla jornada de trabalho porque se encarrega da casa e dos filhos e ainda quer ser elegante e bela”. Majoritariamente as mulheres que são criadas nessas narrativas assumem multitarefas e na busca de cumprir com todas as incumbências acabam adoecendo.

Em virtude das múltiplas imposições do Estado e da família ao sexo feminino, principalmente no que tange a maternidade, a pesquisadora Dagmar Elisabeth Meyer trabalha com o conceito de “politização da maternidade”. Este termo se associa ao processo de monitoramento dos corpos e comportamentos das mulheres antes e após se tornarem mães:

O exame de políticas e programas de educação e de saúde (bem como dos conhecimentos científicos que lhes dão sustentação), implementados no contexto de sociedades ocidentais – como a brasileira – revela muito da racionalidade neoliberal e seus efeitos. Permite perceber que a noção de “indivíduo mulher-mãe”, ainda supõe, ou supõe com força renovada, a existência de “um ser que incorpora e se desfaz em múltiplos”: a mãe parceira do estado, a mãe como agente de promoção de inclusão social, a mãe como provedora do núcleo familiar e a mãe como principal produtora de cuidado, educação e saúde de suas crianças (Meyer, 2006, p. 87-88).

Como Meyer enfatiza na citação acima, às mulheres é atribuída uma miríade de responsabilidades que são institucionalizadas pelo Estado. Desde a tenra idade são inseridas nos espaços de saber e poder para serem doutrinadas em relação a como devem agir, enquanto mulher e mãe. Atualmente tem sido incluído um número ainda maior de funções, uma vez que as mulheres são estimuladas pelos centros dominantes a dar conta do lar e também exercer um trabalho remunerado para complementar a renda familiar. A função de mãe, por si só, já necessita de muita energia e dedicação, já que apenas a mulher é destinada ao papel de cuidar do desenvolvimento da criança, desde a escola até as suas carências biopsicossociais.

Além das pressões sociais a que as mulheres são submetidas, Nettel também aborda os impactos causados na autoestima das personagens após a maternidade. Em uma viagem de férias com Aurélio, a babá e Inés, Alina tem as suas inseguranças amplificadas em relação ao seu corpo e ao seu papel materno com a presença da babá. A personagem compara o seu corpo ao de Marlene, que é mais jovem e tem um “corpo padrão”. A narradora chama a atenção para as inúmeras transformações pelas quais uma pessoa passa após a gestação, diferentemente da figura paterna que não é afetada fisicamente e emocionalmente na mesma proporção que as mulheres: “Depois da gravidez, sua barriga tinha ficado cheia de estrias e, logo acima dos pelos púbicos, a cicatriz da cesariana se estendia de um lado a outro [...] O umbigo

também não tinha recuperado a sua forma original. Já Aurélio continuava com o corpo perfeito de sempre.” (Nettel, 2022, p. 68).

Com a chegada de Inés, Alina e Aurélio não tinham mais uma vida sexual ativa. Alina se afastou a tal ponto do companheiro que nem conseguia externalizar para ele os problemas que estava passando. Nessa viagem de férias, a personagem confidencia sobre sua compulsão em compras, resultando no seu endividamento. Aurélio fica inconformado pela omissão da esposa: “– Você tem que confiar mais em mim. Não está sozinha. Agora somos uma família. [...] – Você não vai nos abandonar? [...] – Claro que não! [...] – Bem, não acho isso estranho. Você não seria o primeiro homem que abandona a família [...]” (Nettel, 2022, p. 68). A insegurança que Alina demonstra sentir ultrapassa a questão estética com o próprio corpo. Ela teme que o marido abandone sua família, não suporte lidar com os problemas de uma filha com deficiência e uma esposa emocionalmente vulnerável. Esse episódio presente no romance de Nettel reflete o quanto é naturalizado o abandono paterno, como afirma Laura em um outro momento: “A verdade é que em nossa sociedade os filhos são atribuídos aos pais por opção e às mães, por obrigação” (Nettel, 2022, p. 62). Por outro lado, a obra de Nettel rompe com esse sistema enraizado, ao retratar um marido que acolhe as confidências da esposa, respeitando-lhe e assumindo as responsabilidades na criação da filha.

Em contraste com a realidade de Alina, Nettel encena o cotidiano de Doris, mãe solo e viúva, que se tornou uma mulher reservada e paranoica após a morte do marido em um acidente. Laura é imprescindível para Doris e Nicolás, ambos desenvolvem um carinho e afeto por ela. De forma recíproca, Laura, pela primeira vez, desenvolve um afeto por uma criança, não só dando a atenção que Nicolás precisa como auxiliando Doris no cuidado de seu filho, enquanto a personagem se encontra em um estado crítico de depressão. Laura, por nunca ter desempenhado a função de cuidar do filho de outra pessoa, reconhece a responsabilidade que é exercer tal papel: “A responsabilidade de cuidar do filho de outra pessoa é muito grande. Como explicar para sua mãe se ele se perdesse ou se machucasse?” (Nettel, 2022, p. 142). É curioso que a protagonista reflete sobre isso ao levar Nicolás para o parque e ficar algumas horas vigiando os seus movimentos. Tal cena alude ao receio que muitas pessoas que desempenham a função de cuidar de outra vida sentem. Por mais que queiram o bem e sempre busquem cuidar da melhor forma possível, temem que a qualquer desvio de atenção algo ruim aconteça.

No romance brasileiro *Uma duas*, a maternidade de Maria Lúcia é constituída de dor, violência e omissão que é refletida na criação de Laura. A mãe e a filha possuem um elo que as torna um corpo só, repleto de feridas que não cicatrizam, visto que perpetuam o ciclo de silenciamento perante os abusos de seus opressores. Maria Lúcia reconhece: “só sei que tive uma vida quando vejo Laura carregando suas cicatrizes pela casa” (Brum, 2009, p. 43). A mãe visualiza na filha a sua extensão: o lar em que Laura foi criada é um ambiente hostil em que as palavras não são proferidas, mas é evidente que a falta de comunicação de sua família acarreta uma série de dúvidas e angústias em Laura.

Por outro lado, apesar de Laura projetar sua mãe como uma mulher cruel, insensível e egoísta, ao conhecer a versão de Maria Lúcia, nota-se que essa mãe é tão vulnerável e vítima como a própria filha. Como comentado anteriormente, Maria Lúcia nunca sonhou em ser mãe ou tinha dimensão do que era a maternidade. Sua gravidez foi mais uma violência sofrida pela personagem, que nunca teve forças ou foi encorajada a lutar contra os seus agressores. Criada em ambiente opressor, a personagem respeitava e admirava o seu pai, pois ele era a sua única família. Violentada pelo pai de Laura, Maria Lúcia teve diversas gestações, nas quais sentia como se carregasse uma coisa dentro de si, que a destruía aos poucos. Não por acaso, a personagem rejeitou e aniquilou todos os seus bebês, salvando apenas Laura. Laura foi a filha que Maria Lúcia escolheu deixar viver, pois foi única que sentiu ser pertencente a ela, conforme a personagem relata:

Ainda me parece incrível que alguém como Laura tenha saído de dentro de mim, que qualquer coisa viva tenha saído de dentro de mim. E mesmo Laura quando saiu de mim, saiu de mim sem som. O médico achou que ela estava morta. Porque lhe dava tapas cada vez mais fortes, e ela não reagia. O médico a espancava, e ela não reagia. Mas a enfermeira garantiu que ela respirava. O médico então achou que ela tinha algum retardo mental e me disse isso com muito tato depois que ela abriu os olhos sem um gemido. **Mas eu sabia o que ele não poderia saber. E ali comecei a desconfiar que ela era minha. Minha criatura. Uma dinastia de mulheres destinadas a viver sem palavras** (Brum, 2009, p. 47, negrito nosso).

A primeira identificação de Maria Lúcia com a filha foi o fato dela nascer sem emitir nenhum som. Assim, a herança do silenciamento é transmitida para sua filha que dá continuidade, nas palavras de Maria Lúcia, a “Uma dinastia de mulheres destinadas a viver sem palavras” (Brum, 2009, p. 47). O silenciamento feminino ilustrado na ficção é análogo à própria história das mulheres. Mas esse silêncio também pode ser interpretado como uma oposição às expectativas sociais, pois é esperado que um recém-nascido chore ao nascer, isso é um indicativo de que o bebê é saudável. Laura, porém, já veio ao mundo contrariando a natureza das coisas. Enquanto Maria Lúcia tem esse silenciamento como uma imposição patriarcal, uma vez que foi instruída pelo pai a se manter calada e permissiva, Laura deseja romper com esses padrões, ela escolhe a escrita e a ficção para validar a sua existência e se desvencilhar do corpo de sua mãe.

A historiadora francesa Michelle Perrot (2007) argumenta que as mulheres foram instruídas a crerem que a sua palavra não valia nada, e as que tiveram o privilégio de ter acesso à escrita, ainda que tardiamente, não conservavam suas produções. Por esses motivos, em várias sociedades, o silêncio e o ocultamento das mulheres era natural e mantinha o controle social e moral das instituições de poder. A autora cita, então, alguns motivos que levaram à invisibilização das mulheres ao longo do tempo e, dentre eles, destaca a rara presença das mulheres brancas nos espaços públicos, uma vez que elas permaneciam na esfera doméstica, se dedicando exclusivamente à família. Essas não tinham sobrenomes, havia até mesmo um temor aos corpos femininos e, por isso, recomendava-se que fossem cobertos por véus.

Enclausurada integralmente em um ambiente doméstico e sob controle do onipresente pai, Maria Lúcia passou boa parte da sua vida em completo silêncio e submissão, sendo limitada a desenvolver qualquer senso de autonomia. A personagem, por sua vez, vê na filha uma projeção de si, não consegue demonstrar o amor tão idealizado e superestimado pela sociedade patriarcal, já que esta nunca recebeu esse tipo de afeto. Diante disso, Maria Lúcia sente o olhar de acusação de Laura, que não encontra na mãe a atenção que necessita. A falta de atitude de Maria Lúcia, que, para quem não conhece sua história, pode ser julgada como indiferença e apatia, é justificada pelo contexto em que a personagem foi criada; desde a infância foi condicionada a ocultar seus sentimentos e se esconder do mundo.

Quando Laura me acusa de desamor com seu olhar, ela não está tão enganada. Eu a amo mais do que jamais amei alguém, mais até mesmo que amei meu pai, mas acho que o meu amor é fraco. Eu não ligo tanto assim que minha filha adulta tenha se urinado inteira enquanto dizia que estava ótima. Eu também não estou ótima. E é assim que é. Fingindo sempre em frente. É engraçado isso. Fingindo sempre em frente. E avante, diria meu pai com as medalhas no peito, cegando-me com seu brilho (Brum, 2009, p. 48).

A declaração de Maria Lúcia comprova que a personagem aprendeu a “fingir” que sempre tudo estava bem, seguindo as condutas de seu pai militar e perpetuando esse comportamento na criação de Laura. Dessa forma, de um lado há uma filha que se sente desprezada pela mãe; de outro há uma mãe que não escolheu esse papel e tampouco é capaz de verbalizar ou demonstrar seus sentimentos, o que corrobora para a omissão dos abusos vividos, e da impossibilidade de se inserir nos estereótipos da maternidade padrão.

Laura pode espernear, mas ela nasceu do meu corpo. Como um câncer. Era isso o que eu pensava que ela era. Já contei isso? Quero contar. Numa das vezes em que o ratinho cinzento se enfiou em mim, eu engravidei. Mas eu não sabia o que era isso. Ele pareceu feliz, o homenzinho. E eu horrorizada vendo minha barriga crescer rasgando a minha pele. Tinha um bicho dentro de mim, como agora. É a mesma sensação. Tira isso de dentro de mim, eu gritava. Mas o homenzinho só me olhava com aqueles olhos tristes dele. É um filho, você vai ter um filho. Um bebê saudável pra gente poder amar. Eu não compreendia (Brum, 2009, p. 73).

A protagonista sente aversão aos bebês que gesta, pois todos foram gerados por meio de violências sexuais. A confissão de Maria Lúcia sobre o assassinato dos recém-nascidos é descrita detalhadamente pela personagem de uma forma natural. O corpo dos bebês que afogava na privada é referido como “um pedaço de carne”, o que ilustra a falta de vínculo afetivo entre a personagem e os bebês. Não significa, porém, que Maria Lúcia era uma mulher cruel e incapaz de amar alguém, mas sim que ela não sabia lidar com todos esses acontecimentos que eram estranhos e violentos para ela, tendo em vista que não escolheu ser mãe e muito menos desejou se unir ao pai de Laura, esse homem estranho que a violou no momento em que estava mais fragilizada, após a perda do pai.

Quando ele saiu para trabalhar, e eu tive forças para me arrastar, peguei o pedaço de carne e afoguei na privada. Sim, eu fiz isso. E nunca me arrependi. Só descobri que estava absolvida quando li uma reportagem de Laura sobre depressão pós-parto. Não me importei. Eu nunca me senti culpada por isso. Fiz outras três vezes ainda. Quando minha barriga começava a crescer, eu implorava que ele tirasse aquilo de mim, mas ele fingia não me ouvir. E um dia ele tinha de sair de casa, mesmo que demorasse. E pronto, estava tudo terminado. O último eu mesma enterrei no quintal. Quando ele voltava para casa, plantava uma árvore por cima, para marcar o lugar. Como se isso o absolvesse do crime de ter enfiado um bicho dentro de mim. Um ipê amarelo, uma primavera, uma quaresmeira e um limoeiro. Eram doces aqueles limões, mas o bobão nunca tomava a minha limonada. E um dia veio Laura. Eu já nem ligava mais (Brum, 2009, p. 73).

Se o romance de Brum apenas fosse narrado por um homem ou alguém que mantivesse os valores cristãos e patriarcais, as ações de Maria Lúcia facilmente seriam associadas à barbárie. É inegável que, se o aborto é condenado pelos conservadores por ser considerado um assassinato à vida de um inocente, o caso de uma mãe que assassinou todos os seus filhos ao nascer seria visto como um crime hediondo, categorizado como psicopatia. Afinal, não é considerado natural que uma mãe mate sem remorso um recém-nascido. Por outro lado, a narrativa de Brum quebra com o ciclo de silenciamento feminino e as ideologias consagradas pela supremacia masculina, sublinhando a inviabilidade de condenar uma mulher que nem tinha consciência de seus atos, vítima de estupro e criada em cárcere durante toda a sua infância e adolescência, sem contato com o mundo ou acesso a qualquer tipo de informação. Nos relatos da protagonista, fica evidente que esta não conseguia entender nem mesmo o que era uma gestação, sentia que carregava um corpo estranho dentro de si, injetado de forma abrupta por um homem que considerava asqueroso.

O pai de seus filhos, diferente de Maria Lúcia, tinha consciência da gravidade de seus atos, temia que as gestações dela fossem notadas pelos vizinhos, e mantinha Maria Lúcia em casa sem acompanhamento médico. Apenas Laura nasceu no hospital; por complicações durante o parto não foi possível manter em segredo a gravidez. Em uma tentativa constante de apagar as transgressões que permeavam no ambiente familiar, o pai de Laura plantava árvores em cima dos corpos recém-nascidos como se isso fosse ocultar as mortes. Laura, por outro lado, foi a única que sobreviveu, pois ao olhar para o estado estático da filha no momento em que iria afogá-la, Maria Lúcia reconheceu que aquele ser silencioso e indefeso pertencia a si, era a sua continuidade.

Quando o homenzinho foi para o trabalho me implorando para não fazer nada de mal, eu levei Laura até a privada para afogá-la. E quando enfiava a cabeça dela dentro da água, ela não berrou como os outros. Laura me olhou. Só me olhou. E aí eu preciso confessar que senti uma coisa diferente. De algum modo aquele monstinho sabia quem eu era. E eu não pude. Queria, mas não pude. Abracei-a com cuidado e fiquei lá, no chão do banheiro, me balançando para frente e para trás (Brum, 2009, p. 74).

O amor que Maria Lúcia dedica a Laura não corresponde ao amor convencional romantizado pelos grupos hegemônicos, porém é demonstrado pelo cuidado excessivo da personagem com a filha, que a sufoca, pois Laura não sabe das vivências anteriores da mãe. Maria Lúcia afasta Laura do próprio pai,

por temer que ele também a abuse, e por muito tempo amamenta a filha, em uma tentativa de compensar o afeto que não consegue demonstrar. Em uma das reflexões que Maria Lúcia evoca em sua narrativa, em um tom provocativo ela diz:

Eu duvido que essas mulheres que ficam exibindo suas barrigas saudáveis nessas revistas femininas que Laura costuma comprar e falando sobre as maravilhas da maternidade não tenham pelo menos um dia, um diazinho só, sentido que havia um monstro dentro delas, comendo-as de dentro para fora. Pode ser que eu seja a única mulher doida do mundo, mas duvido. Du-vi-do. Apenas que ninguém tem a coragem de confessar porque vivemos na época dos idiotas (Brum, 2009, p. 74).

No fragmento anterior, Maria Lúcia denuncia a fantasia construída em relação à maternidade, em que muito se fala dos benefícios desse papel, ilustrando mulheres grávidas, felizes e saudáveis em capas de revistas. Essas revistas, no entanto, raramente discutem sobre os pensamentos negativos, o cansaço e as inseguranças que estão intrínsecas nesse processo. Em um espaço onde a maternidade é cercada por discursos positivos e romantizados, as mulheres não se sentem à vontade para expor o lado obscuro desse processo. Similarmente, encontram-se no romance de Nettel episódios em que as personagens, ao admitirem as suas fragilidades e pensamentos pessimistas sobre a maternidade, culpam-se por nutrir tais sentimentos, como ocorre quando Doris confessa se arrepender de ter se tornado mãe.

Simone de Beauvoir (1967), autora do livro *O segundo sexo*, evoca uma série de reflexões sobre a a maternidade como uma experiência ambígua e complexa. A teórica usa o termo “religião da maternidade” para exemplificar a difusão de valores que buscam converter as mulheres ao devotamento materno, criando a ilusão de uma maternidade perfeita. Espera-se que as mulheres dediquem aos filhos um amor puro e generoso, abdicando de suas necessidades individuais para priorizar o bem-estar das crianças. Para tanto, na realidade, como esclarece Beauvoir (1967, p. 280): “De costume, maternidade é um estranho compromisso de narcisismo, de altruísmo, de sonho, de sinceridade, de má-fé, dedicação e cinismo.” Ou seja, não é possível regular como todas as mulheres vão se sentir ou viver a maternidade; às vezes, intimidadas pelas cobranças externas, não expõem a sua insatisfação, escondendo-se no discurso fantasioso da maternidade perfeita.

Todavia, como alerta Beauvoir (1967), o perigo desses costumes é que negligenciam os sentimentos das mães, ao induzi-las a demonstrar apenas o lado positivo da maternidade, quando, na verdade, a maior parte das mães se sentem angustiadas ou insatisfeitas. Algumas acabam depositando, inconscientemente, as suas frustrações nos filhos. Como apenas nesse papel são permitidas a exercer a autoridade sobre alguém, os filhos se tornam as suas vítimas. “Uma mãe que bate no filho não bate somente nele, em certo sentido não bate absolutamente na criança: vinga-se de um homem, do mundo, de si mesma; mas é o filho que recebe as pancadas” (Beauvoir, 1967, p. 290).

Também segundo Beauvoir (1967), algumas mulheres veem a sua feminilidade como uma maldição e, por isso, ao darem à luz uma menina, reconhecem a criatura como outra vítima, condenada

ao mesmo destino infeliz de seu sexo. Essas mães se sentem culpadas ou inseguras, temendo ver as suas experiências dolorosas repetidas nas filhas, e, não raro, passam a vigiá-las constantemente, dormindo na mesma cama por anos, como é refletido no próprio romance de Brum a partir das ações de Maria Lúcia. A personagem não deixava a filha dormir sozinha, sempre a levava para a sua cama, além disso, amamentou a filha até a adolescência, pois esta era a forma encontrada de manter a filha por perto e protegê-la da figura paterna.

E a salvei de mim mesma por amor. Era isso o que eu fazia muito mais tarde, quando lhe dava o meu peito e quase fui parar na cadeia. Eu tentava compensar. Era por isso que não gostava de ver o pai dela por perto porque eu sabia o que podia acontecer quando ele se esgueirava pelas paredes como um rato. Eu não queria nenhum ratinho cinzento nem de cor alguma se enfiando na cama da minha filha (Brum, 2009, p. 74).

Através das décadas, outras mulheres têm tematizado essa questão, como fez Beauvoir. Orna Donath, ativista feminista israelense, em seu livro *Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade* (2017), propõe um rico debate sobre os tabus em torno da maternidade compulsória, que consiste em discursos opressores com a finalidade de persuadir as mulheres a se tornarem mães. A autora neste livro fornece diferentes perspectivas sobre a maternidade a partir de entrevistas feitas com mulheres que são mães e possuem experiências singulares com a maternidade. Com foco no “arrependimento materno”, Donath procura desconstruir as crenças de que as mães são completamente realizadas e jamais podem cogitar reclamar da maternidade.

Muitas mulheres partilham dessa experiência profunda de perder a vida ao dar a vida, já que enfrentam a perda de sua experiência corporal, de suas paixões anteriores, a perda de características de suas relações amorosas e não amorosas anteriores, o fim de sua precedência no mundo, a perda de criatividade e até mesmo a perda de palavras [...] (Donath, 2017, p. 100).

A morte simbólica da mulher ao se tornar mãe, observada nos relatos das mães entrevistadas por Donath, também é destacada nos romances ficcionais de Brum e de Nettel. Em Brum, por outro lado, Maria Lúcia nunca se sentiu viva, já que sempre foi privada de fazer as suas próprias escolhas, sendo controlada pela figura paterna. Inclusive, Maria Lúcia se surpreende que algo vivo tenha saído de dentro dela, mas logo percebe que ela e a filha compartilham a mesma carne, sentenciadas ao silêncio e à omissão. Enquanto em *A filha única* as personagens experimentaram a morte de alguns de seus ideais e sonhos a partir do nascimento de seus filhos. Doris saiu da banda da qual participava como vocalista e abandonou sua vida noturna para se dedicar ao marido e ao filho; Alina precisou se afastar de seu trabalho para cuidar de sua filha nos primeiros meses de vida. A mãe da personagem Laura, de *A filha única*, defendia os ideais da maternidade perfeita, mas tem as suas certezas abaladas quando começa a frequentar o coletivo feminista *La Colmena*, e em uma conversa com Laura revela tudo que abdicou após se tornar mãe. “Você tem que estar muito convencida de ser mãe antes de embarcar nessa aventura. Eu,

por exemplo, parei de frequentar a universidade quando tive vocês e, é claro, de participar de assembleias. Agora estou recuperando a parte esquecida de mim mesma” (Nettel, 2022, p. 189).

O que é encenado na literatura se manifesta empiricamente a partir das falas de mães da vida real, entrevistadas por Donath (2017). Dentre as várias entrevistadas é válido citar Rotem, mãe de duas filhas de 5 e 10 anos:

Emprego uma abordagem bem ampla e feminista ao dizer que uma mulher, depois de ter um filho, renuncia a muitas coisas às quais um homem não renuncia. E ao tomar essa decisão, deveria levar isso em conta. [...] Nunca adotei uma postura tão feminista, mas ser mãe mudou tudo. De repente, me dei conta de que devemos ser feministas. Até aquele momento, eu pensava: “Por que tanto alvoroço? Não tem problema nenhum. Posso fazer qualquer coisa, o que eu quiser.” O que eu quiser. E todas as opções estavam de fato abertas. E quando entendi que isso estava perdido... As mulheres precisam se posicionar, porque o sistema cultural no qual vivemos está nos esmagando. Ele não permite que sejamos o que quisermos. Isso não está certo. Depois que se torna mãe, você não pode, não pode fazer o que quiser. Precisamos criar um sistema para defender isso, bem lá no fundo (Donath, 2017, p. 100).

Na fala de Rotem é perceptível o quanto a maternidade mudou a sua perspectiva, permitindo que ela se identificasse com pautas feministas, assim como é retratado no contexto ficcional de Nettel: ainda que tardiamente, e devido a um letramento feminista, a mãe de Laura tomou consciência das renúncias que fez quando se tornou mãe. Rotem ainda enfatiza que as mulheres são as mais afetadas com chegada de um filho, pois os homens, além de não passarem pelas mudanças fisiológicas e psicológicas da gestação, não são pressionados pela sociedade a parar a sua vida para cuidar unicamente de filhos e filhas. A partir de falas de mães com experiências similares às de Rotem, Donath conclui que essas mulheres se sentem anuladas ao se tornarem mães, como se o nascimento de um filho significasse a perda do seu eu anterior.

Outra questão percebida por Donath (2017) durante as entrevistas é que, de um lado, a maternidade pode ser vivenciada por algumas mulheres como morte de sua vida anterior e, de outro, pode provocar o renascimento ou o despertar de lembranças dolorosas projetadas em seus filhos. Na narrativa de Brum, Maria Lúcia vê espelhado em sua filha o mesmo silêncio que a imobilizou. Mãe e filha se reconhecem uma na outra; o próprio título do romance já anuncia a fusão empírica desses corpos retalhados pelo sistema violento que afeta, principalmente, as mulheres.

Você também não é normal, Laura. Herdou os meus genes deformados e lembra o que não deveria. Eu a salvei, mas a salvei de mim mesma. Fui ao mesmo tempo sua assassina e sua heroína. E acredito que é isso que todas as mães são em alguma medida. Sua Noviça Rebelde não existe. Lembre-se, ela era uma madrasta. Em algum momento, os filhos já tinham matado a mãe verdadeira. Mas ninguém nunca quis saber o que aconteceu com ela. Será que os tumores que tomam conta de mim são aqueles bebês todos que matei e que voltaram para se vingar? Tenho medo, mas se for isso não vou reclamar, porque agora eles podem, e eu não. Estou velha e já não posso afogar ninguém. Como será a morte? Fim e pronto? Fim e nada mais? (Brum, 2009, p. 75).

A dualidade entre a “mãe heroína versus a mãe assassina” mencionada por Maria Lúcia corresponde a dois rótulos antagônicos e aparentemente inverossímeis, mas no romance ambos se figuram como complementares. Como a personagem admite, ela salvou Laura de si própria, pois a filha foi a única bebê que escolheu manter viva, mas essa mãe questiona se os tumores que tomam conta de seu corpo não podem ser uma espécie de prestação de contas dos outros bebês que ela matou. No romance, as confissões de Maria Lúcia expressam uma ambivalência: a personagem se culpa, mas também expõe suas inquietações, no instante em que se questiona se ela realmente merece ser condenada, uma vez que ela não tinha consciência dos impactos de seus atos poderiam causar. “Se existe céu e inferno, eu provavelmente vou para o inferno. Mas, ousar dizer, será uma injustiça. Porque eu não sabia. Apenas que eu não sabia. Se a gente não sabe, também é condenado?” (Brum, 2009, p.75).

A estudiosa Donath (2017) menciona a crença difundida pela modernidade em relação ao mito da escolha livre das mulheres, como se todas se tornassem mães porque anseiam por isso e logo devem se responsabilizar pelas suas decisões. O que essa crença ignora são as múltiplas formas como essa maternidade é vivenciada, pois nem sempre a gravidez é planejada ou se tem uma noção de como essa experiência se concretizará. As personagens mães dos romances analisados alternam entre dois extremos: “a mãe boa” e “a mãe má”. Quando estão consumidas pela exaustão desejam secretamente que seus filhos desapareçam, mas em outro momento se sentem afeiçoadas e ligadas aos seus filhos. No caso das personagens dos romances estudados nesta dissertação, a maternidade não veio como uma escolha, mas foi impulsionada pela expectativa de construir uma família ou de forma forçada por uma violência sexual, como é o caso de Maria Lúcia, de *Uma duas*.

Há mulheres que engravidam, dão à luz e criam filhos resultados de estupros; interrompem gestações ou as levam adiante devido a pressões e decisões que não são sempre nem necessariamente suas; mulheres com deficiências mentais ou físicas são dissuadidas do parto e da maternidade; e mulheres pobres e/ou não brancas são com frequência privadas do direito - mesmo que “apenas” na teoria - de planejar uma família numerosa (Donath, 2017, p. 31).

Na menção acima, Donath (2017) contesta o mito da “escolha livre” das mulheres em relação à maternidade e ao planejamento familiar. Contemporaneamente o discurso que atrela a maternidade à natureza e ao determinismo biológico foi substituído pela crença de que as mulheres são livres para traçar seus caminhos. Contudo, na prática muitas mulheres fazem as suas escolhas baseadas nas regulamentações sociais, isto é, nas motivações ideológicas criadas por grupos que exercem uma certa influência sobre essas mulheres, como a família, igreja, aparatos midiáticos, entre outros. Caso alguma mãe proteste ou lamente sobre algo em relação à maternidade, logo se utiliza, como resposta, o discurso da escolha, pois é conveniente para as convenções sociais encontrar meios de culpar as mulheres, toda vez que essas contestam a norma imposta.

Sob distintos olhares e espaços geográficos, Brum e Nettel subvertem as certezas sacralizadas pelos grupos hegemônicos sobre a maternidade. Nos romances dessas escritoras os leitores se deparam com mães que adoecem emocionalmente devido às preocupações ou pressões que sofrem com a maternidade, também há mães que não sabem como exercer esse papel tão superestimado pela sociedade, assim como há algumas que sentem saudades da sua versão anterior à maternidade. Além disso, algumas questões encenadas na ficção impactam com os valores morais convencionais, como abordado a partir de Maria Lúcia, uma mãe que mata os seus recém-nascidos friamente e mais tarde descobre que tinha depressão pós-parto. A importância de narrativas como essas está na visibilidade que oportunizam a temas que por muito tempo foram excluídos pelo cânone, demonstrando que é comum que nem todas as mães se sintam realizadas, que adoçam ou que pensem em coisas negativas.

3. “SONHAVA ENTÃO COM UMA VIDA SEM MÃE, COM UM CORPO QUE SÓ PERTENCESSE A MIM”: REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES PARA ALÉM DA MATERNIDADE

Ao contrário da geração de minha mãe, que achava uma aberração não ter filhos, muitas mulheres da minha decidiram não procriar. Minhas amigas, por exemplo, poderiam ser divididas em dois grupos igualmente grandes: aquelas que pensavam em abdicar de sua liberdade e se imolar em prol da conservação da espécie e aquelas que estavam dispostas a assumir o opróbrio social e familiar para preservar sua autonomia (Nettel, 2020, p. 16).

Este capítulo propõe um olhar transversal sobre a representação das personagens nos romances, transcendendo a tradicional associação das mulheres à maternidade e ao matrimônio. Assim como é frisado na epígrafe, contemporaneamente as mulheres possuem novos anseios e, devido aos avanços das mobilizações feministas, adquiriram mais autonomia para ocupar novos espaços e funções. Portanto, nota-se a urgência de superar a imposição de papéis sociais baseados em determinismos biológicos, que restringem as mulheres a papéis como o de procriar, casar e ser donas de casa.

Inicialmente, destaca-se a importância dos elos de amizade construídos entre as personagens, unidas para enfrentar as violências, inseguranças, pressões sociais e desafios profissionais, familiares e íntimos. A identificação das personagens com seus pares ocorre de forma espontânea e é fundamental para as protagonistas priorizarem-se como seres humanos que possuem necessidades que vão além da devoção e do cuidado com filhos, filhas e cônjuge. Além disso, em outro tópico, busca-se repensar as imposições da maternidade segundo a visão patriarcal, observando que o trabalho de cuidado não é uma função restrita ao gênero feminino, mas deve ser compartilhado com outros membros que constituem a família.

3.1. Sororidade: a cumplicidade entre mulheres ligadas pela dor

Ao retratar a união das mulheres conectadas por experiências diversas, as autoras dos romances *Uma duas* e *A filha única* tecem enredos nos quais a sororidade atua como uma aliada nas lutas das personagens. No entanto, os romances evidenciam os espaços e as posições sociais que essas personagens ocupam, ilustrando que cada mulher a depender da sua classe, raça e orientação sexual terá uma experiência singular. A narradora de *A filha única*, apesar de ser uma mulher branca, de classe média e narrar as trajetórias de mulheres que se enquadram neste mesmo padrão, reconhece que há outras realidades ainda mais complexas e dolorosas do que as que estão em seu entorno. Quando acompanha Alina em um ultrassom, observa: “Enquanto Alina vestia o avental no banheiro, olhei pela janela para a cidade perdida. Pensei nas mães que davam à luz diariamente naquele local sem acesso a quase nenhum serviço médico, quando muito apenas uma clínica no bairro” (Nettel, 2022, p. 33).

A protagonista de *Uma duas* também reconhece os privilégios que tem enquanto mulher branca e da classe média: “São infinitas as formas de uma mulher adulta, razoavelmente atraente, com acesso a boas lojas, bons cosméticos e um bom cabeleireiro, encobrir a sordidez do próprio corpo. Mas há uma estranheza difusa que permanece” (Brum, 2009, p. 35). Embora tenha recursos para ter uma boa qualidade de vida, ainda há um desconforto que permanece. Esse conflito identitário da personagem advém das pressões e expectativas sociais que o seu corpo sofre, como também das tensões com a figura materna. Quando a mãe de Laura é internada, mais uma vez, a personagem ressalta as vantagens de quem tem recursos e descreve as péssimas condições da ala pública do hospital:

Explico que fraquejei, por amor, sempre por amor, e fiz o que minha mãe queria, mas que não posso seguir com isso, que ela precisa da melhor assistência, e que podemos pagar a ala privada do hospital. A que não tem paredes descascadas nem cheiro de desinfetante. E também não tem o perfume barato, o que é uma pena. **Sim, temos recursos para ultrapassar o portal dos mundos** (Brum, 2009, p. 79, grifo nosso).

Em *A filha única*, a mãe de Laura ultrapassa esse “portal” ao se envolver com o feminismo comunitário, abraçando a proposta de conviver com mulheres em situação de vulnerabilidade social. As identificações entre mulheres geralmente são influenciadas pelos propósitos que têm em comum. A menção ao coletivo feminista *La Colmena* no enredo de Nettel contribui para pensar no feminismo como um movimento plural, que, embora possa apresentar diferentes vertentes, tem como ponto de união entre as mulheres o desejo de lutar contra a opressão que o gênero feminino sofre historicamente. A composição do coletivo é citada no romance como: “Um fluxo interminável de mulheres [...] de todos os tipos: jovens colegiais de uniforme, mães de família, funcionárias de escritório e mulheres mais velhas acompanhadas de suas netas. Algumas estavam com os rostos cobertos por lenços verdes, outras com bandanas tradicionais e balaclavas” (Nettel, 2022, p. 206). A caracterização das múltiplas identidades que

constituem o grupo a que a mãe de Laura se filia remete de maneira tácita aos princípios do feminismo comunitário.

Segundo a ativista e feminista boliviana Julieta Paredes Carvajal (2020, p. 225), uma das precursoras do feminismo comunitário, “feminismo é a luta e a proposta política de vida de qualquer mulher em qualquer lugar do mundo, em qualquer etapa da história, que tenha se rebelado diante do patriarcado que a oprime”. No entanto, a estudiosa se opõe ao feminismo hegemônico, por ser um movimento reducionista que dá visibilidade apenas à mulher branca, burguesa e heterossexual. A vertente do feminismo comunitário defendida por Carvajal visa descentralizar os ideais do feminismo ocidental para assim incluir na luta feminista mulheres de distintas origens, idades, classes sociais e raças, reconhecendo a diversidade de suas vivências e lutas.

Na narrativa literária, o coletivo *La Colmena* traz em suas pautas a importância da solidariedade feminina e da criação de redes de apoio para mulheres de diferentes idades, classes e raças, disponibilizando assistência psicológica e social àquelas em condições de vulnerabilidade. O destaque dado ao coletivo mostra a importância das mobilizações de mulheres em torno de objetivos comuns: ainda que possuam distintas realidades, estão conectadas pelas injustiças e violências que sofrem historicamente, assim, como pelo desejo de transformar esses cenários.

Contemporaneamente, os coletivos feministas estão cada vez mais engajados e comprometidos com as causas da agenda feminista, e isso é fruto das lutas das mulheres ao longo do tempo. Maria Bogado (2018), em seu artigo “Rua” reflete sobre as manifestações e a formação desses coletivos, destaca o papel das redes sociais, veículo de comunicação que além de possibilitar a rápida difusão de informações, promove uma participação política ativa, conectada e engajada. Dentre as manifestações dos coletivos feministas, Bogado menciona o protesto das mulheres em 2015 contra o projeto de lei 5069/2013, proposto por Eduardo Cunha; a Marcha das Margaridas; a Marcha das Vadias; o movimento Mexeu com uma, mexeu com todas; e o *Ni una a menos*. A este último, a narrativa de Nettel se filia.

No protesto “Fora Cunha”, as mulheres se posicionavam contra a pretensão do deputado de precarizar o acesso de vítimas de estupro à assistência médica fundamental; depois do ato de “Fora Cunha”, em Brasília, aconteceu a primeira Marcha de Mulheres Negras, contando com 50 mil ativistas de diversas regiões do país; em 2015, também em Brasília, ocorreu a quinta marcha das trabalhadoras rurais, conhecida como Marcha das Margaridas. A mobilização apresenta esse nome em referência a Margarida Alves, uma representante crucial nas mobilizações das mulheres rurais, executada em 1983 ao protestar a favor dos direitos das trabalhadoras do campo na Paraíba. A Marcha das Margaridas é oriunda dos primeiros movimentos da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), caracterizada como “feminista e anticapitalista”. Outra marcha que também ganhou repercussão foi a “Marcha das Vadias”, nascida no ano de 2011 em Toronto, no Canadá, depois de uma onda de estupros na Universidade de York, quando um policial alegou que as mulheres foram violentadas por se vestirem como “vadias”.

Com enfoque na amplificação das vozes das mulheres vítimas de violência sexual, outro movimento que merece destaque é o “Mexeu com uma, mexeu com todas”. Essa manifestação ocorreu em 2016, nas ruas do Rio de Janeiro e de outros municípios, em que milhares de mulheres protestaram contra o estupro de uma adolescente por 33 homens, na zona Oeste do município. Na Argentina, no mesmo ano, as mulheres argentinas se mobilizaram em uma greve contra o feminicídio da adolescente Lucía Pérez. O atentado da jovem teve como reação um grito “Ni una a menos” e diversas manifestações que repercutiram por todo o continente latino-americano, tornando-se um símbolo do combate ao feminicídio.

Bogado salienta a força das reivindicações dos coletivos feministas, fazendo referência ao movimento “Mexeu com uma, mexeu com todas”. Tais iniciativas muitas vezes partem de um “eu”, vítima da violência, e esse “eu” é acolhido por um grupo de mulheres que se reconhecem nessa dor. “A narrativa, sem se tornar impessoal, passa a integrar a experiência do grupo, que assume coletivamente a voz individual: ‘Mexeu com uma, mexeu com todas’”, ela declara (Bogado, 2018, p. 26). E a reprodução de gritos coletivos como “Mexeu com uma, mexeu com todas” ou “Ni una a menos” repercute mundialmente, possibilitando que os atos de violência contra as mulheres não sejam ocultados ou que seus agressores permaneçam impunes.

Para Bogado (2018), as manifestações feministas atuam de forma horizontal, de modo que as trajetórias de diferentes mulheres se cruzam e fomentam movimentos de resistência e a criação de vínculos. Conforme a teórica (2018, p. 26): “Está em jogo a percepção de um problema comum. Em vez de apagar a diferença entre as histórias de vida que ali se apresentam, a repetição por todas serve como fator de sensibilização com essas diferenças, como fator de aproximação e criação de laços.” Nesse contexto, a sororidade entre mulheres não é apenas a solidariedade e empatia, é um movimento político e de resistência, que deve considerar as especificidades das mulheres e equiparar as suas diferenças em prol de uma missão em comum: o combate a violência contra as mulheres. Os romances analisados neste trabalho se fazem análogos a essas reflexões, ampliando e ressignificando as experiências interseccionais das mulheres na sociedade contemporânea.

No obra de Nettel, as personagens inseridas em contextos de violência e opressão criam laços profundos, seja pela identificação dos conflitos internos que vivenciam, enquanto mães, filhas, esposas, profissionais e mulheres, ou mesmo por encontrar nas suas pares a cumplicidade que necessitam nos momentos mais complicados. Em *A filha única*, a amizade ocupa um lugar central na vida dessas mulheres: Doris, durante uma crise depressiva e familiar, se vê amparada pela vizinha Laura, que se torna sua melhor amiga; Alina divide as inseguranças de uma maternidade atípica com Laura, também sua melhor amiga, e Mônica, uma mulher que também é mãe de uma criança com deficiência intelectual.

Laura age como uma intermediadora dos conflitos vivenciados por suas amigas. Ela acompanha toda a trajetória de Alina, sendo sua confidente e oferecendo todo o suporte necessário; também é quem

incentiva Doris a sair de casa e redescobrir a sua identidade reprimida com a maternidade. Portanto, Laura não consegue permanecer apática diante do sofrimento de suas amigas. Com passeios ao parque e uma escuta atenta às queixas de Doris e Nicolás, a personagem se torna o refúgio dessa família, despertando em Doris o desejo de recuperar os seus sonhos negligenciados e proporcionando momentos que resgatam a infância perdida de Nicolás.

O vínculo entre Doris e Laura se intensifica com a partida de Nicolás. Nesse momento, Laura presta toda solidariedade e atenção que a amiga precisa: “Desde que Nicolás partiu, concentrei todos os meus esforços em cuidar de Doris. É minha maneira de compensar o vazio que seu filho me deixou e também a forma de garantir seu regresso” (Nettel, 2022, p. 202). A personagem se encanta com o renascimento da personalidade de Doris: em uma de suas saídas noturnas, nota a espontaneidade da amiga com os clientes e o bartender e imagina que no passado “ela havia sido uma mosca de bar, uma libélula” (Nettel, 2022, p. 209). E inesperadamente, ouvindo a amiga cantar e bebendo alguns drinks em seu apartamento, as duas têm uma conexão sexual profunda. Contudo, Laura prefere não rotular o que aconteceu: “Se nenhuma de nós é lésbica, então como se chama o que aconteceu ontem?”; “Não sei, acho que não tem nome” (Nettel, 2022, p. 211). As duas personagens nunca tinham se relacionado com pessoas do mesmo sexo, era uma experiência nova para ambas. A confusão que expressam em relação à sexualidade reflete o quanto elas estão inseridas em um sistema cuja heteronormatividade as condiciona a pensar que não é possível se conectarem intimamente ou sentirem atração por uma pessoa do mesmo gênero. Adrienne Rich considera que:

A identificação entre mulheres é uma fonte de energia e poder feminino potencial, contido e minimizado pela instituição da heterossexualidade. A negação da realidade e da visibilidade da paixão das mulheres por outras mulheres, da escolha das mulheres por outras como suas aliadas, companheiras de vida e de comunidade, ao se obrigar que tais relações sejam dissimuladas e até desintegradas sob intensa pressão tem representado uma perda incalculável do poder de todas as mulheres em mudar as relações sociais entre os sexos e de cada uma de nós se libertar (2010, p. 40).

A heterossexualidade compulsória é alimentada pela romantização dos relacionamentos heteronormativos nas instituições familiares, religiosas e expressões midiáticas e artísticas como a literatura e o cinema. As mulheres têm a sua sexualidade controlada por um sistema que, historicamente, apagou e patologizou as relações homoafetivas. Assim elas foram/são induzidas a seguirem os padrões do que é rotulado como aceitável. Laura, por ser uma mulher mais desprendida das pressões sociais, se opõe à categorização da sua relação com Doris, desafiando os paradigmas do binarismo sexual. No entanto, Doris, pelo seu aprisionamento por anos em relacionamento abusivo, ainda se sente insegura quanto a isso e demonstra não estar disposta a repetir essa experiência com Laura, pois não se reconhece como lésbica.

Uma duas, de maneira diferente, toca no tema da cumplicidade feminina. No enredo, isso se torna explícito em dois momentos principais: quando, em sua fase mais vulnerável, Maria Lúcia é

acolhida pela filha. Embora inicialmente seja para atender às pressões externas, Laura não consegue ignorar a mãe. E, no segundo momento, com a descoberta do câncer terminal de Maria Lúcia. A personagem diz à filha que não deseja fazer a cirurgia, pois será submetida a mais um processo doloroso que só irá postergar a sua morte.

Laura, junte as minhas coisas e vamos sair já daqui. Mas não podemos, mãe. É claro que podemos. Me ajude a levantar antes que eles me agarrem e me operem à força. Parece um filme. Um filme B, mas ainda assim um filme. Ela coloca a mãe numa cadeira de rodas. E a empurra pelos corredores enquanto o coração fura o peito. Quer correr, mas se controla. Sorri para os homens e as mulheres de jaleco que cruzam por elas. Deslizam pelas enfermarias como se estivessem passeando. E estão fora. Ela mesma ataca um táxi na rua. Enfia a mãe no banco de trás e dá o endereço de casa. As duas se olham e riem como garotas de escola. Fugiram. Depois se envergonham da intimidade e se calam até chegar em casa. Ao ajeitar a mãe na cama, ela diz. Vou tomar um banho. A mãe agarra seu pulso com a mão igual à dela. Laura, você precisa me matar (Brum, 2009, p. 69).

Dividida entre seguir as condutas morais, permitindo que a mãe realize os procedimentos cirúrgicos solicitados pelos médicos, ou respeitar a vontade da progenitora, Laura, pela primeira vez, pensa no que sua mãe deseja, e, assim, mais como uma melhor amiga do que como uma filha, aventura-se com a mãe em uma fuga do hospital. Diante da atitude altruísta da filha, Maria Lúcia sente uma conexão profunda, pois durante toda a sua vida ninguém havia se preocupado ou priorizado seus desejos. A personagem idealiza como seria sua relação com Laura se elas não fossem mãe e filha, mas apenas amigas de escola. “Eu nunca tive uma amiga, não com essa cumplicidade pelo menos. E acho que nunca tinha sentido o amor de Laura. Não desse jeito. Pensei que podíamos correr pelas ruas, e comer sorvete, e nos lambuzarmos de sorvete com nossas saias de colegial” (Brum, 2009, p.71).

O pedido inusitado de Maria Lúcia à própria filha, aos olhos das convenções sociais, é algo inaceitável, mais uma ambiguidade que o romance de Brum traz à tona. A narradora, em suas inquietações, aponta os conflitos ideológicos que esse desejo da mãe suscita: “O que eu devia fazer é levá-la de volta ao hospital, como uma boa filha preocupada. E deixar que os médicos a abram. E façam tudo o que a sua onipotência gananciosa e a nossa conta bancária permita” (Brum, 2009, p. 69). Mais uma vez, a voz da consciência apresenta à personagem o discurso convencional que define o que seria uma boa filha. Dessa vez, no entanto, a personagem não segue a voz moralizante.

Caso Laura aceitasse passivamente o que os médicos orientavam, ela seria uma filha exímia; no entanto, a personagem sabia que isso condenava a mãe a um sofrimento progressivo. Nesse episódio, o romance toca em algo sensível: o direito individual do ser humano escolher entre viver ou morrer, explorando temas como o suicídio e a eutanásia. Laura, como jornalista e uma leitora profícua, tenta recapitular tudo o que já leu sobre esses dois temas, com uma atenção especial nos métodos indolores. Em um primeiro momento, a filha hesitou em atender a solicitação da mãe, pois durante toda a vida desejou secretamente matá-la, mas quando está a ponto de perdê-la não consegue imaginar uma vida sem

essa mulher que, por mais que tenha divergências, é o seu espelho. Ela escolhe proporcionar uma morte digna para a mãe:

Minha mãe não parece a minha mãe. Por que ela não fica calada como sempre? Desculpa, Laura. Eu queria ter escolhido viver quando era possível. Você escolheu, mãe. Mesmo sem saber, você escolheu. E viveu. E vai viver. Não acabou ainda. Toco na sua mão. E ela me agarra com uma força que não devia mais ter. Laura, tem uma coisa que eu quero antes de morrer. Diga, mãe, qualquer coisa. Eu quero assistir à *Noviça Rebelde* (Brum, 2009, p. 84).

A intertextualidade com *Noviça Rebelde*²⁵, filme que Maria Lúcia escolhe para assistir no seu leito de morte com a filha, não é à toa. Além de ser o favorito de Laura, ele simboliza um desejo reprimido da personagem de ter uma relação amistosa com a filha e conquistar o seu amor e o seu respeito, assim como a protagonista do longa-metragem conseguiu com os filhos do patriarca. Maria Lúcia reconhece a vontade que a filha nutria de ter uma mãe como a noviça rebelde, mas também admite que ela nunca quis ocupar esse lugar na vida de Laura. Maria Lúcia sonhava em pertencer a uma família tão numerosa a ponto de não ser notada pelos pais e ter a filha como uma irmã mais nova, pois só nessa posição conseguia vislumbrar uma relação de amizade e companheirismo.

O romance de *A filha única* não ilustra apenas embates entre mães e filhas ou personagens que não desejam a maternidade: a personagem Alina, por exemplo, planejou a sua gestação, apesar de, por muito tempo, ter carregado uma imagem negativa dessa função, por se espelhar na trajetória de sua mãe. “Você percebe? Durante anos, tive medo de repetir os erros que minha mãe cometeu com minha irmã e comigo. Precisei desativar esse medo para conseguir ver que realmente quero formar uma família. Quero ter essa experiência, Laura. Sonho com isso” (Nettel, 2022, p. 24).

Contudo, com a descoberta da deficiência da filha e os medos em relação ao futuro, Alina se sentiu frustrada. Segundo Vitor Franco (2015), doutor em psicologia clínica, o nascimento de uma criança com deficiência causa um grande impacto no desenvolvimento emocional dos pais, implicando na aceitação da perda do bebê idealizado e no processo de luto. Essa perda se traduz não apenas simbolicamente, mas no emocional dos pais, que durante a gestação desejam um arquétipo de bebê perfeito e saudável. Essa ligação inicial, de acordo com Franco (2015), é delimitada pelo “pathos-paixão”. Assim, os pais precisam lidar com uma nova realidade completamente desconhecida e assustadora para eles.

Franco (2015), utilizando como referência os estudos de Bowlby (1969) e Lebovici (1987), esclarece que estados de negação, revolta e culpa, muitas vezes, são despertados nessa fase. A negação preserva o vínculo com o bebê idealizado, embora a revolta e a culpa se tornem um obstáculo para a

²⁵ Filme inspirado no livro *The story of the Trapp Family singers*, escrito por Maria von Trapp (1905-1987), narra a história de uma família que foi forçada a se retirar da Áustria, após a integração do país pela Alemanha, por causa do posicionamento antinazista do capitão da marinha, Georg Ludwig von Trapp. Viúvo e pai de sete crianças, contrata a jovem Maria como babá. A protagonista transforma a vida da família, desenvolvendo uma relação de afeto e respeito com as crianças e, eventualmente, se apaixona pelo patriarca.

superação e a criação de uma conexão com a criança real. Conforme acrescenta Franco (2015), Freud (1917/1992) colabora nessa reflexão ao associar a melancolia com o apego dos pais ao objeto perdido, ou seja, a fixação na fantasia da criança perfeita idealizada, e isso dificulta ainda mais a superação de um estado de frustração.

Alina e Aurélio passaram por esses estágios, mas é na mãe que se notam de forma mais significativa os conflitos e crises emocionais. Alina entrou em estado de negação quando se deparou com uma filha diferente do que ela havia projetado, teve medo do seu futuro, revoltou-se com os profissionais da medicina que forneciam prognósticos errôneos e limitados. A superação e aceitação da condição de sua filha ocorreu por meio da formação de novos laços de amizade e o encontro de uma comunidade de pais que também vivenciavam os desafios na criação de uma criança deficiente. Assim, mesmo com a alternativa que a Dra Mireles ofereceu para proporcionar uma morte indolor à criança, Alina escolheu lutar pela filha.

Foi nas redes sociais que Alina encontrou uma comunidade de pais que compartilhavam as suas experiências com as crianças que tinham a mesma síndrome de sua filha. Laura frisa: “Desde que havia dado à luz, Alina sentiu, pela primeira vez, algo semelhante à esperança” (Nettel, 2022, p. 134). Alina já havia buscado artigos científicos, livros e diversas opiniões profissionais sobre a deficiência da filha, mas se deparava com informações superficiais e técnicas. Nesse grupo das redes sociais, sentiu-se acolhida por encontrar relatos de experiências mais humanas e compatíveis com o que ela vivenciava.

Além disso, as mães não temiam em compartilhar suas insatisfações e temores, expondo comentários como: “Estou muito frustrada que algo assim tenha acontecido comigo; Não consigo parar de me culpar; Estou muito mais preocupada com o meu futuro do que com o meu bebê” (Brum, 2022, p. 135). Nos desabafos das mulheres é perceptível que existe um ser humano para além da função social da maternidade; que é normal se preocupar com o futuro, especialmente, por terem a consciência de que a condição especial de suas crianças requer uma rede de cuidado e apoio que pode se estender até a vida adulta.

Por outro lado, além dos desafios das vivências desses pais, havia também testemunhos de superação, mostrando que mesmo com suas limitações as crianças podiam ter uma vida considerada normal. Ter acesso a essas histórias de superação impulsionou Alina e Aurélio a buscar novas alternativas de tratamento que proporcionassem uma boa qualidade de vida para Inés. Esse processo, de se desvincular da expectativa que os pais tinham de uma “criança perfeita” para adaptar-se à criança real que conceberam, é descrito por Franco (2015) como uma “reidealização da criança”, sendo fundamental para a construção de uma relação parental saudável.

A amizade e a cumplicidade feminina nos romances de Brum e Nettel se tornam espaços de acolhimento e resistência. As narrativas não escondem as divergências e conflitos entre as personagens, entretanto, nos momentos em que elas se encontram mais vulnerabilizadas são assistidas por amigas e

familiares. Laura de *A filha única* envolve-se tão intensamente na rotina de sua vizinha e do filho dela, que acaba desenvolvendo um afeto maternal por Nicolás, e tem um breve romance com a mãe da criança. Doris redescobre a sua essência e interesses pessoais a partir do relacionamento com Laura. A mãe de Laura recupera a sua identidade e os sonhos que havia negligenciado, quando filia-se em um coletivo feminista. Alina se fortalece com a experiência de mães atípicas e com o apoio do marido, da babá e de suas amigas. E Laura cria uma conexão com a mãe no leito de morte, no momento em que se reconhece na fragilidade da mãe. Portanto, as redes de afeto e cuidado que essas mulheres encontram são essenciais para enfrentar as imposições sociais e os conflitos familiares que vivenciam.

3.2. Maternagens: Opressão e resistência

As narradoras dos dois romances analisados escancaram a faceta negativa da maternidade idealizada pela sociedade patriarcal, assumindo, muitas vezes, uma postura irreverente. A conduta adotada por elas se configura como uma forma de transgredir o imaginário da “família perfeita” que foi idealizada ao longo do tempo. A prioridade das personagens é demonstrar que não existe uma família ideal e que os papéis de gênero bem delimitados são uma construção patriarcal para preservar as relações assimétricas de gênero e poder. Laura de *A filha única* lamenta a decisão da amiga em se tornar mãe: “Alina estava prestes a desaparecer para se juntar àquela seita das mães, aqueles seres sem vida própria, que com grandes olheiras e aparência de zumbi, arrastam o carrinho pelas ruas da cidade” (Nettel, 2022, p. 26). Em *Uma duas*, no momento em que filha está com a palavra, ela revela: “Sonhava então com uma vida sem mãe, com um corpo que só pertencesse a mim. Com uma vida de comercial de margarina em que eu tinha outra mãe, outro pai e até um irmão e um cachorro” (Brum, 2009, p. 70).

As duas narradoras não são mães, a visão que assimilam da maternidade é baseada nas vivências com suas mães e pessoas ao seu redor. No primeiro fragmento, Laura vê a maternidade como a despersonalização da mulher, que passa a viver para o filho, apagando a sua identidade, e, como narradora que escolheu não ser mãe, apresenta essa visão de modo cômico. Na citação do segundo romance, a narradora apresenta uma perspectiva paradoxal, ao mesmo tempo que tem o desejo de não ter uma mãe, vislumbrando isso como uma libertação da dependência emocional com a sua progenitora, anseia por uma família de comercial de margarina, ou seja, um arranjo familiar que se enquadre no padrão heteronormativo.

Perante a figura materna, Laura se sentia extremamente vulnerável e dependente, considerando que via suas inseguranças, mágoas e dores refletidas na mãe. Ansiando pela autonomia e por um corpo que não fosse alvo de constantes ataques, a narradora idealiza ter um corpo “viril” e “dominador”: “Sem mãe, eu não precisava ser mulher [...] E eu preferia um corpo que não doesse, um corpo liso e duro, um corpo que podia se enfiar em alguém e machucar por dentro. E que não sangrava a cada óvulo morto, a cada criança viva” (Brum, 2009, p. 70).

O desejo da Laura em se tornar o sexo dominante surge como um senso de justiça ou compensação; a personagem está cansada de se sentir frágil e dos constantes ataques da sociedade patriarcal. O sentimento de Laura dialoga com as ponderações de Beauvoir, para a teórica, “o desejo infantil do pênis só assume importância na vida da mulher adulta se ela sente sua feminilidade como uma mutilação; e é então, por encarnar todos os privilégios da virilidade, que ela almeja apropriar-se do órgão masculino” (Beauvoir, 1967, p. 485-486). Portanto, a protagonista inveja as inúmeras vantagens e o poder que o sexo masculino exerce sobre a sociedade.

Os romances de Brum e Nettel destacam as corporeidades dessas personagens ao ilustrar como os seus corpos se tornam veículos simbólicos, sendo sexualizados, limitados ao biológico, controlados e subalternizados. Mas as protagonistas dos romances aos poucos se desprendem das amarras sociais, subvertendo os determinismos biológicos e resistindo às pressões sociais. Elódia Xavier, em *Que corpo é esse? – o corpo imaginário feminino* (2021), faz uma análise sobre as formas que as narrativas literárias, de autoria feminina e contemporânea, retratam o corpo feminino. A teórica categorizou esses corpos em: invisível, subalterno, disciplinado, envelhecido, imobilizado, refletido, violento, degradado, erotizado, liberado e caluniado. Estudando narrativas de escritoras brasileiras como Carolina Maria de Jesus, Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector e Júlia Lopes de Almeida, Xavier (2021) observa que essas produções inserem, no cerne de suas discussões, questões de gênero, raça, classe, opressão, resistência, por meio dos corpos femininos, que por muito tempo foram invalidados.

Em uma análise fundamentada na leitura de Xavier (2021) sobre os corpos, é possível afirmar que os romances de Brum e Nettel expressam de forma profunda a corporalização das experiências das protagonistas. As narradoras de ambos os romances demonstram a ambiguidade dos seus corpos, que em alguns momentos se manifestam como corpos liberados, e em outros como corpos subalternizados, imobilizados, disciplinados, envelhecidos e refletidos. Laura de *A filha única* apresenta um corpo liberado, uma vez que não aceita seguir os padrões impostos ao seu sexo, rejeitando a maternidade e passando por uma laqueadura.

Diferente de Laura, Doris teve seu corpo subalternizado e disciplinado pelo seu falecido marido, e o seu filho Nicolás se comporta como um corpo violento, uma extensão da agressividade paterna que presenciou na infância. Alina, por sua vez, tem uma relação tranquila com o companheiro e autonomia para tomar as próprias decisões, no entanto, quando dá a luz a Inés, sente-se como um corpo invisível e imobilizado, pois os profissionais da medicina voltam as atenções apenas para o bem-estar da criança, sem se preocupar com os seus sentimentos. A narradora transmite a desumanização do corpo da puérpera com as seguintes palavras: “Seu corpo era aquela massa manipulada e costurada que mal conseguia sentir e da qual haviam extraído algo precioso. Agora que estava vazio, importava-lhes tão pouco quanto o material e a gaze ensanguentada [...]” (Nettel, 2022, p. 86-87).

Laura de *Uma duas* comporta-se como um corpo liberado, contrapondo-se às convenções sociais. Por exemplo, ao notar que um homem está lhe encarando na livraria, a personagem lhe pergunta: “E se eu quisesse dar para você agora, você encara?” (Brum, 2009, p. 41). O homem fica assustado com a atitude da personagem, pois ainda é um tabu na sociedade que as mulheres demonstrem liberdade sexual. O modo subversivo e o desejo de se libertar do corpo da mãe mostram que Laura busca romper com os paradigmas sociais que restringem sua autonomia. Todavia, sua mãe, Maria Lúcia, teve o seu corpo e suas ações controladas pelo pai, seu corpo é disciplinado e imobilizado desde a infância. Na fase adulta, o

seu primeiro contato sexual com um homem se deu a partir de uma violência sexual. Em um determinado episódio, a personagem descreve uma cena em que toca o próprio corpo, mas sente vergonha do seu ato.

E, quando ele estava no trabalho, eu esfregava as pernas, e um dia coloquei minha mão ali. E então pensei que fosse morrer e desmaiei. Quando acordei, continuava sozinha no tapete de losangos da sala. E agora eu queria fazer aquilo o tempo todo. E, quando eu fazia, comecei a pensar nas palavras do meu pai. E, quando acabava, eu tinha vergonha por causa disso. Quando ele chegava em casa, eu chorava de ficar sem ar (Brum, 2009, p. 60-61)

O constrangimento e temor de conhecer o seu próprio corpo e prazer resultam da opressão transmitida pelo pai, que escandalizava qualquer demonstração de afeto em público e reprimia a sexualidade da filha. Um episódio da infância que marcou Maria Lúcia foi quando ela presenciou pela primeira vez um beijo de língua entre dois jovens, e o seu pai, ao ver a situação, de forma agressiva separou os dois jovens. A jovem, não entendeu a reação exasperada do homem e gritou: “Tomara que sua filha seja uma meretriz!” (Brum, 2009, p. 45). Maria Lúcia não sabia o que significava esse adjetivo e, ao questionar ao pai, além de não obter a resposta, foi penalizada com o silêncio, já que ele ficou alguns dias sem lhe dirigir a palavra.

O corpo envelhecido e o corpo refletido também se destacam quando a narradora caracteriza o corpo da mãe idosa como “Cheiro de velha e cheiro de doença. Cheiro de corpo que se decompõe enquanto o coração ainda bate, mais por hábito, porque foi programado para bombear sangue até quebrar”. Os adjetivos que a personagem usa para falar do corpo da mãe remetem a um corpo doente, decadente, vulnerável e indesejável. Um corpo marcado pela temporalidade e por processos que atravessam a vida do ser humano, como o envelhecimento e a morte. Entretanto, a personagem vê o corpo da mãe refletido no seu próprio corpo: “Disfarço e cheiro meu braço, eu também já comecei a me decompor. Posso sentir. Estou alguns estágios atrás, apenas. Mas há anos meu corpo começou a morrer” (Brum, 2009, p. 79). A identificação com os sinais do corpo da mãe ilustra que a filha vê esse corpo como uma herança que se conecta visceralmente a sua identidade e experiência corporal; subentende-se que ela se imagina dando continuidade a esse processo de envelhecimento, fragilidade e morte. A morte é metaforizada pela narradora, não se trata apenas da morte do corpo físico, mas de uma morte simbólica, uma vez que ela admite que o seu corpo começou a morrer muito antes. As crises existenciais da personagem e a rejeição de pertencer a um corpo tão similar ao da mãe condizem com essa morte simbólica.

Em *Uma duas*, devido à carência das personagens pela falta de convívio e afeto materno, elas nutrem uma admiração pela figura paterna. Maria Lúcia não teve uma presença cuidadora em sua infância: criada apenas pelo pai, desde cedo viveu sob o domínio masculino. Exilada das interações com o mundo exterior, Maria Lúcia cresceu sem saber se defender, expressar seus sentimentos e entender as configurações que regem as relações humanas:

Quando eu fiz seis anos, ele começou a me tirar da cama para acompanhá-lo. Às vezes eu queria dormir mais, especialmente no inverno, mas não ousava pedir. E valia a pena porque meu pai me elogiava, dizia que, se seus soldados fossem como eu, o Brasil teria jeito. Meu pai não gostava dos rumos do país nem do desfecho da guerra que acabou antes de eu ter idade para entender. Mas não falávamos sobre as coisas tristes. Tínhamos uma boa vida, eu e ele, dentro de casa. E às vezes eu pensava que era bom não ter mãe. E esse pensamento me deixava um pouco culpada. Mas eu logo concluía que era bobagem, porque o que eu desejava não tinha significado nada na ordem das coisas. Foi uma vida boa até eu aprender a ler e a escrever. Meu pai mesmo me ensinou. Na minha infância as escolas não eram mistas, e as meninas de boa família estudavam em colégios de freiras. Mas meu pai não gostava que eu convivesse com outras crianças porque podia aprender coisas erradas. Então nunca fui à escola. Ele me dava a primeira lição antes de ir para o quartel, depois dos exercícios e do banho frio. E me deixava muitas tarefas que eu deveria fazer ao longo do dia. E eu fazia todas no capricho, o que me mantinha bastante ocupada. Especialmente as dez páginas do caderno de caligrafia. Minha letra era redonda, bem feminina, ele costumava dizer (Brum, 2009, p. 17-18).

A personagem conviveu com os rastros de um militarismo de tendência nazifascista, implícito na lembrança do descontentamento paterno com os rumos que o país seguia no pós-guerra. Embora vivesse com um pai extremamente controlador, essa personagem, no entanto, orgulhosa pelos elogios que recebia, descreve a sua vida ao lado do pai como boa. Ainda que narre as memórias de um passado distante, Maria Lúcia não demonstra, na passagem inicial de seu texto, ter uma compreensão dos traumas herdados da convivência com este pai, descrevendo-o como “um homem bonito, um homem de verdade, limpo e duro. Um homem forte” (Brum, 2009, p. 46), e mencionando, em alguns fragmentos de seu diário, o brilho de sua farda, seu coturno e suas medalhas reluzentes. Contudo, após a morte do patriarca, a personagem descreve que pela primeira vez abre a janelas e dança nua, como se estivesse livre, mas, ainda sim, ela sente a onipresença da figura paterna, e se envergonha desse ato.

Laura de *Uma duas* sofre com o abandono do genitor na infância; a personagem admirava o pai, mas sentia a frieza com que ele lhe tratava. Em uma passagem do romance, ela afirma: “Acho que meu pai desistiu de mim antes mesmo de eu nascer” (Brum, 2009, p. 19). A forma como o pai de Laura agia causava um certo desconforto na personagem, um homem calado, apático e com olhos cansados: na visão da menina a sua mãe era culpada. Com a saída do pai, Laura entrou em um processo depressivo e cresceu sentindo “pena” dos homens, pois eles os faziam lembrar de seu pai.

No enredo de *Nettel* existe a abordagem de um pai violento, machista, que, apesar de morto, deixou uma série de traumas na vida de sua esposa e filho; em contraste, tem a figura de um pai que permanece e assume o seu papel, mas ainda assim, sua esposa se sente insegura, pois é comum na sociedade patriarcal que os pais se isentem de dar a assistência aos filhos(as), principalmente quando se tem alguma deficiência, como é o caso da filha da personagem. A narradora destaca mais a convivência das mães com os filhos do que a dos pais. Até mesmo ao pai que se mantém presente, não é dada tanta visibilidade, justamente porque geralmente às mães são exigidos mais esforços e participação na educação das crianças.

A presença ou falta paterna, retratada nos dois romances, provoca uma série de impactos na identidade das personagens. Sobre a ausência da participação ativa do pai e, conseqüentemente, a naturalização da isenção paterna das responsabilidades nos cuidados com as crianças, Iaconelli aponta as contradições escamoteadas pelos discursos do maternalismo:

O maternalismo seria, então, o discurso que a sociedade adota para justificar e dar apoio às mulheres — mas não todas — historicamente reduzidas à função de mães e trabalhadoras domésticas não remuneradas, no exercício de tarefas imprescindíveis para a consolidação e manutenção do capitalismo e da reprodução social. Dito de outra forma, estamos diante do ponto culminante de uma longa cadeia de eventos políticos e sociais que promoveram um discurso que atribuía unicamente à mulher o papel de cuidadora — mesmo que por vezes acumulasse também o papel de provedora —, a fim de assim desincumbir a sociedade da responsabilidade pela economia reprodutiva e pelas próximas gerações. Algo que não tem paralelo no mundo masculino, no qual um homem é antes de tudo um homem e, contingencialmente, pai, e para quem a paternidade é reconhecida mesmo quando ele se ausenta de suas responsabilidades (2023, p. 71).

Os pais não são cobrados a exercerem efetivamente a sua paternidade, sendo um papel secundário para eles, e caso não cumpram com os seus deveres não são retaliados pela sociedade como as mulheres. Porém, as mulheres, quando se tornam mães, muitas vezes perdem a sua identidade individual, e, conforme os ditames do patriarcado, devem colocar o bem-estar de seus filhos acima de suas realizações pessoais. A historiadora Gerda Lerner (2013) faz uma provocação sobre os artifícios usados pela sociedade patriarcal para forjar a cultura e a história e manter o domínio da hegemonia masculina. A teórica destaca em suas ponderações que: “O fato de mulheres terem filhos ocorre em razão do sexo; o fato de mulheres cuidarem dos filhos ocorre em razão do gênero, uma construção social. É o gênero que vem sendo o principal responsável por determinar o lugar das mulheres na sociedade” (Lerner, 2023, p. 57). Nesse sentido, o gênero é um produto manipulado pela sociedade patriarcal, em que, por meio da narrativa do determinismo biológico, hierarquiza e impõe papéis de gênero.

Como esta dissertação tem discutido, Nettel amplia, em seu romance, a noção de família, tematizando o cuidado para além dos vínculos estabelecidos por obrigação. E, embora a narradora do romance de Nettel não idealize a maternidade, a obra não se limita em ilustrar apenas as experiências negativas desse papel. A trama enfatiza a importância das redes de apoio e cuidado ao dar visibilidade para vínculos maternos não biológicos. No enredo as demonstrações de afeto e amparo transcendem os laços sanguíneos, como é possível perceber com a relação da babá com Inés, entre Laura e Nicolás, e no reino animal, com os ninhos de pombas no apartamento de Laura chocando os ovos de outra espécie. Em vista disso, o romance acentua que o afeto e o ato de cuidar de um outro ser não são atrelados exclusivamente ao biológico.

Marlene, a babá de Inés, mostrou-se disposta a fornecer todo o suporte e a dedicação necessários para os cuidados da criança, sem demonstrar uma postura de curiosidade, rejeição ou apatia, que Alina via com frequência na reação de outras pessoas. A empatia e afeto que a babá dedicava à criança

confortavam os pais, que não podiam dedicar-se integralmente à bebê. A babá reconhece que a deficiência de Inés não deve ser encarada como um fator de limitação ou comparação com outras realidades, e, no momento de sua contratação, diz:

Fazer comparações com outras crianças é inútil. Será Inés, e só ela, que mostrará o seu destino, não os médicos que cuidam dela. Ela vai decidir se quer fazer progressos ou não. Todo ser humano tem potencial. Se ele tiver as condições adequadas, tenho certeza de que o desenvolverá ao máximo, como todas as crianças fazem. Estamos no início de uma vida; a partir daqui, tudo pode ser lucro (Nettel, 2022, p. 148).

No entanto, embora Alina se sinta segura com a forma com que Marlene zela pela vida da bebê, sente ciúmes e até mesmo culpa por não conseguir se dedicar integralmente à filha. Suas preocupações em administrar as contas de casa e oferecer um suporte de saúde de qualidade à criança exigem muito de seu tempo e esforço. Alina chega à conclusão de que Marlene consegue dedicar um amor tão descompromissado e intenso a sua filha por não se sentir obrigada a ficar, podendo romper com o contrato de trabalho a qualquer momento. Ao mesmo tempo, Alina tem receio de perder momentos importantes do desenvolvimento de Inés, como se o fato de trabalhar fora a tornasse menos mãe. A sua culpa se amplia ainda mais quando o primeiro balbuciar da bebê ecoa o nome “Lene”.

Mónica, uma amiga de Alina e mãe solo de uma criança com deficiência intelectual, expõe como a maternidade historicamente assumiu diversas formas, evidenciando as contradições internalizadas nos discursos que associam a responsabilidade de cuidar apenas às mães biológicas. Além disso, busca confortar Alina, explicando que as mães biológicas precisam de um apoio para tornar o fardo um pouco mais leve, e que é normal que as crianças criem afetos com as pessoas que desempenham o papel similar ao materno. No entanto, isso não as torna menos mães.

Pense em quantas crianças foram educadas pela avó ou irmã mais velha [...] Sempre cuidamos dos filhos das outras, e sempre há outras que nos ajudam a cuidar dos nossos. É claro que se criam laços entre crianças e mães substitutas [...] Mas isso não me parece tão ruim. Nem que os papéis sejam trocados para que as mães exaustas possam descansar (*Ibidem*, 2022, p. 175).

Mónica conclui que: “As famílias biológicas são uma imposição, e já está na hora de dessacralizá-las” (Nettel, 2022, p. 175). Dessacralizar as organizações convencionais familiares, conforme sugere a personagem, é uma maneira de desmistificar as narrativas que associam aos familiares biológicos, sobretudo às mães, um número exorbitante de deveres, desumanizando-as e negligenciando as aspirações individuais dessas mulheres. O que Mónica sugere é que algumas mulheres têm o privilégio de ter uma rede de apoio, e que isso é extremamente importante para que a maternidade seja menos exaustiva.

Os conceitos de maternidade e maternagem se alinham às reflexões suscitadas pela personagem Mónica, mas também são importantes para compreender a dicotomia entre a maternidade segundo a visão

patriarcal e um novo modelo de maternar que se desprende das exigências que oprimem as mulheres. No artigo “Afetividades, maternagens e parentalidades: novas possibilidades para antigos dilemas” (Hilário; Lopes *et.al.*, 2023) são problematizadas as origens do modelo da família mononuclear e cisheteronormativa a partir de uma aproximação com o conceito de família, baseado na filosofia africana, proposto por Sobonfu Somé²⁶. Os arranjos familiares tradicionais correspondem a um modelo hegemônico criado pela cultura ocidental durante o processo de colonização, reforçando a imposição de papéis conforme o gênero. Na cultura africana da qual Somé faz parte, por outro lado, a família é vista como uma comunidade em que todos os integrantes, independente do gênero, exercem a função de cuidar uns dos outros. À luz da cultura de Somé, a distribuição de funções para os cuidados das crianças é coletiva e igualitária, não se restringindo apenas a uma pessoa ou gênero. De acordo com essa lógica, a maternagem corresponde ao ato de cuidar, compartilhado pela comunidade que está em torno das crianças, ultrapassando os limites das relações biológicas ou de gênero. Segundo Rosângela Hilário e seus pares no artigo:

No pensamento ocidental, homens têm direitos e mulheres responsabilidades; logo, as responsabilidades da maternidade recaem sobre os ombros cansados e sobrecarregados das mulheres. Se além de mulher, pobre e com acesso a maternidade e não maternagem sofrem exponencialmente (Hilário; Lopes *et.al.*, 2023, p. 299).

Nos dois romances, a maternidade, desempenhada de acordo com os arquétipos da família nuclear tradicional, sobrecarrega as mulheres de inúmeras formas. A maternidade de Maria Lúcia não se constitui como uma escolha da personagem, mas sim como a consequência de um abuso, no qual, sem qualquer assistência parental ou psicológica, a personagem enfrenta uma depressão pós-parto e, posteriormente, o abandono do genitor de sua filha. Na obra de Nettel são expostas várias facetas da maternidade, mas, ainda assim, nota-se que as personagens mães fazem mais sacrifícios em prol dos filhos, encarregando-se de mais funções e, conseqüentemente, adoecendo psicologicamente em decorrência das inúmeras preocupações com o bem-estar e futuro das crianças.

O debate politizado sobre a maternidade e a maternagem visa pensar em como a experiência do maternar impacta profundamente a vida das mulheres, tanto como indivíduos quanto como profissionais ou acadêmicas. Andrea O’ Reilly²⁷, em entrevista para as professoras Elizabeth Souto e Maria Collier, revela as transformações e inquietações que lhe afligiram com a maternidade. A teórica, referência nos estudos da maternidade, admite que o seu interesse pelos estudos maternos nasceu no momento em que

²⁶ Sobonfu Somé é uma filósofa africana que faz parte da comunidade Dagara. Leva consigo e transmite os ensinamentos dos seus ancestrais. *O Espírito da intimidade* é a primeira obra editada no Brasil e lançada pela Odysseus Editora. Neste livro a autora discorre sobre as relações humanas, advindas do espírito, onde reflete também sobre a noção de família, enquanto comunidade e redes de afeto.

²⁷ Andrea O’Reilly é docente efetiva na School of Gender Sexuality and Women’s Studies da Universidade de York, em Toronto, Canadá. A autora publicou mais de vinte livros sobre a maternidade e a maternagem, sob condução editorial da Demeter Press (primeira editora canadense focada nos estudos maternos), e também se dedicou à organização de congressos internacionais e periódicos científicos sobre o tema.

engravidou. Sendo a única mulher mãe da pós-graduação, sentiu-se sozinha e desamparada, e essa angústia se intensificou ainda mais quando não encontrou pesquisas ou obras que debatessem esse assunto.

a maternidade simplesmente não era tema de discussão nos cursos: mulher e saúde, trabalho, sexualidade e violência doméstica eram os temas de discussão naquelas aulas. Como eu não era mãe na época, não percebi a ausência da maternidade como um tópico em minhas disciplinas de estudos das mulheres. As poucas vezes que se foi falado sobre a maternidade, foi em um contexto negativo, como na perspectiva feminista liberal que posiciona “a maternidade como uma armadilha patriarcal” relacionando-a a sentimentos como “a maternidade oprime você”, e “não seja mãe”. Quando me tornei mãe, tive um breve desentendimento com o feminismo, porque algumas de minhas colegas me olharam com desconfiança. Embora eu tenha participado de vários movimentos como estudante de graduação, como o movimento pacifista, o movimento antissemitas e outros, muitas e muitos dos meus colegas olharam para mim como se eu tivesse me vendido e passado para o outro lado. Afinal, por que uma boa feminista como eu se tornaria uma mãe? ²⁸ (O’ Reilly, 2021, p. 24).

Foi a partir das produções de Toni Morrison que O’ Reilly ingressou como pesquisadora do campo da maternagem. Segundo a leitura da estudiosa, Morrison tratava a maternagem como um espaço político, de empoderamento, ativismo social, ultrapassando a visão essencialista da maternidade normativa. A tese de O’ Reilly se tornou um livro intitulado *A Politics of the Heart*, inspirada na maneira política e crítica que Morrison retratava a maternagem, desmistificando as ideologias naturalistas sobre o papel materno. Parafraseando uma citação da romancista²⁹, O’ Reilly reconhece que a escritora elaborou aquilo que ela precisava ler, pois se deu conta da lacuna presente nos estudos das mulheres acerca de uma temática que afeta significativamente suas vidas.

[...] eu sabia que tinha que escrever sobre Morrison, porque ela estava dizendo algo acerca da maternagem que ninguém mais falava sobre, na época: algo radical, político, revolucionário e transformador de paradigmas. E o que ela dizia ia além de sua própria escrita e das experiências maternas de mães negras. Morrison estava argumentando que a maternagem pode ser um local de empoderamento, ativismo social e um local de poder para as mulheres. Ela colocou a maternidade em um contexto teórico e político que eu nunca tinha visto uma romancista fazer antes. Então, é por isso que fui compelida a ler todos os seus romances e escrever minha tese sobre ela. E eu nomeei meu livro “A Politics of the Heart”, porque eu acho que Morrison vê a maternagem como algo altamente político; não simplesmente como a vocação intuitiva natural das mulheres, tal qual concebida na maternidade normativa (O’ Reilly, 2021, p. 25).

A romancista Toni Morrison foi a primeira mulher negra, em 1993, a ganhar um prêmio Nobel de Literatura. Suas obras se destacam por incluir a realidade de mulheres negras inscritas em sociedades que reproduzem os mecanismos de violência e opressão do sistema escravocrata. Ao falar sobre a maternagem negra, a autora desconstrói uma série de estereótipos universalizantes sobre a maneira como

²⁸ MENDES, Maria E.; DE MENDONÇA, Maria C. Entrevista: Dra. Andrea O’ Reilly e a perspectiva da maternidade. Revista *Ártemis*, vol. XXXI nº 1; jan-jun, 2021. pp. 23-34.

²⁹ “Se há um livro que você quer ler, mas não foi escrito ainda, então você deve escrevê-lo (Morrison, 1981)”. Essa citação foi mencionada pela autora pela primeira vez em um discurso no encontro anual do Ohio Arts Council, realizado em 1981.

as mulheres, alocadas em diferentes contextos sociais, raciais e culturais, experienciam a maternidade. As mulheres negras, diferentes das mulheres brancas burguesas, não viviam a maternidade como algo legítimo ou uma função de prestígio; muitas vezes, seus filhos eram frutos de estupro ou roubados e vendidos como escravizados. Além disso, as mulheres negras não tinham como opção cuidar dos próprios filhos no conforto de seu lar, sendo obrigadas a suprir todas as necessidades dos filhos das senhoras brancas.

A pesquisadora Paola Fernanda Gomes (2021) analisa o romance *Beloved*, no qual Morrison se inspira na personalidade histórica Margaret Garner, conhecida por tentar tirar a vida dos próprios filhos para que eles não retornassem à fazenda como mão de obra escravizada. Trazendo para ficção esse episódio da vida real, Morrison dá vida à personagem Sethe, que sacrifica a filha por considerar a escravidão como um caminho mais doloroso e cruel do que a morte. Outros temas que são explorados na obra são: a imposição da separação entre mães e filhos e a apropriação pelos senhores de escravos do corpo da mulher negra como procriadora. Apesar das constantes violências a que as mulheres negras são submetidas, as personagens de Morrison permanecem resistindo e subvertendo, dentro de suas possibilidades, com a ordem dominante.

Tomando como referência a maternagem retratada por Toni Morrison e a necessidade de ampliar essa abordagem, O' Reilly ressalta a importância de incluir a maternidade e a maternagem no campo de estudo do feminismo. O interesse pelo feminismo matricêntrico foi deixado de lado devido à resistência das mulheres em tocar em temas que poderiam retornar aos estereótipos de gênero produzidos pelo patriarcado. A maternidade, tal qual o ideal construído pela supremacia masculina, é atrelada à “natureza feminina”, e as categorias mãe e mulher foram situadas como distintas, devido às inúmeras associações essencialistas reforçadas pela lógica binária dos grupos hegemônicos.

As obras ficcionais estudadas nesta dissertação tratam de um assunto complexo como a maternidade de uma forma humana, poética, muitas vezes atravessada pelo riso e pela ironia, pois essa experiência não se trata de uma ciência exata ou apenas de um fator biológico: é um processo que transcende a lógica normativa, sendo marcado pela ambivalência e múltiplos conflitos identitários. No contexto de Alina é possível visualizar um exemplo mais próximo de uma maternagem possível: após a personagem retornar ao seu emprego formal, ela conta com uma rede de apoio, composta pelo pai da criança e por uma babá, além das amigas desenvolvidas nos grupos de mães. No enredo, a narradora descreve todas as funções compartilhadas entre os pais de Inés e a Babá:

Chegava às oito e meia, quando Alina e Aurélio se preparavam para os respectivos empregos. Ela se encarregava dos exercícios de Inés, alimentava-a e trocava a fralda enquanto conversava com ela. Punha cúmbias para tocar e cantava canções infantis para Inés. Em vez de deixá-la no berço, envolvia-a num sling verde-claro e pendurava no peito ou nas costas, como fazem as indígenas. À tarde, Alina voltava para casa e as duas repetiam a última série de exercícios. Finalmente, Aurélio chegava e era ele quem se encarregava de dar banho e a última mamadeira (Nettel, 2022, p. 149)

O trabalho de cuidado requer tempo e dedicação, e é inegável que a partilha dessa função com outras pessoas o torna mais prazeroso, melhorando até mesmo o desenvolvimento e qualidade de vida da criança e dos pais. No entanto, como já discutido anteriormente, esse papel por milênios foi atribuído eminentemente às mulheres. Contemporaneamente, as configurações do mundo capitalista exigem que as mulheres também trabalhem fora do lar para contribuir na renda familiar, e essa função de cuidar acaba sendo delegada a uma outra pessoa, normalmente mal remunerada e de uma classe menos privilegiada.

As feministas Cinzia Arruza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser, no ensaio “O que é reprodução social”, problematizam a desvalorização do trabalho de cuidado e da reprodução social, processos conectados pelas relações desiguais de gênero. As estudiosas citam o caso de Luo, mãe taiwanesa que entrou na justiça solicitando a indenização de um dos filhos pelo tempo e recursos empregados em sua educação. A atitude da mãe foi provocada pelo não cumprimento da promessa do filho em cuidar dela na velhice, sendo que essa mulher criou sozinha dois filhos e possibilitou que ambos ingressassem no curso de odontologia. Neste caso, em especial, houve uma sentença inesperada: a Corte do Taiwan exigiu que o filho pagasse 967 mil dólares, valor correspondente aos gastos de sua criação. Esse episódio teve um desfecho surpreendente, já que muitas vezes a dedicação e os recursos que muitas mães investem na criação de suas crianças não são devidamente recompensados ou reconhecidos pela sociedade. Diante desse caso, as teóricas então argumentam:

[...] o trabalho de produção de pessoas sempre existiu e sempre foi associado às mulheres. No entanto, as sociedades antigas não conheciam divisão nítida entre “produção econômica” e reprodução social. Apenas com o advento do capitalismo esses dois aspectos da existência social foram dissociados. A produção foi transferida para fábricas, minas e escritórios, onde foi considerada “econômica” e remunerada com salários em dinheiro. A reprodução foi relegada “à família”, onde foi feminizada e sentimentalizada, definida como “cuidado” em oposição a “trabalho”, realizada por “amor” em oposição ao dinheiro. Ou assim nos disseram. Na verdade, as sociedades capitalistas nunca situaram a reprodução social exclusivamente nas residências particulares, sempre a localizaram em bairros, comunidades de base, instituições públicas e sociedade civil; e há muito tempo transformaram parte do trabalho reprodutivo em mercadoria – embora nem de longe tanto quanto hoje (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 75).

O sistema capitalista segmentou a produção da reprodução, alocando a primeira às atividades econômicas do mundo público, com remuneração, enquanto a segunda foi privatizada, romantizada, e feminizada; apesar de ter uma significativa importância para a formação de cidadãos e da futura mão de obra, não era remunerada ou reconhecida pela sociedade. A divisão sexual do trabalho é uma consequência das engrenagens do capitalismo, que visava apenas o lucro e preservava as desigualdades de gênero, classe e raça. Com o passar do tempo foi esquematizado um novo modelo de família, com intuito de explorar ainda mais a mão de obra feminina: “Esse ideal, no entanto, é uma fraude; e o regime laboral que ele deve legitimar é tudo menos libertador para as mulheres. O que se apresenta como

emancipação é, na verdade, um sistema de exploração e expropriação reforçadas” (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 77). As mulheres permanecem enfrentando inúmeras desvantagens em relação aos homens, com salários menores, dedicando-se a inúmeras jornadas dentro e fora do lar, sofrendo com abusos de poder e assédio no âmbito do trabalho.

No romance *Uma duas*, a personagem Laura revela de forma sutil o assédio que sofre no trabalho, no seguinte fragmento: “E aperta a ponta de seus dedos. Sabe que, assim que se levantar, ele dará uma conferida na sua bunda. Às vezes quase sucumbe ao tédio e à tentação de levá-lo para o inferno de sua sexualidade” (Brum, 2011, p.18). Diante dessa colocação da personagem, torna-se perceptível a sua consciência sobre o assédio e a sexualização do corpo feminino pelos homens, que até mesmo no local de trabalho olham para as mulheres como se estivessem ali para servi-los sexualmente. No enredo de Nettel, após o término da licença-maternidade, Alina se vê forçada a retornar às atividades laborais quando Aurélio, que antes havia cogitado a permanência da esposa em casa para dedicação nos cuidados da filha, reconheceu que precisava da ajuda financeira e do plano de saúde fornecido pela empresa.

Doris também enfrenta dificuldades. Sendo a única provedora e mãe solo, Laura descreve que os únicos momentos em que a personagem encontra paz são à noite: depois de fazer o filho dormir, na varanda de sua casa ligava para suas irmãs e fumava um cigarro. “Aquele momento na porta do prédio era o espaço e liberdade que ela permitia a si mesma todos os dias” (Nettel, 2022, p. 68). A personagem precisou lidar com muitos acontecimentos sucessivos, mas não pôde parar, pois tinha um filho para criar. Entretanto, ao perceber que não tem mais forças para continuar, resolve mandar o filho para passar uma temporada com a sua irmã. A atitude da personagem se manifesta como um grito de socorro, pois, enquanto humana, ela precisa de ajuda e cuidado. Nota-se, com a experiência de Doris, que a romantização da maternidade, assim como o mito criado pelo neoliberalismo da mulher como um ser autossuficiente que se divide em inúmeras jornadas, conduz as mulheres a sofrerem e suportarem muitas coisas em silêncio.

Para subverter esse sistema histórico e cultural que inferioriza e atribui tarefas excessivas às mulheres, é essencial ensinar os homens desde a tenra idade a importância de dividir de forma igualitária as funções domésticas e de parentalidade com as suas companheiras. Iaconelli argumenta que: “Se um pai pode criar os filhos na ausência da mãe, é a própria masculinidade que deve ser revista para justificar essa possibilidade — associando a palavra ‘masculinidade’ a cuidar, e não apenas a prover materialmente” (2023, p. 193).

Os novos modelos familiares ilustram as transformações sociais e culturais, logo é preciso repensar os padrões tradicionais e a divisão sexual do trabalho, pois, como a literatura mostra, existe uma multiplicidade de arranjos familiares. Há famílias monoparentais, em que apenas um dos pais se responsabiliza pela criação das crianças; famílias homoafetivas, constituídas por dois pais ou duas mães; famílias com filhos(as) adotivos (as); e famílias reconstruídas, cujos filhos dos casais são de outros

relacionamentos. Portanto, na reconfiguração das funções de materno, as mulheres terão mais liberdade para ter um tempo de qualidade e investir no seu desenvolvimento pessoal e profissional. Nos romances, as personagens conseguiram recuperar a sua identidade e aspirações individuais a partir do momento que reconheceram que precisavam de ajuda e recorreram ao suporte de amigos, familiares e profissionais do cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ambivalência da maternidade é um caminho frutífero para explorar a literatura escrita por mulheres em diálogo com os estudos da crítica feminista, especialmente aqui, nesta dissertação, quando analisada nos romances *A filha única*, de Guadalupe Nettel, e *Uma duas*, de Eliane Brum. Estas produções literárias não somente questionam os papéis de gênero e as violências que as mulheres sofrem cotidianamente, como também validam as vozes das mulheres expondo as contradições, desafios e inseguranças que enfrentam na sociedade patriarcal. Enquanto pesquisadora de obras de autoria feminina e mulher³⁰, reconheço que Guadalupe Nettel e Eliane Brum conseguem captar e ficcionalizar os mecanismos de opressão e violência que condicionam as mulheres a se alocarem em determinadas funções e a se portarem conforme os padrões “aceitáveis” socialmente. Mas as escritoras não se contentam em mostrar apenas a passividade imposta às mulheres; em seus romances, também criam personagens que não se conformam com as normas sociais vigentes, e mesmo sendo caluniadas por seus atos “subversivos”, permanecem confrontando as ideologias dominantes.

Os romances ilustram experiências maternas dissonantes e complexas, que muitas vezes passam despercebidas no cotidiano exaustivo das mulheres na sociedade capitalista. Em *A filha única*, a partir da maternidade de Alina, observa-se um processo de idealização e espera de um bebê planejado e amado pelos pais. Entretanto, com a chegada dessa criança, que não se enquadra nos padrões da “normalidade”, essa mãe passa a se questionar e a se culpar pela condição especial de sua filha. Doris, em outro núcleo, preocupa-se tanto com a segurança de seu filho quanto com as contas da casa, e acaba não cuidando de si mesma, assim como não consegue impor limites à criança que constantemente a insulta, repetindo os padrões agressivos de seu pai. Laura, contrariando todos os arquétipos e as pressões atribuídas ao sexo feminino na sociedade patriarcal, sustenta a sua escolha de não ser mãe e, apesar disso, oferece uma escuta atenta e auxilia as suas amigas a superarem os desafios de suas maternidades.

No segundo romance, *Umas duas*, na perspectiva de Laura, a sua mãe nunca foi capaz de transmitir atenção ou amor em sua educação. A personagem alimenta uma revolta e, ao mesmo tempo, se vê fortemente conectada ao corpo da progenitora. Laura preenche o seu vazio por meio da escrita, e, nesse espaço, sente-se poderosa e capaz de exterminar e, paradoxalmente, amar a mãe: “Escrevi para poder matar a minha mãe. Essa possibilidade única que a literatura dá. E talvez para amá-la” (Brum, 2009, p. 91). Ela corporifica suas vivências na ficção, usando a linguagem literária de forma performativa, reconhecendo que somente nesse lugar tem autonomia para expressar todos os desejos ocultos, dores e angústias.

³⁰ Nas considerações finais deste trabalho, faço uso da primeira pessoa do discurso para me aproximar do meu objeto de pesquisa, inserindo as minhas reflexões e compartilhando o percurso da investigação. Essa escolha visa evidenciar meu envolvimento com o tema e o quanto isso é significativo para a minha construção de pensamento ao longo da pesquisa.

Como leitora, percebo que a literatura de Brum abala as certezas e juízos de valores sobre as pessoas e o mundo. As histórias da mãe e da filha são narradas por dois focos narrativos distintos, o que faz com que as protagonistas oscilem entre mocinhas e vilãs, dependendo do ponto de vista adotado. O romance explora a ambiguidade em diversos momentos: na relação de amor e ódio entre mãe e filha, na alternância dos focos narrativos — ora favorecendo a perspectiva materna, ora a da filha — e nos desejos reprimidos das personagens, que, ao mesmo tempo, odeiam, admiram e anseiam por exterminar ou se tornar seus algozes. Portanto, a confissão de Laura em escrever para poder *matar* a mãe representa uma maneira simbólica de romper os laços com esse corpo materno que lhe aprisiona e oprime, mas essa relação também é ambivalente, pois ela reconhece também que a ama. A partir da versão da figura materna, Maria Lúcia, visualiza-se uma mulher que foi inserida ao mundo a partir dos valores morais e simbólicos da figura patriarcal: a ausência materna faz com que a personagem não tenha noção do que é a maternidade. Essa personagem é marcada por múltiplas violências do pai e, posteriormente, do genitor da filha. Ela somente conviveu com a dor e o silêncio e perpetua isso na criação de Laura.

Ao mergulhar nas reflexões teóricas de Elisabeth Badinter sobre o mito do amor materno, observo que o conceito ganha corpo na narrativa de Nettel, quando as personagens Doris e Alina lidam com sentimentos contraditórios em relação aos filhos; Doris confessa estar exaurida das crises do filho e se culpa por não nutrir a devoção materna atribuída às “mães normais”; Alina, ao dar à luz, pensa no peso que será a maternidade de uma criança com deficiência, supondo que nem ela e nem a filha conseguirão ter uma “vida normal”. O normal, idealizado pelas protagonistas, e utilizado como um comparativo para contexto presente que vivenciam, é, em tese, um mito potencializado por uma narrativa que romantiza papéis sociais como a maternidade. No romance de Brum, esse amor materno idealizado não faz parte das experiências das personagens, porém Maria Lúcia pensa como seria sua vida com a filha se ela tivesse ocupado outra posição, como uma irmã ou uma amiga de colegial, sem o peso de exercer a maternidade projetada pela sociedade patriarcal.

Articulando minha leitura sobre a obra e as ponderações de estudiosas da crítica feminista, noto que a maternidade nos romances é expressa também como um espaço de resistência e superação, uma vez que, mesmo diante das inseguranças e embates que as personagens vivenciam nesse papel, cada uma delas encontra maneiras de enfrentar essas situações, fortalecendo-se com as amigas e redes de apoio. As protagonistas somente conseguem vencer as opressões que as limitam a partir do momento que expõem suas fragilidades e aflições sobre a maternidade, tomando consciência de que, antes de assumir o papel de mães, são mulheres com vontades e necessidades próprias.

O panorama fornecido pela ficção permite que eu estabeleça um diálogo com os estudos da maternidade e da maternagem, a partir da perspectiva de Andrea O’Reilly e Vera Iaconelli. O trabalho de cuidado não se fixa mais como uma tarefa feminina, mas como uma atividade colaborativa composta por uma rede de afeto que não se limita ao gênero. A abordagem do maternar na ficção a partir da experiência

de Alina mostra o quanto as mulheres se sentem mais livres e satisfeitas em poder compartilhar esse papel com outras pessoas. A participação paterna também é ilustrada nos romances como algo fundamental no desenvolvimento das crianças e na experiência materna: apenas o personagem Aurélio exerce essa função de forma efetiva, possibilitando que a sua companheira desfrute de pequenos prazeres, como ir à casa da amiga e conversar por horas sobre os acontecimentos de sua rotina.

Nesta dissertação, além de analisar os contextos das personagens da ficção, traço a trajetória das escritoras que as conceberam. Busco nos bastidores da criação as marcas de seus corpos sociais, observando seus posicionamentos em entrevistas e matérias, onde trazem à tona questões essenciais das lutas feministas, sociais, culturais e ambientais. Assim faz Eliane Brum, quando se desloca do Sudeste do Brasil para a região da floresta amazônica, documentando os dilemas e os impactos ambientais nas perspectivas dos habitantes da região. Além de ativista ambiental, também se mostra uma feminista ativa ao denunciar em seus artigos jornalísticos os abusos e a violação dos direitos das mulheres. Nettel, ex-participante do movimento revolucionário dos zapatistas, porta-se também como uma mulher politizada e disposta a contestar as imposições de valores e padrões normatizados pelos grupos dominantes. Ambas as escritoras denunciam o descaso da sociedade com as mulheres. É o caso de Nettel, quando menciona uma fala de uma autoridade do México, em que rotulava o feminismo como um movimento indiferente para a cultura do país; ou das reportagens de Brum, em que a escritora critica a naturalização da violência, abuso de poder, e importunação sexual realizada pelos homens contra os corpos femininos.

Ao me transportar para os espaços geográficos em que se passam os romances, faço um levantamento dos índices de violência e a realidade das mulheres no Brasil e México. Reconheço, assim, que estes locais se aproximam no que se refere às práticas de violência e desumanização dos corpos das mulheres. Apesar das mobilizações feministas por uma sociedade que reconheça os direitos das mulheres, essas permanecem sendo tratadas como reféns de políticas misóginas e ações que negligenciam os seus direitos. A violência obstétrica, a intensificação dos debates que criminalizam o aborto, até mesmo diante de estupro ou gestação de risco, os índices alarmantes de feminicídios e estupros de vulnerável, são fatores que tornam esses países espaços hostis e inóspitos para as mulheres.

Oriundas de espaços como esses, as vozes de Brum e Nettel corroboram para a construção de uma literatura que reivindica os direitos das mulheres e desmistifica a imposição de papéis e estereótipos de gênero. Como salientam Lúcia Zolin (2010) e Terezinha Schmidt (2012), estudiosas da crítica feminista que compõem o aporte teórico deste trabalho, os romances de autoria de mulheres contemporâneas são imprescindíveis por trazer ao público questões que historicamente foram ocultadas e inseridas no espaço íntimo e doméstico. Essa perspectiva é ilustrada na ficção com as protagonistas dos romances, que personificam as dificuldades que vivenciam como mães, mulheres, profissionais, esposas e filhas. No

entanto, as experiências de cada personagem são marcadas por suas particularidades e conforme o contexto socioeconômico e cultural em que estão inseridas.

Com as análises dos romances e da teoria, compreendo que esse recorte ficcional de Brum e Nettel é um ponto de partida para uma abordagem dos impactos da maternidade e das pressões sociais na vida das mulheres, porém, como as estudiosas da crítica feminista ressaltam, nenhuma narrativa deve ser concebida como universal. Outras produções literárias de autoria de mulheres também merecem destaque por abordar a temática da maternidade em contextos plurais. Como discutido nesta dissertação, Conceição Evaristo, por exemplo, tematiza em alguns de seus contos e romances, a maternidade negra e as vulnerabilidades sociais de mães solo e periféricas. Pensando nisso, os estudos e produções literárias de mulheres devem abrir espaço para a interseccionalidade de identidades e contextos culturais que atravessam a vida das mulheres ou das pessoas que decidiram assumir a função de matinar.

É preciso ampliar nos estudos literários a abordagem de temas como a maternidade e a maternagem. Nos artigos de O' Reilly (2021) e Laura Freixas (2012), referências nos estudos maternos e em obras de autoria de mulheres, identifico a necessidade de uma revisão literária que analise a maternidade para além dos rótulos e idealizações patriarcais, encarando essa temática como um ato político e que transforma profundamente a experiência das mulheres na sociedade. As estudiosas reconhecem que a maternidade não deve ser universalizada ou romantizada, como fez/faz a cultura dominante, mas a crítica feminista precisa analisar essa experiência, considerando toda a sua complexidade e como diferentes culturas e identidades a vivenciam.

O matinar, conforme compreendem essas estudiosas e como adoto esta perspectiva neste trabalho, transcende o biológico. Ele pode ser vivenciado em diferentes arranjos familiares, como em relações homoafetivas, por pais ou mães solo, mulheres trans, avós, pais adotivos e entre outros. Portanto, a ambivalência materna nos romances de Brum e Nettel aborda algumas facetas da maternidade, mas não contempla todas as experiências. Tornam-se necessários mais trabalhos que deem lugar para a pluralidade de vivências do matinar, abordando temáticas como a maternagem negra, a maternagem de mulheres trans, entre outras perspectivas igualmente relevantes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2022.

AMARAL, Ernesto F.; POTTER, Joseph E. The influence of government programs on the fertility of the poor: a comparison between Mexico and Brazil. Comisión Económica para América Latina y el Caribe, CELADE-División de Población, con el auspicio del Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA): Santiago; Chile, 14 y 15 de Noviembre 2006.

ARAÚJO, Emanuel. *A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia*. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil* / Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ARJONA, Daniel. *Guadalupe Nettel: «¿Quién es capaz de decir que nuestras sociedades son felices?»*. Disponível em: <https://www.zendalibros.com/guadalupe-nettel-quien-es-capaz-de-decir-que-nuestras-sociedades-son-felices/>. Acesso em 25 de out. de 2023.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto* [recurso eletrônico]. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

BADINTER, Elisabeth. *O conflito: a mulher e a mãe*. Traduzido por Véra Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Traduzido por Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone. *Segundo Sexo*. Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1967.

BIROLI, Flávia. Justiça e família. In: Miguel, Luis Felipe. *Feminismo e política: uma introdução*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

BOGADO, Maria. Rua. In.: DE HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. Editora Companhia das Letras, 2018.

BRUM, Eliane. *As mulheres que dizem não. El país*, 2017. In.: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/25/opinion/1514215938_126857.html. Acesso em: 13 de fev. de 2024.

BRUM, Eliane. *Uma duas*. São Paulo: Leya, 2011.

CARVALHAL, Tania Franco. *O próprio e o alheio: Ensaios de literatura comparada*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. Traduzido por Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda, 1999.

- DA SILVA CARNEIRO, Marcelo; JUNIOR, Josemir Carvalho. *A polifonia como método de análise literária: um exercício de leitura em Lucas 7, 36-50*. **Estudos de Religião**, v. 38, n. 1, p. 35-59, 2024.
- DE LA TORRE ZEPEDA, Laiza Sabrina. *Los matices de la maternidad en El cuerpo en que nació y La hija única de Guadalupe Nettel*. **Revista Tema y Variaciones de Literatura**, n. 60, p. 199-224, 2023.
- DONATH, Orna. *Mães arrependidas*. Editora José Olympio, 2017.
- Eliane Brum: Desacontecimentos*. Disponível em: <http://elianebrum.com/biografia/#:~:text=Com%20quase%2035%20anos%20de,de%20Belo%20Monte%20foi%20implantada>. Acesso em: 30 de set. de 2024.
- Encuesta Nacional sobre la Dinámica de las Relaciones en los Hogares* (ENDIREH, 2021). México: INEGI. Disponível em: <https://www.inegi.org.mx/programas/endireh/2021/>. Acesso em: 11 de jun. de 2024.
- EURÍPIDES. *Medeia*. Traduzido por Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2010.
- FALCÃO, Márcio; VIVAS, F., et.al. *Descriminalização do aborto no STF: entenda o que pode mudar na regra sobre gestação até a 12ª semana*. G1, Brasília, 22 de set. de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/22/stf-julga-descriminalizacao-do-aborto-ate-a-12a-semana-de-gestacao-entenda-o-que-pode-mudar.ghtml>. Acesso em 27 de set. de 2023.
- FEDERICI, Silvia. *Mulheres e caça às bruxas*. Boitempo Editorial, 2019.
- FIGUEIREDO, Eurídice. *Por uma crítica feminista*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2020.
- FIGUEIREDO, Eurídice. *Violência e sexualidade em romances de autoria feminina*. **Interdisciplinar-Revista de Estudos em Língua e Literatura**, v. 32, p. 137-149, 2019.
- Folha de São Paulo. *Guadalupe Nettel rasga o que é ser mulher em A filha única*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2023/05/guadalupe-nettel-rasga-o-que-e-ser-mulher-em-a-filha-unica-finalista-do-booker.shtml>. Acesso em 27 de outubro de 2023.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 28 de fev. de 2024.
- FRANCO, Vitor. *Paixão-dor-paixão: pathos, luto e melancolia no nascimento da criança com deficiência*. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 204-220, jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2015v18n2p204.2>. Acesso em: 08 de jan. de 2025.
- FREITAS, Giselle Lima, et. al. *Discutindo a política de atenção à saúde da mulher no contexto da promoção da saúde*. *Rev. Eletr. Enf. [Internet]*. 2009: 424-8.

- FREIXAS, Laura. (2012). *Maternidad y cultura: una reflexión en primera persona*. Recuperado de <https://www.laurafreixas.com/pdf/claves-9-12-freixas-maternidad-y-%20cultura.pdf>.
- GARBERO, Maria Fernanda. *Maternidades bárbaras: o corpo do excesso em Medeia*. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 28, n. 56, p. 119-134, 2018.
- GOMES, Paola Fernanda. *A diáspora materna em Amada*, de Toni Morrison. **Desenredos**, Teresina, v. 13, n. 36, p. 63, jun. 2021. ISSN 2175-3903.
- HANASHIRO, Carolina. *Contra o assédio, cidade do México introduz táxi cor-de-rosa para mulheres*. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/10/091007_taxi_mulheres_mexico_ch_np. Acesso em 27 de outubro de 2023.
- IACONELLI, Vera. *Manifesto antimaternalista: Psicanálise e políticas da reprodução*. Editora Schwarcz Companhia das Letras, 2023.
- Justiça do México descriminaliza aborto: o que acontece agora?*. BBC News Brasil, s.l., 6 de set. de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gl75ez5q0o>. Acesso em 27 de set. de 2023.
- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Editora Cultrix, 2013.
- MARTINS, Joice Fagundes. *Os cativos das mulheres: as representações e as relações femininas na obra de Eliane Brum*. Rio Grande do Sul: 2018. Dissertação de Mestrado.
- MENDONÇA, Maria Collier de. *Maternidade e maternagem: os assuntos pendentes do feminismo*. **Revista Ártemis**, Recife, v. 31, n. 1, p. 56-72, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/54296>. Acesso em: 20 de nov. de 2024.
- MERUANE, Lina. *Tipos de mãe*. In: MERUANE, Lina. **CONTRA os filhos**. [S. l.]: Clube SPA, 2018.
- MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. “*A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento*”. **Revista Gênero**, Niterói: NUTEG-EDUFF, v. 6, n. 1, p. 81-104, 2006.
- NETTEL, Guadalupe. *A filha única*. Traduzido por Silvia Massimini Felix. 1.ed. São Paulo: Todavia, 2022.
- OLIVEIRA, Joana. *Eliane Brum e a arte de escrever para não matar e para não morrer*. *El país*, São Paulo, 18 de out. De 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/10/cultura/1570717717_753040.html. Acesso em 25 de set. de 2023.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. *Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia*. *História da Historiografia*. V. 11, n. 28, set-dez, ano 2018, p. 104-140.

- PATEMAN, Carole. *As mulheres, os escravos e os escravos assalariados*. In: *O Contrato Sexual*. Trad. Marta Avancini. Rio: Paz e Terra, 1993.
- PIEIDADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 2017.
- PITARO, Fernando. *Guadalupe Nettel: 'Leer es un acto de recogimiento como hay pocos en esta sociedad'*. Disponível em: <http://continuidaddeloslibros.com/guadalupe-nettel-leer-es-un-acto-de-recogimiento-como-hay-pocos-en-esta-sociedad/>. Acesso em 12 de fev.de 2024.
- RAGO, Margareth. *Trabalho feminino e sexualidade*. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- RICH, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Trad. Carlos Guilherme do Valle. **Bagoas**, n. 05, p.17-44, 2010.
- RICHARD, Nelly. *Experiência e representação: o feminino, o latino-americano*. In: *Intervenções críticas*. Trad. Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002. p. 142-155.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. Ministério Público do Estado da Bahia, 2004.
- SARTO, Giovana. *Revisitando o mito de Lilith: Um estudo sobre a indecência e libertinagem em diálogo com a Teologia Queer de Marcella Althaus-Reid*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023. 114 p.
- SEGATO, Rita Laura. *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres 1a. edición Puebla: Pez en el árbol*, 2014.
- SEGATO, Rita Laura. *Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez*. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, p. 265-285, 2005.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. *Para além do dualismo natureza / cultura: ficções do corpo feminino*. **Revista Organon**, UFRGS, n. 52. v. 27, 2012. p. 233-262.
- STEVENS, Cristina. Resignificando a maternidade: Psicanálise e Literatura. *Niterói*, v.5, p.65-79, 1. sem. 2005.
- SILVA, Carmem. *Maternidade não é obrigação*. In: RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Funarte, 2016, p. 421.
- SOUZA, Ágnes. *Homogeneização, escrita autodiegética e os protótipos de cidade N'O corpo em que nasci de Guadalupe Nettel*. **Encontros de Vista**, v. 19, n. 1, p. 4-13, 2017.

SOUZA, Aline Barros de *et al.* *Fatores associados à ocorrência de violência obstétrica institucional: uma revisão integrativa da literatura.* **Rev. ciênc. méd.,(Campinas)**, p. 115-128, 2016.

UNODC: *United Nations Office on Drugs and Crime. Conheça as leis e os serviços que protegem as mulheres vítimas de violência de gênero.* Disponível em:

[https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2021/04/conheca-as-leis-e-os-servicos-que-protegem-as-mulheres-vitimas-de-violencia-de-genero.html#:~:text=Lei%20Maria%20da%20Penha%20\(11.340,para%20obten%C3%A7%C3%A3o%20de%20dados%20particulares](https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2021/04/conheca-as-leis-e-os-servicos-que-protegem-as-mulheres-vitimas-de-violencia-de-genero.html#:~:text=Lei%20Maria%20da%20Penha%20(11.340,para%20obten%C3%A7%C3%A3o%20de%20dados%20particulares). Acesso em: 12 de mar. de 2024.

VIEIRA, Helena. *Abolição da natureza feminina: gênero e contestação.* In: DE HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade.* 2º edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

WOOLF, Virginia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas.* Traduzido por Denise Bottmann. Porto Alegre: LPM Editora, 2012.

XAVIER, Elódia. *Que corpo é esse?: o corpo no imaginário feminino.* Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021. 108 p.

ZOLIN, Lúcia Osana. *Questões de Gênero e de Representação na contemporaneidade.* Letras, Santa Maria, v. 20, n. 41, p. 183-195, jul./dez. 2010.